

## DADOS DA OBRA

Nº do Orçamento :	SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização
Local da Entrada :	Administração Regional do SIA - RA XXIX
Nº do Processo :	SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)
Objeto :	Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência
Local :	SAPS LOTE H, SIA - Guará, Brasília - DF
Orçado por :	Marco Antonio Vaz Junior (CAU/DF A21492-2)
Data-base :	SINAPI_Março/2022 - SICRO_Janeiro/2022 - ANP_Março/2022
Data de Cadastro :	26/05/2022
Duração da Obra :	60 dias para execução da obra

## VALOR

R\$ 1.128.761,01

SEM DESONERAÇÃO

Interessado

Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

Administração Regional do SIA - RA XXIX

MODIFICAÇÃO	DATA
Número da revisão	Data da elaboração
SSN 000/20 sem DESONERAÇÃO (R\$ 974.592,58)	18/11/2021

### DADOS TÉCNICOS

RESUMO do ORÇAMENTO

DISTÂNCIAS MÉDIAS de TRANSPORTE

ESTIMATIVA de CUSTOS

MEMÓRIA de CÁLCULO

CURVA ABC de SERVIÇO

CRONOGRAMA

# 1

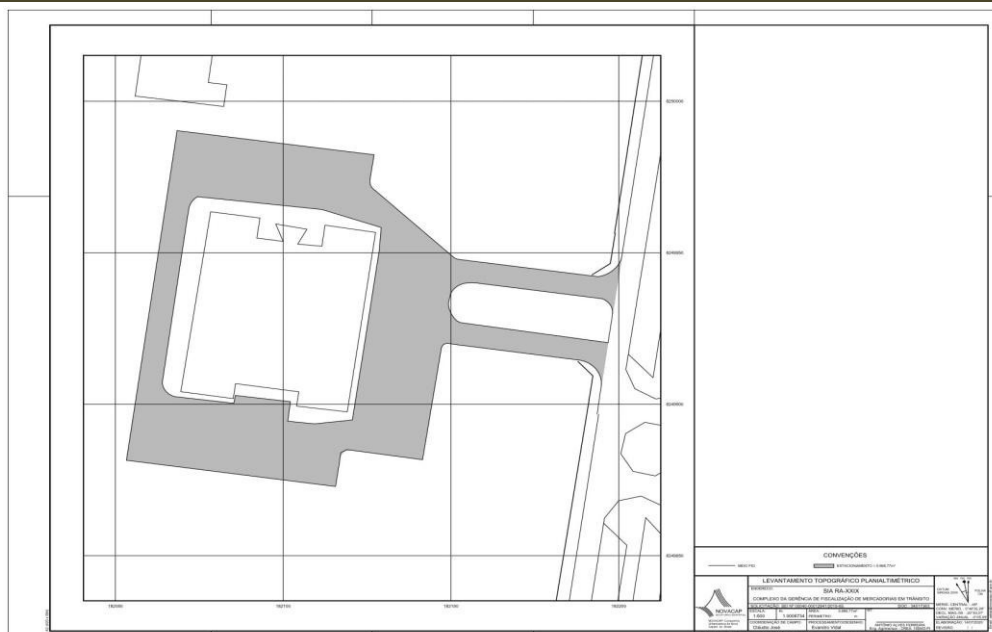
## DADOS TÉCNICOS

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

Administração Regional do SIA - RA XXIX  
SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)  
Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência  
SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022

DADOS TÉCNICOS	
SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização	
Administração Regional do SIA - RA XXIX	
Recapçamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência	
SINAPI_Março/2022 - SICRO_Janeiro/2022 - ANP_Março/2022	

Levantamento Topográfico Planialtimétrico	PDF_SEI 43522789	Folhas:	01/01
OBS: Quantitativos obtidos pelo Projeto (Levantamento Topográfico Planialtimétrico) fornecido pela SETOP/DIPROJ/DEINFRA/DU. (Planta DWG 01 (43522670) e Planta PDF 01 (43522789))			




CONVENÇÕES			
 MEIO FIO	 ESTACIONAMENTO = 5.666,77m²		
 <p>NOVACAP SETOP-DIPROJ-DEINFRA-DU</p> <p>NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.</p>	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO		
	ENDEREÇO: SIA RA-XXIX		
	COMPLEXO DA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO		
	SOLICITAÇÃO: SEI Nº 00040-00012941/2019-65. DOC.: 34517363.		
	ESCALA: 1:500 Kr: 1.0006734 COORDENAÇÃO DE CAMPO: Cláudio José	ÁREA: 5.666,77m² PERÍMETRO: m PROCESSAMENTO/DESENHO: Evandro Vidal	RT: ANTÔNIO ALVES FERREIRA Eng. Agrimensor - CREA: 1959/D-PI

ARQUIVO: NS03\DU-SETOP\SERVIÇOS SETOP ANO 2020\DESENHO DWG 2020\RA-29\COMPLEXO DA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO .dwg

DADOS TÉCNICOS	
SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização	
Administração Regional do SIA - RA XXIX	
Recapamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência	
SINAPI_Março/2022 - SICRO_Janeiro/2022 - ANP_Março/2022	

Relatório de Dimensionamento	SEI Nº 72484967	Pavimento - CBUQ
Assunto: Dimensionamento de Pavimento - CBUQ.		

 <b>NOVACAP</b>	<b>DIMENSIONAMENTO</b>	FOLHA:
	DIM168/2021	PROC: 00040-00012941/2019-65
DE: DIATEC/DEINFRA/DU		MATRICULA:
		RUBRICA:

Ao DEINFRA

Encaminhamos a seguir o dimensionamento solicitado.

**Local:** GERENCIA DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS -S.I.A./DF

Para dimensionamento foram feitas as seguintes considerações:

**CBR % =** 14

**TRAFEGO:** MEDIO

**METODO DE DIMENSIONAMENTO:** IP 05 -PMSP

Com base nas formulas e ábacos do metodo utilizado, temos a seguinte estrutura:

ESTRUTURA DO PAVIMENTO CBUQ	
CAMADAS	ESPESSURA
CBUQ FAIXA "B" COM CAP 30/45	5
BASE DE BRITA GRADUADA BGS, CBR >=80%	15
SUB BASE GRANULAR, CBR >= 40%	18
REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO SUBLEITO	15

# 2

## RESUMO do ORÇAMENTO

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

Administração Regional do SIA - RA XXIX  
SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)  
Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência  
SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022

**RESUMO do ORÇAMENTO - OBRA de INFRAESTRUTURA**
**SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização**

Administração Regional do SIA - RA XXIX

Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência

SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022

Item	Descrição	%	Custo Total
<b>Item: 1 DEMOLIÇÃO</b> <a href="#">PDF_SEI 43522789</a>			
Item	<b>DEMOLIÇÃO de PAVIMENTO EXISTENTE_FRESAGEM</b>	Quantidade:	
1 . 1	<a href="#">Levantamento Topográfico Planialtimétrico</a>	5,24%	R\$ 52.727,03
		5.666,77 (m2)	
Soma total_ DEMOLIÇÃO			R\$ 52.727,03
<b>Item: 2 EXECUÇÃO</b> <a href="#">PDF_SEI 43522789</a>			
Item	<b>EXECUÇÃO de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b>	Quantidade:	
2 . 1	<a href="#">Levantamento Topográfico Planialtimétrico</a>	84,03%	R\$ 845.385,93
		5.666,77 (m2)	
Soma total_ EXECUÇÃO			R\$ 845.385,93
<b>Item: 3 CONTROLES, ENSAIOS, RCC e ART</b>			
Item	<b>CONTROLES e ENSAIOS</b>		
3 . 1	<a href="#">Obs.: verificar a descrição dos serviços</a>	1,34%	R\$ 13.488,05
Item	<b>RESÍDUOS da CONSTRUÇÃO CIVIL e ART</b>		
3 . 2	<a href="#">Obs.: verificar a descrição dos serviços</a>	6,02%	R\$ 60.528,94
Soma total_ CONTROLES, ENSAIOS, RCC e ART			R\$ 74.016,99
<b>Item: 4 ADMINISTRAÇÃO</b>			
Item	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		
4 . 1	<a href="#">Obs.: verificar a descrição dos serviços</a>	3,37%	R\$ 33.904,06
Soma total_ ADMINISTRAÇÃO			R\$ 33.904,06
Total Parcial sem BDI			100,00%
			R\$ 1.006.034,01
<b>RESUMO dos MATERIAIS BETUMINOSOS</b>			
Soma total dos materiais betuminosos com BDI (BENEFÍCIOS e DESPESAS INDIRETAS)			R\$ 298.265,82
<b>Obras de menor complexidade (Praças, Calçadas, Ciclovias, Meios-Fios e Obras Correlatas).</b>			
BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos			17,34%
			R\$ 122.727,00
TOTAL PARCIAL, exceto os materiais betuminosos			R\$ 707.768,18
Total dos materiais betuminosos			R\$ 298.265,82
BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos			R\$ 122.727,00
<b>Total Final Orçamento com BDI</b>			<b>R\$ 1.128.761,01</b>

Os quantitativos de serviço devem ser aferidos antes do início das obras

**3****DISTÂNCIAS MÉDIAS de TRANSPORTE**

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

Administração Regional do SIA - RA XXIX  
SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)  
Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência  
SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022



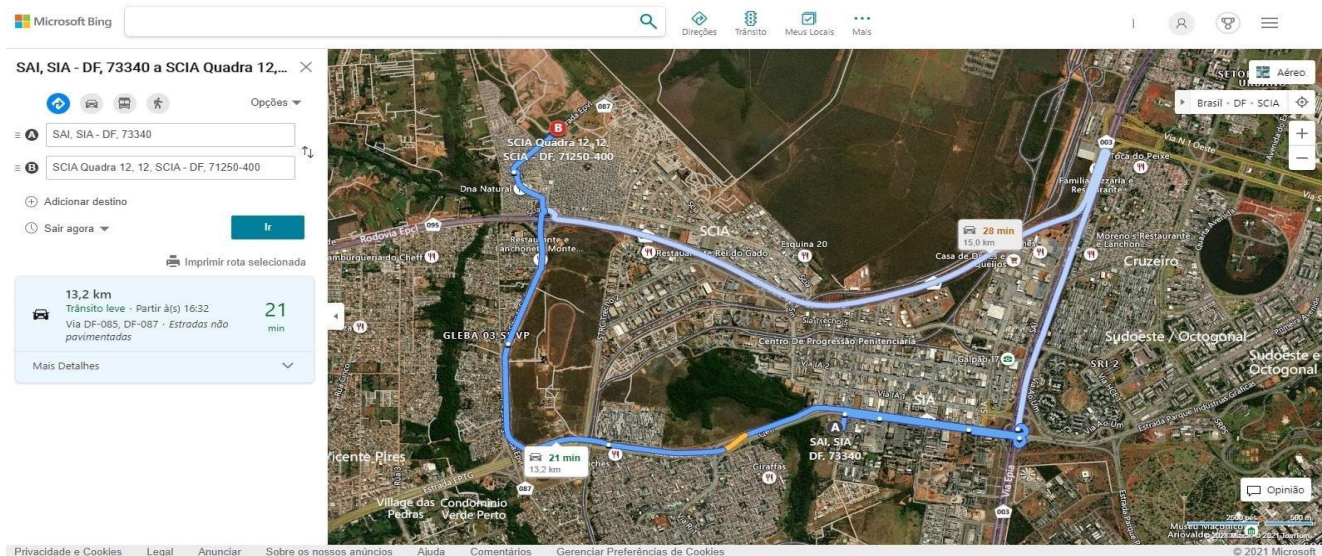
## DISTÂNCIAS MÉDIAS de TRANSPORTE - OBRA de INFRAESTRUTURA

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

Administração Regional do SIA - RA XXIX

Recapetamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência

SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022



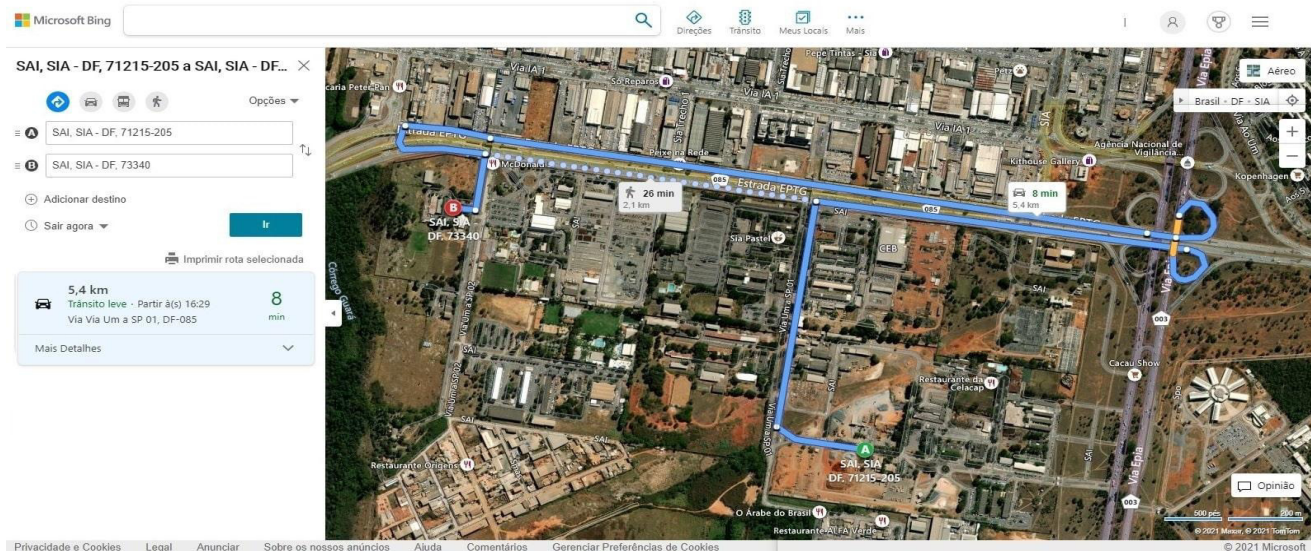
### COORDENADAS/ DISTRITO FEDERAL

OBRA	BOTA FORA
Latitude: 15°48'33.08"S	Latitude: 15°46'3.43"S
Longitude: 47°58'1.00"O	Longitude: 47°59'54.44"O

DISTÂNCIA MÉDIA de TRANSPORTE (DMT)

OBRA ATÉ O LIXÃO DA ESTRUTURAL (BOTA-FORA)

13,2 (km)



### COORDENADAS/ DISTRITO FEDERAL

NOVACAP	OBRA
Latitude: 15°48'59.97"S	Latitude: 15°48'33.08"S
Longitude: 47°57'7.78"O	Longitude: 47°58'1.00"O

DISTÂNCIA MÉDIA de TRANSPORTE (DMT)

NOVACAP (MATERIAL) ATÉ A OBRA

5,4 (km)



# 4

## ESTIMATIVA de CUSTOS

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

Administração Regional do SIA - RA XXIX

SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)

Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência

SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022

ESTIMATIVA de CUSTOS - OBRA de INFRAESTRUTURA			
SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização			
Nº do Orçamento : SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização		Local da Entrada : Administração Regional do SIA - RA XXIX	
Nº do Processo : SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)		Data de Cadastro : 26/05/2022	BDI % sem Desoneração 110,14%
Objeto : Recapamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência		Data-base : SINAPI Mar/ 2022	SINAPI Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
Local : SAPS LOTE H, SIA - Guarará, Brasília - DF		Data-base : SICRO Jan/ 2022	SICRO Sistema de Custos Referenciais de Obras
Duração da Obra : 60 dias para execução da obra		Data-base : ANP Mar/ 2022	ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Item: 1 DEMOLIÇÃO							
PDF_SEI 43522789							
Item: DEMOLIÇÃO de PAVIMENTO EXISTENTE_FRESAGEM							
1.1	Levantamento Topográfico Planialtimétrico			Quant.: 5.666,77 (m2)		13,20 (km) _DMT Bota Fora (km)	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL do ITEM
FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (PROFUNDIDADE de 5,0 cm)							
1.1.1	SINAPI	96001	Fresagem de pavimento asfáltico (profundidade até 5,0 cm) - exclusive transporte. AF_11/2019	m2	5.666,7700	R\$ 7,51	R\$ 42.557,44
1.1.2	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	425,0078	R\$ 4,92	R\$ 2.091,04
1.1.3	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	5.610,1023	R\$ 1,44	R\$ 8.078,55
Soma parcial							R\$ 52.727,03
Soma total_ DEMOLIÇÃO							R\$ 52.727,03

Item: 2 EXECUÇÃO							
PDF_SEI 43522789							
Item: EXECUÇÃO de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA							
2.1	Levantamento Topográfico Planialtimétrico			Quant.: 5.666,77 (m2)			
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL do ITEM
TERRAPLENAGEM							
sem acréscimo de largura do pavimento							
2.1.1	SINAPI	101116	Escavação horizontal em solo de 1a categoria com trator de esteiras (170hp/lâmina: 5.20m3). AF_07/2020	m3	3.003,3881	R\$ 1,87	R\$ 5.616,34
2.1.2	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	4.505,0822	R\$ 4,92	R\$ 22.165,00
2.1.3	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	59.467,0844	R\$ 1,44	R\$ 85.632,60
REGULARIZAÇÃO e COMPACTAÇÃO							
sem acréscimo de largura do pavimento							
2.1.4	SINAPI	100576	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso. AF_11/2019	m2	5.666,7700	R\$ 2,10	R\$ 11.900,22
SUB-BASE GRANULAR							
sem acréscimo de largura do pavimento							
2.1.5	SINAPI	101767	Execução e compactação de base e ou sub base para pavimentação de solos estabilizados granulometricamente com mistura de solos em pista - exclusive solo, escavação, carga e transporte. AF_11/2019	m3	1.020,0186	R\$ 24,13	R\$ 24.613,05
2.1.6	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	1.530,0279	R\$ 4,92	R\$ 7.527,74
2.1.7	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	8.262,1507	R\$ 1,44	R\$ 11.897,50
BASE de BRITA GRADUADA							
sem acréscimo de largura do pavimento							
2.1.8	SINAPI	96396	Execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada simples - exclusive carga e transporte. AF_11/2019	m3	850,0155	R\$ 244,32	R\$ 207.675,79
2.1.9	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	1.275,0233	R\$ 4,92	R\$ 6.273,11
2.1.10	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	6.885,1256	R\$ 1,44	R\$ 9.914,58
IMPRIMAÇÃO							
sem acréscimo de largura do pavimento							
2.1.11	composição de preço	96401M/SINAPI	Execução de imprimação com asfalto diluído CM-30. AF_11/2019 (exclusive produto betuminoso)	m2	5.666,7700	R\$ 0,96	R\$ 5.440,10
2.1.12	ANP	ANP-CM 30	ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO - CM-30	t	6,8001	R\$ 8.158,31	R\$ 55.477,52
2.1.13	SINAPI	102332	Transporte com caminhão tanque de transporte de material asfáltico de 20000 l, em via urbana pavimentada, DMT até 30km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	36,7207	R\$ 1,70	R\$ 62,43

PINTURA de LIGAÇÃO				sem acréscimo de largura do pavimento			
				Quant.: 5.666,7700 (m2)		5,40 (km) _DMT Novacap (km)	
2.1.12	composição de preço	96402M/SINAPI	Execução de imprimação ligante (pintura de ligação) com emulsão asfáltica RR-2C. AF_11/2019 (exclusive produto betuminoso)	m2	5.666,7700	R\$ 0,79	R\$ 4.476,75
2.1.13	ANP	ANP-RR 2C	EMULSÃO ASFÁLTICA - RR 2C	t	2,5500	R\$ 4.639,10	R\$ 11.829,92
2.1.14	SINAPI	102332	Transporte com caminhão tanque de transporte de material asfáltico de 20000 l, em via urbana pavimentada, DMT até 30km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	13,7703	R\$ 1,70	R\$ 23,41
CAPA de CBUQ				sem acréscimo de largura do pavimento			
CBUQ FAIXA "B" COM CAP 30/45				Quant.: 5.666,7700 (m2)		5,40 (km) _DMT Novacap (km)	
2.1.15	composição de preço	4011463M/SICRO	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (exclusive material betuminoso)	t	680,0124	R\$ 203,84	R\$ 138.613,73
2.1.16	ANP	ANP-CAP 30/45	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45	t	38,4887	R\$ 6.000,68	R\$ 230.958,38
2.1.17	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	3.672,0670	R\$ 1,44	R\$ 5.287,78
Soma parcial							R\$ 845.385,93
Soma total_ EXECUÇÃO							R\$ 845.385,93

Item: 3 CONTROLES, ENSAIOS, RCC e ART							
CONTROLES e ENSAIOS							
Item 3.1	Obs.: verificar a descrição dos serviços						
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ITEM
CONTROLE TECNOLÓGICO de LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO para "as built"							
3.1.1	composição de preço	01-09-00M/PMSP	Levantamento planimétrico cadastral	m2	5.666,7700	R\$ 0,32	R\$ 1.813,37
3.1.2	composição de preço	01-10-00M/PMSP	Levantamento planialtimétrico cadastral	m2	5.666,7700	R\$ 0,39	R\$ 2.210,04
ENSAIOS de LABORATÓRIO e ART							
3.1.3	composição atualizada	74021/3M_SINAPI	Ensaio de regularização do subleito	m2	5.666,7700	R\$ 1,24	R\$ 7.026,79
3.1.4	composição atualizada	74021/6M_SINAPI	Ensaio de base estabilizada granulometricamente	m3	1.020,0186	R\$ 2,39	R\$ 2.437,84
Obs.: ver as composições atualizadas Nº 10							Soma parcial
							R\$ 13.488,05

Item 3.2 RESÍDUOS da CONSTRUÇÃO CIVIL e ART							
Item 3.2	Obs.: verificar a descrição dos serviços						
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ITEM
3.2.1	Resolução Nº 20, de 01 de DEZ de 2020	RCC_5	Disposição final de resíduos da construção civil segregados	t	4.930,0899	R\$ 12,23	R\$ 60.295,00
3.2.2	CREA/DF	Talela A_ ART Faixa 2	Pagamento de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - Conforme Resolução 1067/2015, do CONFEA (art. 2º, §2º e §3º) - Tabela A (Valores de contrato) - Obra ou Serviço - Contrato acima de R\$ 15.000,00. Conforme CREA-DF (Taxas para registro de ART's e anuidades - exercício de 2022_ CONFEA por meio da Decisão Plenária nº 1.513, de 27 de setembro de 2021)	un	1	R\$ 233,94	R\$ 233,94
Soma parcial							R\$ 60.528,94
Soma total_ CONTROLES, ENSAIOS, RCC e ART							R\$ 74.016,99

Item: 4 ADMINISTRAÇÃO							
ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
Item 4.1	Obs.: verificar a descrição dos serviços						
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ITEM
4.1.1	composição de preço	CCU - 02.008/NOVACAP	Placa de obra em chapa de aço galvanizado adesivada - fornecimento e instalação (ref: 74209/1 SINAPI JAN 2020)	m2	12,00	R\$ 338,11	R\$ 4.057,32
4.1.2	SINAPI	90777	Engenheiro civil de obra junior com encargos complementares	h	44	R\$ 91,91	R\$ 4.044,04
4.1.3	SINAPI	94295	Mestre de obras com encargos complementares	mês	2	R\$ 5.274,63	R\$ 10.549,26
4.1.4	SINAPI	93572	Encarregado geral de obras com encargos complementares	mês	2	R\$ 3.606,88	R\$ 7.213,76
4.1.5	SINAPI	88326	Vigia noturno com encargos complementares	h	352	R\$ 22,84	R\$ 8.039,68
Soma parcial							R\$ 33.904,06
Soma total_ ADMINISTRAÇÃO							R\$ 33.904,06
% Percentagem da Administração Local							3,00%

RESUMO							
RESUMO dos MATERIAIS BETUMINOSOS							
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ITEM
2.1.10	ANP	ANP-CM 30	ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO - CM-30	t	6,8001	R\$ 8.158,31	R\$ 55.477,52
2.1.13	ANP	ANP-RR 2C	EMULSÃO ASFÁLTICA - RR 2C	t	2,5500	R\$ 4.639,10	R\$ 11.829,92
2.1.16	ANP	ANP-CAP 30/45	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45	t	38,4887	R\$ 6.000,68	R\$ 230.958,38
Soma total dos materiais betuminosos com BDI (BENEFÍCIOS e DESPESAS INDIRETAS)							R\$ 298.265,82

DETALHAMENTO do VALOR FINAL da ESTIMATIVA de PREÇOS				
Obras de menor complexidade (Praças, Calçadas, Cicloviás, Meios-Fios e Obras Correlatas).				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	BDI %	CUSTO TOTAL do ITEM
1	BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos	R\$ 707.768,18	17,34%	R\$ 122.727,00
Soma parcial				R\$ 122.727,00
TOTAL PARCIAL, exceto os materiais betuminosos			R\$ 707.768,18	
Total dos materiais betuminosos			R\$ 298.265,82	
BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos			R\$ 122.727,00	
Total Final Orçamento com BDI			R\$ 1.128.761,01	

Os quantitativos de serviço devem ser aferidos antes do início das obras

OBRA DE INFRAESTRUTURA	km	DMT - Distâncias Médias de Transporte	obs.: as rampas de acessibilidade deverão ser executadas de acordo com a nbr 9050, e preferencialmente de acordo com o guia de urbanização elaborado pela segeth.
	13,2	DMT Bota Fora (km) - Vila Estrutural/ DF	
	5,4	DMT NOVACAP (km) - Brasília/ DF	

**5****MEMÓRIA de CÁLCULO**

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

**Administração Regional do SIA - RA XXIX****SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)****Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência****SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022**

MEMÓRIA de CÁLCULO - OBRA de INFRAESTRUTURA			
SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização			
Nº do Orçamento : SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização		Local da Entrada : Administração Regional do SIA - RA XXIX	
Nº do Processo : SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)		Data de Cadastro : 26/05/2022	BDI % sem Desoneração 110,14%
Objeto : Recapetamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência		Data-base : SINAPI_Mar/ 2022	SINAPI_Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
Local : SAPS LOTE H, SIA - Guará, Brasília - DF		Data-base : SICRO_Jan/ 2022	SICRO_Sistema de Custos Referenciais de Obras
Duração da Obra : 60 dias para execução da obra		Data-base : ANP_Mar/ 2022	ANP_Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Item: 1			DEMOLIÇÃO		PDF_SEI 43522789	
Item:			DEMOLIÇÃO de PAVIMENTO EXISTENTE_FRESAGEM			
1.1		Levantamento Topográfico Planialtimétrico		Quant.: 5.666,77 (m2)		13,20 (km) _DMT Bota Fora (km)
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (PROFUNDIDADE de 5,0 cm)						
1.1.1	SINAPI	96001	Fresagem de pavimento asfáltico (profundidade até 5,0 cm) - exclusive transporte. AF_11/2019	m2	5.666,7700	Quantidade informada no projeto_Área (m2) da pavimentação asfáltica
1.1.2	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	425,0078	Área (m2) x 0,05 (espessura do material a ser fresado) x 1,50 (t/m3)
1.1.3	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	5.610,1023	(código; 100990 (t)) x (DMT Bota Fora (km)_transportada até o Bota Fora)
SICRO_VOL_10_Conteúdo 11_1.2.11,O transporte de entulhos deve ser medido em função do volume efetivamente ocupado no veículo. Para fins de cálculo do custo de transporte, a massa específica a considerar para os entulhos é de 1.500 kg/m³.						
Obs.: consideramos 0,05 (m)_espessura do piso em asfalto, uma vez que não foi apresentado projeto de demolição.						

Item: 2		EXECUÇÃO			PDF_SEI 43522789	
EXECUÇÃO de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
Item: 2.1		Levantamento Topográfico Planialtimétrico			Quant.: 5.666,77 (m2)	
		Função	Espessura	Camadas (com base nos dados obtidos pela DIATEC)		DIA TEC/DEINFRA/DU
		Capa (m)	0,05 cm	CBUQ.FAIXA "B" COM CAP 30/45		Obs.: (SEI Nº 72484967) Despacho/GDF  Com base nas formulas e ábacos do metodo utilizado, temos a seguinte estrutura:
		Base H1 (m)	0,15 cm	BASE DE BITA GRADUADA BGS, CBR >= 80%		
		Sub-base H2 (m)	0,18 cm	SUB-BASE GRANULAR, CBR >= 40%		
		Sub-Leito H3 (m)	0,15 cm	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO		
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
TERRAPLENAGEM						
"Material de Bota Fora",A carga do material é de 1,50 (t/m3) _[conforme tabela 09 - SICRO - VOLUME 10 - CONTEÚDO 11]				Quant.: 5.666,7700 (m2)		13,20 (km) _DMT Bota Fora (km)
2.1.1	SINAPI	101116	Escavação horizontal em solo de 1a categoria com trator de esteiras (170hp/lâmina: 5,20m3). AF_07/2020	m3	3.003,3881	Área de corte (m2) x (h3 (Subleito) + h2 (Sub-base) + h1 (Base) + (Capa))
2.1.2	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	4.505,0822	Área de corte (m2) x (h3 (Subleito) + h2 (Sub-base) + h1 (Base) + (Capa)) x 1,50 (t/m3)
2.1.3	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	59.467,0844	(código; 100990 (t)) x (DMT Bota Fora (km)_transportada até o Bota Fora)
REGULARIZAÇÃO e COMPACTAÇÃO						
				sem acréscimo de largura do pavimento		
2.1.4	SINAPI	100576	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso. AF_11/2019	m2	5.666,7700	Área (m2) do subleito a regularizar e compactar
SUB-BASE GRANULAR						
1,50 (t/m3) _Peso Especifico passar p/ tonelada (DNIT- Manual Volume 10 - Conteúdo 11 - Transportes)				Quant.: 5.666,7700 (m2)		5,40 (km) _DMT Novacap (km)
2.1.5	SINAPI	101767	Execução e compactação de base e ou sub base para pavimentação de solos estabilizados granulometricamente com mistura de solos em pista - exclusive solo, escavação, carga e transporte. AF_11/2019	m3	1.020,0186	Sub base (área de sub-base (m2)) x h2 (espessura_Sub base)
2.1.6	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	1.530,0279	Sub base (código 101767: (m3)) x 1,50 (t/m3)
2.1.7	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	8.262,1507	(código; 100990 (t)) x (DMT Novacap (km)_transportada até o Novacap)
BASE de BRITA GRADUADA						
"Brita" _1,50 (t/m3) _Peso Especifico passar p/ tonelada (DNIT- Manual Volume 10 - Conteúdo 11 - Transportes)				Quant.: 5.666,7700 (m2)		5,40 (km) _DMT Novacap (km)
2.1.8	SINAPI	96396	Execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada simples - exclusive carga e transporte. AF_11/2019	m3	850,0155	Base (área de base (m2)) x h1 (espessura_Base de BGS)
2.1.9	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	1.275,0233	Base (código 96396: (m3)) x 1,50 (t/m3)
2.1.10	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	6.885,1256	(código; 100990 (t)) x (DMT Novacap (km)_transportada até o Novacap)
IMPRIMAÇÃO						
				Quant.: 5.666,7700 (m2)		5,40 (km) _DMT Novacap (km)
2.1.11	composição de preço	96401M/SINAPI	Execução de imprimação com asfalto diluído CM-30. AF_11/2019 (exclusive produto betuminoso)	m2	5.666,7700	(área de imprimação (m2))
2.1.12	ANP	ANP-CM 30	ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO - CM-30	t	6,8001	(área de imprimação (m2)) x 0,0012 (o Consumo considerado do CM-30, retirado da Composição cod. 96401 SINAPI)
2.1.13	SINAPI	102332	Transporte com caminhão tanque de transporte de material asfáltico de 20000 l, em via urbana pavimentada, DMT até 30km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	36.7207	(código ANP-CM 30: (t)) x (DMT Novacap (km))



PINTURA de LIGAÇÃO				sem acréscimo de largura do pavimento		
				Quant.: 5.666,7700 (m2)	5,40 (km) _DMT Novacap (km)	
2.1.14	composição de preço	96402M/SINAPI	Execução de imprimação ligante (pintura de ligação) com emulsão asfáltica RR-2C. AF_11/2019 (exclusive produto betuminoso)	m2	5.666,7700	(área de pintura de ligação (m2))
2.1.15	ANP	ANP-RR 2C	EMULSÃO ASFÁLTICA - RR 2C	t	2.5500	(área de pintura de ligação (m2)) x 0,00045 (o Consumo considerado do RR-2C, retirado da Composição cod. 96402 SINAPI)
2.1.16	SINAPI	102332	Transporte com caminhão tanque de transporte de material asfáltico de 20000 l, em via urbana pavimentada, DMT até 30km (unidade: t.km). AF_07/2020	t.km	13,7703	(código ANP-RR 2C: (t)) x (DMT Novacap (km))
CAPA de CBUQ				sem acréscimo de largura do pavimento		
				Quant.: 5.666,7700 (m2)	5,40 (km) _DMT Novacap (km)	
2.1.17	composição de preço	4011463M/SICRO	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (exclusive material betuminoso)	t	680,0124	(área da Pavimentação asfáltica (m2)) x (espessura do CBUQ x (2,40 (Peso Específico do CBUQ (t/m3)))
2.1.18	ANP	ANP-CAP 30/45	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45	t	38,4887	(área da Pavimentação asfáltica (m2)) x (espessura do CBUQ x (2,40 (Peso Específico do CBUQ (t/m3))) x (0,0566 (t))_o consumo considerado do RR-2C, retirado da Composição cod. 4011463_SICRO(6416078))
2.1.19	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada t.km, DMT até 30 km (unidade: t.km). AF_07/2020	t.km	3.672,0670	(código: 4011463M/SICRO (t) x (DMT Novacap (km))

Item: 3 CONTROLES, ENSAIOS, RCC e ART						
CONTROLES e ENSAIOS						
Item 3.1	Obs.: verificar a descrição dos serviços					
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
CONTROLE TECNOLÓGICO de LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO para "as built"						
3.1.1	composição de preço	01-09-00M/PMSP	Levantamento planimétrico cadastral	m2	5.666,7700	Foi considerado para toda a área (m2) de obra.
3.1.2	composição de preço	01-10-00M/PMSP	Levantamento planialtimétrico cadastral	m2	5.666,7700	Foi considerado para toda a área (m2) de obra.
ENSAIOS de LABORATÓRIO e ART						
3.1.3	composição atualizada	74021/3M_SINAPI	Ensaio de regularização do subleito	m2	5.666,7700	Em conformidade com a ÁREA DO SUB-LEITO
3.1.4	composição atualizada	74021/6M_SINAPI	Ensaio de base estabilizada granulometricamente	m3	1.020,0186	Em conformidade com o VOLUME DE GRANULAR DE SUB-BASE

Item 3.2 RESÍDUOS da CONSTRUÇÃO CIVIL e ART						
Item 3.2	Obs.: verificar a descrição dos serviços					
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
3.2.1	Resolução Nº 20, de 01 de DEZ de 2020	RCC_5	Disposição final de resíduos da construção civil segregados	t	4.930,0899	Foi considerado o bota fora dos materiais segregados
3.2.2	CREA/DF	Tabela A_ ART Faixa 2	Pagamento de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - Conforme Resolução 1067/2015, do CONFEA (art. 2º, §2º e §3º) - Tabela A (Valores de contrato) - Obra ou Serviço - Contrato acima de R\$ 15.000,00. Conforme CREA-DF (Taxas para registro de ART's e anuidades - exercício de 2022_CONFEA por meio da Decisão Plenária nº 1.513, de 27 de setembro de 2021)	un	1	(Unidade_ART_Contrato acima de R\$ 15.000,00.

Item: 4 ADMINISTRAÇÃO						
ADMINISTRAÇÃO LOCAL						
Item 4.1	Obs.: verificar a descrição dos serviços					
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
4.1.1	composição de preço	CCU - 02.008/NOVACAP	Placa de obra em chapa de aço galvanizado adesivada - fornecimento e instalação (ref: 74209/1 SINAPI JAN 2020)	m2	12,00	Foi considerado 1 placa de 12 (m2) padrão NOVACAP
4.1.2	SINAPI	90777	Engenheiro civil de obra junior com encargos complementares	h	44	22 (dias) x 1 (hora) x 2 (mês)
4.1.3	SINAPI	94295	Mestre de obras com encargos complementares	mês	2	2 (mês)
4.1.4	SINAPI	93572	Encarregado geral de obras com encargos complementares	mês	2	2 (mês)
4.1.5	SINAPI	88326	Vigia noturno com encargos complementares	h	352	22 (dias) x 8 (hora) x 2 (mês)

30 dias para execução da obra

**6****CURVA ABC de SERVIÇO**

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

**Administração Regional do SIA - RA XXIX****SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)****Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência****SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022**

**CURVA ABC de SERVIÇO - OBRA de INFRAESTRUTURA**

**SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização**

Administração Regional do SIA - RA XXIX

Recapetamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência

SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022

**CRONOGRAMA**

ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL do ITEM	%	% Acumulada	Classificação
1	ANP	ANP-CAP 30/45	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45	t	38,4887	R\$ 6.000,68	R\$ 230.958,38	23,758%	23,758%	A
2	SINAPI	96396	Execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada simples - exclusive carga e transporte. AF_11/2019	m3	850,0155	R\$ 244,32	R\$ 207.675,79	21,363%	45,121%	A
3	composição de preço	4011463M/SICRO	Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (exclusive material betuminoso)	t	680,0124	R\$ 203,84	R\$ 138.613,73	14,259%	59,380%	B
4	SINAPI	95878	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada - txkm, DMT até 30 km (unidade: txkm). AF_07/2020	t.km	83.896,5299	R\$ 1,44	R\$ 120.811,00	12,427%	71,807%	B
5	Resolução Nº 20, de 01 de DEZ de 2020	RCC_S	Disposição final de resíduos da construção civil segregados	t	4.930,0899	R\$ 12,23	R\$ 60.295,00	6,202%	78,010%	B
6	ANP	ANP-CM 30	ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO - CM-30	t	6,8001	R\$ 8.158,31	R\$ 55.477,52	5,707%	83,716%	C
7	SINAPI	96001	Fresagem de pavimento asfáltico (profundidade até 5,0 cm) - exclusive transporte. AF_11/2019	m2	5.666,7700	R\$ 7,51	R\$ 42.557,44	4,378%	88,094%	C
8	SINAPI	100990	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com pá carregadeira (caçamba de 1,7 a 2,8 m³/ 128 hp) e descarga livre (unidade: t). AF_07/2020	t	7.735,1411	R\$ 4,92	R\$ 38.056,89	3,915%	92,009%	C
9	SINAPI	101767	Execução e compactação de base e ou sub base para pavimentação de solos estabilizados granulometricamente com mistura de solos em pista - exclusive solo, escavação, carga e transporte. AF_11/2019	m3	1.020,0186	R\$ 24,13	R\$ 24.613,05	2,532%	94,541%	C
10	SINAPI	100576	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso. AF_11/2019	m2	5.666,7700	R\$ 2,10	R\$ 11.900,22	1,224%	95,765%	C
11	ANP	ANP-RR 2C	EMULSÃO ASFÁLTICA - RR 2C	t	2,5500	R\$ 4.639,10	R\$ 11.829,92	1,217%	96,982%	C
12	composição atualizada	74021/3M_SINAPI	Ensaio de regularização do subleito	m2	5.666,7700	R\$ 1,24	R\$ 7.026,79	0,723%	97,705%	C
13	SINAPI	101116	Escavação horizontal em solo de 1a categoria com trator de esteiras (170hp/lâmina: 5,20m3). AF_07/2020	m3	3.003,3881	R\$ 1,87	R\$ 5.616,34	0,578%	98,282%	C
14	composição de preço	96401M/SINAPI	Execução de imprimação com asfalto diluído CM-30. AF_11/2019 (exclusive produto betuminoso)	m2	5.666,7700	R\$ 0,96	R\$ 5.440,10	0,560%	98,842%	C
15	composição de preço	96402M/SINAPI	Execução de imprimação ligante (pintura de ligação) com emulsão asfáltica RR-2C. AF_11/2019 (exclusive produto betuminoso)	m2	5.666,7700	R\$ 0,79	R\$ 4.476,75	0,461%	99,302%	C
16	composição atualizada	74021/6M_SINAPI	Ensaio de base estabilizada granulometricamente	m3	1.020,0186	R\$ 2,39	R\$ 2.437,84	0,251%	99,553%	C
17	composição de preço	01-10-00M/PMSP	Levantamento planialtimétrico cadastral	m2	5.666,7700	R\$ 0,39	R\$ 2.210,04	0,227%	99,781%	C
18	composição de preço	01-09-00M/PMSP	Levantamento planimétrico cadastral	m2	5.666,7700	R\$ 0,32	R\$ 1.813,37	0,187%	99,967%	C

<b>CURVA ABC de SERVIÇO - OBRA de INFRAESTRUTURA</b>
<b>SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização</b>
<b>Administração Regional do SIA - RA XXIX</b>
<b>Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência</b>
<b>SINAPI_Março/2022 - SICRO_Janeiro/2022 - ANP_Março/2022</b>

CRONOGRAMA										
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL do ITEM	%	% Acumulada	Classificação
19	CREA/DF	Tabela A_ ART Faixa 2	Pagamento de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - Conforme Resolução 1067/2015, do CONFEA (art. 2º, §2º e §3º) - Tabela A (Valores de contrato) - Obra ou Serviço - Contrato acima de R\$ 15.000,00. Conforme CREA-DF (Taxas para registro de ART's e anuidades - exercício de 2022_CONFEA por meio da Decisão Plenária nº 1.513, de 27 de setembro de 2021)	un	1,0000	R\$ 233,94	R\$ 233,94	0,024%	99,991%	C
20	SINAPI	102332	Transporte com caminhão tanque de transporte de material asfáltico de 20000 l, em via urbana pavimentada, DMT até 30km (unidade: tkm). AF_07/2020	t.km	50,4909	R\$ 1,70	R\$ 85,83	0,009%	100,000%	C
<b>Total Parcial</b>							<b>R\$ 972.129,95</b>			
<b>Total Parcial sem BDI %</b>							<b>R\$ 1.006.034,01</b>			
<b>Total da Administração Local</b>							<b>R\$ 33.904,06</b>			
<b>Curva ABC - Total sem códigos da Administração Local</b>							<b>R\$ 972.129,95</b>			

ATEGOR	PERCENTUAL	QTDE	VALOR	ACUMULADA
A	45,12%	2	R\$ 438.634,17	R\$ 438.634,17
B	32,89%	3	R\$ 319.719,73	R\$ 758.353,90
C	21,99%	15	R\$ 213.776,05	R\$ 972.129,95
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>20</b>	<b>R\$ 972.129,95</b>	
A	PERCENTUAL ACUMULADO ATÉ 50 %			
B	PERCENTUAL ACUMULADO ENTRE 50 % E 80 %			
C	PERCENTUAL ACUMULADO MAIOR QUE 80 %			

**7**

## CRONOGRAMA

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

Administração Regional do SIA - RA XXIX  
SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)  
Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência  
SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022

CRONOGRAMA - OBRA de INFRAESTRUTURA											
SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização											
Administração Regional do SIA - RA XXIX											
Recapamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência											
SINAPI_Março/2022 - SICRO_Janeiro/2022 - ANP_Março/2022											

ITEM	SERVIÇOS	DIAS CORRIDOS					PREÇOS (R\$)				%
		30	60	90	120	150	PARCIAL	17,34%	Resumo dos Materiais Betuminosos	TOTAL	
DEMOLIÇÃO											
1	DEMOLIÇÃO de PAVIMENTO EXISTENTE_FRESAGEM	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 52.727,03	R\$ 9.142,87	-	R\$ 61.869,89	5,48%
		R\$ 30.934,95	R\$ 30.934,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00					
		50,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					
EXECUÇÃO											
1	EXECUÇÃO de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 547.120,11	R\$ 94.870,63	R\$ 298.265,82	R\$ 940.256,56	83,30%
		R\$ 470.128,28	R\$ 470.128,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00					
		50,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					
CONTROLES, ENSAIOS, RCC e ART											
1	CONTROLES e ENSAIOS	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 13.488,05	R\$ 2.338,83	-	R\$ 15.826,87	1,40%
		R\$ 7.913,44	R\$ 7.913,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00					
		50,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					
2	RESÍDUOS da CONSTRUÇÃO CIVIL e ART	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 60.528,94	R\$ 10.495,72	-	R\$ 71.024,66	6,29%
		R\$ 35.512,33	R\$ 35.512,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00					
		50,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					
ADMINISTRAÇÃO											
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 33.904,06	R\$ 5.878,96	-	R\$ 39.783,02	3,52%
		R\$ 19.891,51	R\$ 19.891,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00					
		50,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					
		DIAS CORRIDOS					PREÇOS (R\$)				%
		30	60	90	120	150	PARCIAL	17,34%	Resumo dos Materiais Betuminosos	TOTAL	
	Desembolso Mensal	R\$ 564.380,50	R\$ 564.380,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 707.768,18	R\$ 122.727,00	R\$ 298.265,82	R\$ 1.128.761,01	100,00%
	Porcentagem Parcial	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%					
	Desembolso Total	R\$ 564.380,50	R\$ 1.128.761,01	R\$ 1.128.761,01	R\$ 1.128.761,01	R\$ 1.128.761,01					
	Porcentagem Acumulada	50,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					



**8****BENEFÍCIOS e DESPESAS INDIRETAS**

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

**Administração Regional do SIA - RA XXIX****SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)****Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência****SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022**

<b>BENEFÍCIOS e DESPESAS INDIRETAS</b>
<b>SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização</b>
Custo de Composições - Sintético
Data-Base:
SINAPI_Março/2022 - SICRO_Janeiro/2022 - ANP_Março/2022

**BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS**  
**Obras de menor complexidade (Praças, Calçadas, Ciclovias, Meios-Fios e Obras Correlatas).**  
**SEM DESONERAÇÃO**

Grupo	Componentes	Incidências
<b>DESPESAS INDIRETAS</b>		
<b>A</b>	Administração Central	3,00%
	Seguros + Garantias	0,80%
	Riscos	0,97%
	Despesas Financeiras	0,59%
Subtotal "A"		<b>5,36%</b>
<b>TRIBUTOS</b>		
<b>B</b>	COFINS - Contribuição Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	1,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	0,00%
Subtotal "B"		<b>4,65%</b>
<b>BONIFICAÇÃO</b>		
<b>B</b>	Lucro	6,16%
Subtotal "C"		<b>6,16%</b>
<b>BDI</b>		<b>17,34%</b>

**FORMULA UTILIZADA PARA CÁLCULO DO BDI**

$$BDI = \left[ \left( \frac{(1 + (AC + S + R + G)) \times ((1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$$

- AC Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
- S Taxa Representativa de Seguros
- R Taxa Representativa de Riscos
- G Taxa Representativa de Garantias
- DF Taxa Representativa de Despesas Financeiras
- L Taxa Representativa de Lucro
- I Taxa Representativa de Incidência de Impostos

Taxa Representativa da Incidência de Impostos é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas são aplicadas sobre o custo

<b>REFERÊNCIAS:</b>
Fórmula de cálculo do BDI: Relatório do Acórdão nº 2.622/2013 - TCU / Plenário

**9****ENCARGOS SOCIAIS**

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

**Administração Regional do SIA - RA XXIX****SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)****Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência****SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022**

<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>
<b>SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização</b>
Custo de Composições - Sintético
Data-Base:
SINAPI_Março/2022 - SICRO_Janeiro/2022 - ANP_Março/2022

SINAPI - Composição de Encargos Sociais



DISTRITO FEDERAL		VIGÊNCIA A PARTIR DE: 10/2021			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONDI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,75%	Não incide	17,75%	Não incide
B2	Feriados	3,41%	Não incide	3,41%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,84%	0,66%	0,84%	0,66%
B4	13º Salário	10,70%	8,33%	10,70%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,33%	Não incide	1,33%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	8,02%	6,25%	8,02%	6,25%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	42,96%	15,96%	42,96%	15,96%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,15%	3,24%	4,15%	3,24%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	4,94%	3,85%	4,94%	3,85%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa	3,23%	2,51%	3,23%	2,51%
C5	Indenização Adicional	0,35%	0,27%	0,35%	0,27%
C	Total	12,77%	9,95%	12,77%	9,95%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,65%	2,84%	16,24%	6,03%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,35%	0,27%	0,37%	0,29%
D	Total	8,00%	3,11%	16,61%	6,32%
TOTAL (A+B+C+D)		81,53%	46,82%	110,14%	70,03%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

**10**

## Composições Atualizadas

SSN 000/22 sem DESONERAÇÃO em atualização

**Administração Regional do SIA - RA XXIX**

**SEI 00040-00012941/2019-65 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)**

**Recapeamento asfáltico de vias e estacionamentos internos do Complexo da Gerência**

**SINAPI\_Março/2022 - SICRO\_Janeiro/2022 - ANP\_Março/2022**

ENSAIOS				COMPOSIÇÕES DE PREÇOS		
				Leis Sociais: 110,14%		
74022/6	ENSAIO DE GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO - SOLOS		un	R\$ 176,58		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	3,200000	R\$ 30,9400	R\$ 99,0080
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	1,600000	R\$ 48,4800	R\$ 77,5680
74022/8	ENSAIO DE LIMITE DE LIQUIDEZ - SOLOS		un	R\$ 110,36		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	2,000000	R\$ 30,9400	R\$ 61,8800
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	1,000000	R\$ 48,4800	R\$ 48,4800
74022/9	ENSAIO DE LIMITE DE PLASTICIDADE - SOLOS		un	R\$ 99,32		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	1,800000	R\$ 30,9400	R\$ 55,6920
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	0,900000	R\$ 48,4800	R\$ 43,6320
74022/10	ENSAIO DE COMPACTAÇÃO - AMOSTRAS NÃO TRABALHADAS - ENERGIA NORMAL - SOLOS		un	R\$ 209,68		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	3,800000	R\$ 30,9400	R\$ 117,5720
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	1,900000	R\$ 48,4800	R\$ 92,1120
74022/15	ENSAIO DE MASSA ESPECIFICA - IN SITU - MÉTODO BALÃO DE BORRACHA - SOLOS		un	R\$ 88,29		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	1,600000	R\$ 30,9400	R\$ 49,5040
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	0,800000	R\$ 48,4800	R\$ 38,7840
74022/19	ENSAIO DE ÍNDICE DE SUPORTE CALIFORNIA - AMOSTRAS NÃO TRABALHADAS - ENERGIA NORMAL - SOLOS		un	R\$ 253,83		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	4,600000	R\$ 30,9400	R\$ 142,3240
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	2,300000	R\$ 48,4800	R\$ 111,5040
74022/23	ENSAIO DE TEOR DE UMIDADE - PROCESSO SPEEDY - SOLOS E AGREGADOS MIÚDOS		un	R\$ 66,22		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	1,200000	R\$ 30,9400	R\$ 37,1280
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	0,600000	R\$ 48,4800	R\$ 29,0880
74022/42	ENSAIO DE EQUIVALENTE EM AREIA - SOLOS		un	R\$ 99,32		
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Fonte	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item
88249	SINAPI	Auxiliar de laboratório com encargos complementares	h	1,800000	R\$ 30,9400	R\$ 55,6920
88321	SINAPI	Técnico de laboratório com encargos complementares	h	0,900000	R\$ 48,4800	R\$ 43,6320
ENSAIOS				COMPOSIÇÕES DE PREÇOS		
				Leis Sociais: 110,14%		
Código	Descrição Serviço	Data-base	Produção	Unid.	FIC	FIT
74021/3M_SINAPI	ENSAIOS DE REGULARIZACAO DO SUBLEITO	Mar/21	1,00000	m3	0,00	0,00
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item	
74022/6	ENSAIO DE GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO - SOLOS	un	0,001300	R\$ 176,5760	R\$ 0,2295	
74022/8	ENSAIO DE LIMITE DE LIQUIDEZ - SOLOS	un	0,001300	R\$ 110,3600	R\$ 0,1435	
74022/9	ENSAIO DE LIMITE DE PLASTICIDADE - SOLOS	un	0,001300	R\$ 99,3240	R\$ 0,1291	
74022/10	ENSAIO DE COMPACTAÇÃO - AMOSTRAS NÃO TRABALHADAS - ENERGIA NORMAL - SOLOS	un	0,001300	R\$ 209,6840	R\$ 0,2726	
74022/15	ENSAIO DE MASSA ESPECIFICA - IN SITU - MÉTODO BALÃO DE BORRACHA - SOLOS	un	0,000800	R\$ 88,2880	R\$ 0,0706	
74022/19	ENSAIO DE ÍNDICE DE SUPORTE CALIFORNIA - AMOSTRAS NÃO TRABALHADAS - ENERGIA NORMAL - SOLOS	un	0,001300	R\$ 253,8280	R\$ 0,3300	
74022/23	ENSAIO DE TEOR DE UMIDADE - PROCESSO SPEEDY - SOLOS E AGREGADOS MIÚDOS	un	0,001000	R\$ 66,2160	R\$ 0,0662	
				Custo unitário de execução		R\$ 1,2416
				Custo unitário direto total		R\$ 1,24



ENSAIOS		COMPOSIÇÕES DE PREÇOS				
		Leis Sociais: 110,14%				
Código	Descrição Serviço	Data-base	Produção	Unid.	FIC	FIT
		Mar/21	1,00000	m3	0,00	0,00
74021/6M_SINAPI	ENSAIOS DE BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE					
A - NOME DO SERVIÇO						
Código	Descrição Serviços	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total de Item	
74022/6	ENSAIO DE GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO - SOLOS	un	0,001700	R\$ 176,5760	R\$ 0,3002	
74022/8	ENSAIO DE LIMITE DE LIQUIDEZ - SOLOS	un	0,001700	R\$ 110,3600	R\$ 0,1876	
74022/9	ENSAIO DE LIMITE DE PLASTICIDADE - SOLOS	un	0,001700	R\$ 99,3240	R\$ 0,1689	
74022/10	ENSAIO DE COMPACTAÇÃO - AMOSTRAS NÃO TRABALHADAS - ENERGIA NORMAL - SOLOS	un	0,001700	R\$ 209,6840	R\$ 0,3565	
74022/15	ENSAIO DE MASSA ESPECIFICA - IN SITU - MÉTODO BALÃO DE BORRACHA - SOLOS	un	0,005000	R\$ 88,2880	R\$ 0,4414	
74022/19	ENSAIO DE ÍNDICE DE SUPORTE CALIFORNIA - AMOSTRAS NÃO TRABALHADAS - ENERGIA NORMAL - SOLOS	un	0,001700	R\$ 253,8280	R\$ 0,4315	
74022/23	ENSAIO DE TEOR DE UMIDADE - PROCESSO SPEEDY - SOLOS E AGREGADOS MIÚDOS	un	0,005000	R\$ 66,2160	R\$ 0,3311	
74022/42	ENSAIO DE EQUIVALENTE EM AREIA - SOLOS	un	0,001700	R\$ 99,3240	R\$ 0,1689	
				Custo unitário de execução	R\$ 2,3860	
				Custo unitário direto total	R\$ 2,39	

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS							
						Leis Sociais: 110,14%	
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	1,00	M2	0,00	0,00
01-09-00M/PMSP	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
92145M-CHP	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO. AF. 11/2015 (50% CHP)	1,000	0,00160	0,00000	R\$ 38,9200	R\$ 0,0000	R\$ 0,06227
92146M-CHI	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHI DIURNO. AF. 11/2015 (50% CHI)	1,000	0,00000	0,00160	R\$ 0,0000	R\$ 12,4150	R\$ 0,01986
Custo horário total de equipamentos							R\$ 0,0821
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0055	R\$ 19,70		R\$ 0,1084	
90773	DESENHISTA COPISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0010	R\$ 14,91		R\$ 0,0149	
90775	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0020	R\$ 27,04		R\$ 0,0541	
90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0027	R\$ 19,53		R\$ 0,0527	
Custo horário total de mão de obra							R\$ 0,2301
Custo horário total de execução							R\$ 0,3122
Custo unitário de execução							R\$ 0,3122
Custo do FIC							R\$ 0,0000
Custo do FIT							R\$ 0,0000
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
7247	LOCAÇÃO DE TEODOLITO ELETRÔNICO, PRECISÃO ANGULAR DE 5 A 7 SEGUNDOS, INCLUINDO TRIPE	1,000	0,0027	R\$ 2,2500		R\$ 0,0061	
Custo unitário total de material							R\$ 0,0061
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
Custo total de atividades auxiliares							R\$ 0,0000
Subtotal							R\$ 0,3183
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0	R\$ 0,0000		R\$ 0,00	
Custo unitário total de tempo fixo							R\$ 0,0000
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte							R\$ 0,0000
Custo unitário direto total							R\$ 0,32
OBSERVAÇÕES:	SERVIÇO e COEFICIENTES EXTRAÍDOS DO CÓDIGO 01-09-00, PMSP (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/tabelas_de_custos/index.php?p=310197). INSUMOS SINAPI DATA BASE: MAIO 2021 (http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx).						

## COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

Leis Sociais: 110,14%							
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	1,00	M2	0,00	0,00
01-10-00M/PMSP	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
92145M-CHP	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO. AF. 11/2015 (50% CHP)	1,000	0,00200	0,00000	R\$ 38,9200	R\$ 0,0000	R\$ 0,07784
92146M-CHI	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHI DIURNO. AF. 11/2015 (50% CHI)	1,000	0,00000	0,00200	R\$ 0,0000	R\$ 12,4150	R\$ 0,02483
Custo horário total de equipamentos							R\$ 0,1027
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0066	R\$ 19,70		R\$ 0,1300	
90773	DESENHISTA COPISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0012	R\$ 14,91		R\$ 0,0179	
90775	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0024	R\$ 27,04		R\$ 0,0649	
90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0033	R\$ 19,53		R\$ 0,0644	
Custo horário total de mão de obra							R\$ 0,2773
Custo horário total de execução							R\$ 0,3799
Custo unitário de execução							R\$ 0,3799
Custo do FIC							R\$ 0,0000
Custo do FIT							R\$ 0,0000
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
7252	LOCACAO DE NIVEL OPTICO, COM PRECISAO DE 0,7 MM, AUMENTO DE 32X	1,000	0,0004	R\$ 2,2500		R\$ 0,0009	
7247	LOCACAO DE TEODOLITO ELETRONICO, PRECISAO ANGULAR DE 5 A 7 SEGUNDOS, INCLUINDO TRIPE	1,000	0,0025	R\$ 2,2500		R\$ 0,0056	
Custo unitário total de material							R\$ 0,0065
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
Custo total de atividades auxiliares							R\$ 0,0000
Subtotal							R\$ 0,3865
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0	R\$ 0,0000		R\$ 0,00	
Custo unitário total de tempo fixo							R\$ 0,0000
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte							R\$ 0,0000
Custo unitário direto total							R\$ 0,39
OBSERVAÇÕES:	SERVIÇO e COEFICIENTES EXTRAÍDOS DO CÓDIGO 01-10-00, PMSP (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/tabelas_de_custos/index.php?p=310197). INSUMOS SINAPI DATA BASE: MAIO 2021 (http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx).						

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS							
					Leis Sociais: 110,14%		
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	1,00	M2	0,00	0,00
96401M/SINAPI	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF_11/2019 (EXCLUSIVE PRODUTO BETUMINOSO) - DESATIVADO						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
5839	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2.44 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,002	0,000	R\$ 11,1000	R\$ 0,0000	R\$ 0,01721
5841	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2.44 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,000	0,004	R\$ 0,0000	R\$ 5,2800	R\$ 0,01874
83362	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	1,000	0,001	0,000	R\$ 248,3400	R\$ 0,0000	R\$ 0,23344
89035	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRAÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,00170	0,000	R\$ 120,8700	R\$ 0,0000	R\$ 0,20548
89036	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRAÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,000	0,00410	R\$ 0,0000	R\$ 34,6900	R\$ 0,14223
91486	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHI DIURNO. AF_08/2015	1,000	0,000	0,0049000	R\$ 0,0000	R\$ 48,9800	R\$ 0,24000
Custo horário total de equipamentos							R\$ 0,8571
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0058	R\$ 18,65		R\$ 0,1072	
Custo horário total de mão de obra							R\$ 0,1072
Custo horário total de execução							R\$ 0,9643
Custo unitário de execução							R\$ 0,9643
Custo do FIC							R\$ 0,0000
Custo do FIT							R\$ 0,0000
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
41901			1,2000				
Custo unitário total de material							R\$ 0,0000
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
Custo total de atividades auxiliares							R\$ 0,0000
Subtotal							R\$ 0,9643
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0	R\$ 0,0000		R\$ 0,00	
Custo unitário total de tempo fixo							R\$ 0,0000
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte							R\$ 0,0000
Custo unitário direto total							R\$ 0,96
OBSERVAÇÕES:	SERVIÇO e COEFICIENTES EXTRAÍDOS DO CÓDIGO 96401, SINAPI DATA BASE: MAIO 2021 ( <a href="http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx">http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx</a> ). EM ATENDIMENTO A DECISÃO ORDINÁRIA 3751/2014 DO TCDF, O VALOR DO PRODUTO BETUMINOSO DEVERÁ SER PAGO À PARTE OBEDECENDO TABELA ANP.						

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS								
					Leis Sociais:		110,14%	
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT	
		mar/2022	jan/2022	1,00	M2	0,00	0,00	
96402M/SINAPI	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019 (EXCLUSIVE PRODUTO BETUMINOSO)							
A - EQUIPAMENTOS								
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário	
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	Total	
5839	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2.44 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,002	0,000	R\$ 11,1000	R\$ 0,0000	R\$ 0,01665	
5841	VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2.44 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,000	0,004	R\$ 0,0000	R\$ 5,2800	R\$ 0,01848	
83362	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3.60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	1,000	0,0003	0,000	R\$ 248,3400	R\$ 0,0000	R\$ 0,07773	
89035	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRAÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,0016	0,000	R\$ 120,8700	R\$ 0,0000	R\$ 0,19883	
89036	TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRAÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	1,000	0,000	0,0037	R\$ 0,0000	R\$ 34,6900	R\$ 0,12835	
91486	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇÃO TÉRMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3.60 M, MONTADO SOBRE CAMINHÃO TOCO, PBT 14.300 KG, POTÊNCIA 185 CV - CHI DIURNO. AF_08/2015	1,000	0,000	0,005	R\$ 0,0000	R\$ 48,9800	R\$ 0,24490	
Custo horário total de equipamentos							R\$ 0,6849	
B - MÃO DE OBRA								
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total		
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0054	R\$ 18,65		R\$ 0,1007		
Custo horário total de mão de obra						R\$ 0,1007		
Custo horário total de execução						R\$ 0,7857		
Custo unitário de execução						R\$ 0,7857		
Custo do FIC						R\$ 0,0000		
Custo do FIT						R\$ 0,0000		
C - MATERIAL								
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário		
41903	EMULSAO ASFALTICA CATIONICA RR-2C PARA USO EM PAVIMENTACAO ASFALTICA (COLETADO CAIXA NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	KG	0,0000	R\$ 4,25		R\$ 0,0000		
Custo unitário total de material						R\$ 0,0000		
D - ATIVIDADES AUXILIARES								
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário		
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000		
Custo total de atividades auxiliares						R\$ 0,0000		
Subtotal						R\$ 0,7857		
E - TEMPO FIXO								
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário		
-	-	-	0	R\$ 0,0000		R\$ 0,00		
Custo unitário total de tempo fixo						R\$ 0,0000		
F - MOMENTO DE TRANSPORTE								
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário		
			LN	RP	P			
Custo unitário total de transporte						R\$ 0,0000		
Custo unitário direto total						R\$ 0,79		
OBSERVAÇÕES:	SERVIÇO e COEFICIENTES EXTRAÍDOS DO CÓDIGO 96402, SINAPI DATA BASE: MAIO 2021 (http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx). EM ATENDIMENTO A DECISÃO ORDINÁRIA 3751/2014 DO TCDF, O VALOR DO PRODUTO BETUMINOSO DEVERÁ SER PAGO À PARTE OBEDECENDO TABELA ANP.							

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS							
						Leis Sociais:	110,14%
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	99,60	T	0,00	0,00
4011463M/SICRO	CONCRETO ASFÁLTICO - FAIXA C - AREIA E BRITA COMERCIAIS (EXCLUSIVE MATERIAL BETUMINOSO)						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
6879	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS ESTATÍCO, PRESSÃO VARIÁVEL, POTÊNCIA 111 HP, PESO SEM/COM LASTRO 9,5 / 26 T, LARGURA DE TRABALHO 1,90 M - CHP DIURNO. AF 07/2014	1,000	0,71000	0,00000	R\$ 207,2800	R\$ 0,0000	R\$ 147,16880
6880	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS ESTATÍCO, PRESSÃO VARIÁVEL, POTÊNCIA 111 HP, PESO SEM/COM LASTRO 9,5 / 26 T, LARGURA DE TRABALHO 1,90 M - CHI DIURNO. AF 07/2014	1,000	0,00000	0,29000	R\$ 0,0000	R\$ 76,3800	R\$ 22,15020
95631	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHP DIURNO. AF 11/2016	1,000	0,82000	0,00000	R\$ 228,5600	R\$ 0,0000	R\$ 187,41920
95632	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHI DIURNO. AF 11/2016	1,000	0,00000	0,18000	R\$ 0,0000	R\$ 73,9400	R\$ 13,30920
5835	VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS, LARGURA DE PAVIMENTAÇÃO 1,90 M A 5,30 M, POTÊNCIA 105 HP CAPACIDADE 450 T/H - CHP DIURNO. AF 11/2014	1,000	1,00000	0,00000	R\$ 390,2800	R\$ 0,0000	R\$ 390,28000
Custo horário total de equipamentos						R\$ 760,3274	
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,0000	R\$ 18,65		R\$ 149,2000	
Custo horário total de mão de obra						R\$ 149,2000	
Custo horário total de execução						R\$ 909,5274	
Custo unitário de execução						R\$ 9,1318	
Custo do FIC						R\$ 0,0000	
Custo do FIT						R\$ 0,0000	
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,0000	R\$ 0,00		R\$ 0,0000	
Custo unitário total de material						R\$ 0,0000	
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
6416078M/SICRO	USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO - FAIXA C - AREIA E BRITA COMERCIAIS	T	1,0200	R\$ 184,8210		R\$ 188,5174	
Custo total de atividades auxiliares						R\$ 188,5174	
Subtotal						R\$ 197,6492	
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
5914649M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE EM CAMINHÃO	T	1,02	R\$ 6,0740		R\$ 6,20	
Custo unitário total de tempo fixo						R\$ 6,1954	
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte						R\$ 0,0000	
Custo unitário direto total						R\$ 203,8446	
OBSERVAÇÕES:	SERVIÇO e COEFICIENTES EXTRAÍDOS DO CÓDIGO 4011463, SICRO DATA BASE: Janeiro 2021 (https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/sicro/centro-oeste/centro-oeste). INSUMOS SINAPI DATA BASE: MAIO 2021 (http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx). EM ATENDIMENTO A DECISÃO ORDINÁRIA 3751/2014 DO TCDF, O VALOR DO PRODUTO BETUMINOSO DEVERÁ SER PAGO À PARTE OBEDECENDO TABELA ANP.						

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS							
						Leis Sociais:	110,14%
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	1,00	M2	0,00	0,00
CCU - 02.008/NOVACAP	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO ADESIVADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (REF: 74209/1 SINAPI JAN 2020)						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	Total
-	-	0.0000	0.0000	0.0000	R\$ 0,0000	R\$ 0,0000	R\$ 0,00000
Custo horário total de equipamentos							R\$ 0,0000
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário	Custo Horário Total		
88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	R\$ 24,83	R\$ 24,8300		
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	R\$ 18,65	R\$ 37,3000		
				Custo horário total de mão de obra	R\$ 62,1300		
				Custo horário total de execução	R\$ 62,1300		
				Custo unitário de execução	R\$ 62,1300		
				Custo do FIC	R\$ 0,0000		
				Custo do FIT	R\$ 0,0000		
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Custo Unitário		
4417	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,0000	R\$ 8,1100	R\$ 8,1100		
4491	PONTELETE *7.5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	4,0000	R\$ 9,0400	R\$ 36,1600		
4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2.4 X 1.2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	M2	1,0000	R\$ 225,0000	R\$ 225,0000		
5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,1100	R\$ 23,3000	R\$ 2,5630		
				Custo unitário total de material	R\$ 271,8330		
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	Quant.	Custo Unitário	Custo Unitário		
94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	0,0100	R\$ 414,7400	R\$ 4,1474		
				Custo total de atividades auxiliares	R\$ 4,1474		
				Subtotal	R\$ 338,1104		
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário	Custo Unitário		
-	-	-	0	R\$ 0,0000	R\$ 0,00		
				Custo unitário total de tempo fixo	R\$ 0,0000		
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
						Custo unitário total de transporte	R\$ 0,0000
						Custo unitário direto total	R\$ 338,11

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS							
						Leis Sociais:	110,14%
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	25,97000	T	0,00	0,00
5914363M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE CIMENTO E GRANEL EM CAMINHÃO SILO DE 30M³						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	Total
E9146M-CHP	Caminhão silo com capacidade de 30 m³ - 265 kW (exclusive: Motorista de Caminhão (SICRO), inclusive: Motorista de Caminhão (SINAPI))	1,00000	1,0000	0,0000	R\$ 419,7165	R\$ 0,0000	R\$ 419,71650
Custo horário total de equipamentos							R\$ 419,7165
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário	Custo Horário Total		
-	-	-	0,00000	R\$ 0,00	R\$ 0,0000		
				Custo horário total de mão de obra	R\$ 0,0000		
				Custo horário total de execução	R\$ 419,7165		
				Custo unitário de execução	R\$ 16,1616		
				Custo do FIC	R\$ 0,0000		
				Custo do FIT	R\$ 0,0000		
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Custo Unitário		
-	-	-	0,00000	R\$ 0,0000	R\$ 0,0000		
				Custo unitário total de material	R\$ 0,0000		
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	-	Custo Unitário	Custo Unitário		
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000	R\$ 0,0000		
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000	R\$ 0,0000		
				Custo total de atividades auxiliares	R\$ 0,0000		
				Subtotal	R\$ 16,1616		
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário	Custo Unitário		
				Custo unitário total de tempo fixo	R\$ 0,0000		
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
				Custo unitário total de transporte	R\$ 0,0000		
				Custo unitário direto total	R\$ 16,1616		



COMPOSIÇÕES DE PREÇOS							
						Leis Sociais:	110,14%
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	457,16000	T	0,00	0,00
5914647M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE AGREGADOS OU SOLOS EM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M³ - CARGA COM CARREGADEIRA DE 3,40M³ (EXCLUSA) E DESCARGA LIVRE						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
91386	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF 06/2014	3,00000	0,8600	0,0000	R\$ 237,5600	R\$ 0,0000	R\$ 612,90480
91387	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL	3,00000	0,0000	0,1400	R\$ 0,0000	R\$ 48,5900	R\$ 20,40780
Custo horário total de equipamentos							R\$ 633,3126
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
-	-	-	0,00000	R\$ 0,00		R\$ 0,0000	
Custo horário total de mão de obra							R\$ 0,0000
Custo horário total de execução							R\$ 633,3126
Custo unitário de execução							R\$ 1,3853
Custo do FIC							R\$ 0,0000
Custo do FIT							R\$ 0,0000
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,00000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
Custo unitário total de material							R\$ 0,0000
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	-	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
Custo total de atividades auxiliares							R\$ 0,0000
Subtotal							R\$ 1,3853
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
Custo unitário total de tempo fixo							R\$ 0,0000
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte							R\$ 0,0000
Custo unitário direto total							R\$ 1,39

COMPOSIÇÕES DE PREÇOS							
						Leis Sociais:	110,14%
Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	99,60000	T	0,00	0,00
5914649M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE EM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M³ - CARGA EM USINA DE ASFALTO 100/140 T/H E DESCARGA EM VIBROACABADORA						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
91386	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF 06/2014	3,00000	0,8100	0,0000	R\$ 237,5600	R\$ 0,0000	R\$ 577,27080
91387	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF 06/2014	3,00000	0,0000	0,1900	R\$ 0,0000	R\$ 48,5900	R\$ 27,69630
Custo horário total de equipamentos						R\$ 604,9671	
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
-	-	-	0,00000	R\$ 0,00		R\$ 0,0000	
				Custo horário total de mão de obra		R\$ 0,0000	
				Custo horário total de execução		R\$ 604,9671	
				Custo unitário de execução		R\$ 6,0740	
				Custo do FIC		R\$ 0,0000	
				Custo do FIT		R\$ 0,0000	
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,00000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
				Custo unitário total de material		R\$ 0,0000	
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	-	Custo Unitário		Custo Unitário	
				Custo total de atividades auxiliares		R\$ 0,0000	
				Subtotal		R\$ 6,0740	
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Custo Unitário		Custo Unitário		
				Custo unitário total de tempo fixo		R\$ 0,0000	
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte						R\$ 0,0000	
Custo unitário direto total						R\$ 6,07	

## COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

Leis Sociais: 110,14%

Código	Descrição Serviço	Data-base SINAPI	Data-base SICRO	Produção	Unid.	FIC	FIT
		mar/2022	jan/2022	99,60	T	0,00	0,00
6416078M/SICRO	USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO - FAIXA C - AREIA E BRITA COMERCIAIS (EXCLUSIVE MATERIAL BETUMINOSO)						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
E9559	Aquecedor de fluido térmico - 12 kW	1,000	1,00000	0,00000	R\$ 74,8188	R\$ 0,0000	R\$ 74,81880
5940	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHP DIURNO. AF 06/2014	1,000	0,80000	0,00000	R\$ 168,3500	R\$ 0,0000	R\$ 134,68000
5942	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHI DIURNO. AF 06/2014	1,000	0,00000	0,20000	R\$ 0,0000	R\$ 59,6600	R\$ 11,93200
E9021	Grupo gerador - 456 kVA	1,000	1,00000	0,00000	R\$ 379,3863	R\$ 0,0000	R\$ 379,38630
7030	TANQUE DE ASFALTO ESTACIONÁRIO COM SERPENTINA, CAPACIDADE 30.000 L - CHP DIURNO. AF 06/2014	2,000	1,00000	0,00000	R\$ 282,9100	R\$ 0,0000	R\$ 565,82000
E9689M-CHP	Usina de asfalto a quente gravimétrica com capacidade de 100/140 t/h - 260 kW (exclusive: Operador de equipamento especial (SICRO), inclusive: Operador de usina de asfalto, de solos ou de concreto com encargos complementares (SINAPI))	1,000	1,00000	0,00000	R\$ 1.042,4389	R\$ 0,0000	R\$ 1.042,43890
Custo horário total de equipamentos							R\$ 2.209,0760
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,0000	R\$ 18,65		R\$ 74,6000	
Custo horário total de mão de obra							R\$ 74,6000
Custo horário total de execução							R\$ 2.283,6760
Custo unitário de execução							R\$ 22,9285
Custo do FIC							R\$ 0,0000
Custo do FIT							R\$ 0,0000
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,3248	R\$ 150,00		R\$ 48,7125	
4720	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,0625	R\$ 172,27		R\$ 10,7583	
4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,0625	R\$ 149,21		R\$ 9,3182	
M0344	Cal hidratada - a granel	kg	56,2000	R\$ 0,46		R\$ 25,6384	
M1943	Cimento asfáltico de petróleo - CAP 50/70	t	0,0632	-		-	
M1941	Óleo tipo A1	l	8,0000	R\$ 5,21		R\$ 41,6688	
4720	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,1374	R\$ 172,27		R\$ 23,6682	
Custo unitário total de material							R\$ 159,7643
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Código	Descrição Atividades Auxiliares	Unid.	Quant.	Custo Unitário		Custo Unitário	
-	-	-	0,0000	R\$ 0,0000		R\$ 0,0000	
Custo total de atividades auxiliares							R\$ 0,0000
Subtotal							R\$ 182,6928
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Unid.	Custo Unitário		Custo Unitário		
5914647M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE AGREGADOS OU SOLOS EM CAMINHÃO	T	0,48713	R\$ 1,3853	R\$ 0,67		
5914647M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE AGREGADOS OU SOLOS EM CAMINHÃO	T	0,09368	R\$ 1,3853	R\$ 0,13		
5914647M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE AGREGADOS OU SOLOS EM CAMINHÃO	T	0,09368	R\$ 1,3853	R\$ 0,13		
5914363M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE CIMENTO E GRANEL EM CAMINHÃO SILO DE 30M³	T	0,0562	R\$ 16,1616	R\$ 0,91		
5914647M/SICRO	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE AGREGADOS OU SOLOS EM CAMINHÃO	T	0,20609	R\$ 1,3853	R\$ 0,29		
Custo unitário total de tempo fixo							R\$ 2,1282
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Código	Quantidade	Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte							R\$ 0,0000
Custo unitário direto total							R\$ 184,82
OBSERVAÇÕES:	SERVIÇO e COEFICIENTES EXTRAÍDOS DO CÓDIGO 6416078, SICRO DATA BASE: Janeiro 2021 ( <a href="https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/sicro/centro-oeste/centro-oeste">https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/sicro/centro-oeste/centro-oeste</a> ). INSUMOS SINAPI DATA BASE: MAIO 2021 ( <a href="http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx">http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx</a> ). EM ATENDIMENTO A DECISÃO ORDINÁRIA 3751/2014 DO TCDF, O VALOR DO PRODUTO BETUMINOSO DEVERÁ SER PAGO À PARTE OBEDECENDO TABELA ANP.						

**RESUMO MATERIAL BETUMINOSO**

Data-base ANP: mar/22

Desonerado: Não

Descrição Material	Preço Aquisição	Preço Transporte	Pedágio (t)	Alíquota ICMS	ICMS (Aq.+Transp.)	BDI 10,89%	Custo Total
ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO - CM-30	R\$ 5.930,81	R\$ 137,939	R\$ 5,143	19,00%	R\$ 1.423,53	R\$ 660,89	R\$ 8.158,31
CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 50/70	R\$ 4.355,22	R\$ 137,939	R\$ 5,143	19,00%	R\$ 1.053,95	R\$ 489,30	R\$ 6.041,55
EMULSÃO ASFÁLTICA - RR 2C	R\$ 3.148,66	R\$ 302,217	R\$ 2,957	19,00%	R\$ 809,46	R\$ 375,80	R\$ 4.639,10
CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45	R\$ 4.324,80	R\$ 137,939	R\$ 5,143	19,00%	R\$ 1.046,81	R\$ 485,99	R\$ 6.000,68
CAP MODIFICADO POR POLÍMERO - SBS 60/85	R\$ 5.186,07	R\$ 452,993	R\$ 49,443	20,00%	R\$ 1.409,77	R\$ 614,09	R\$ 7.712,37
EMULSÃO ASFÁLTICA MOD. POR POLÍMEROS RC1C-E	R\$ 3.904,61	R\$ 236,96	R\$ 12,857	20,00%	R\$ 1.035,39	R\$ 451,02	R\$ 5.640,83
EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SERVIÇO DE IMPRIMAÇÃO	R\$ 2.929,50	R\$ 236,96	R\$ 12,857	20,00%	R\$ 791,61	R\$ 344,83	R\$ 4.315,76

**Obs 1:** Estimativas conforme Decisão nº 3751/2014 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

**Obs 2:** As estimativas apresentadas poderão sofrer alteração em seus custo total, uma vez que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis notifica que as informações são baseadas em dados preliminares, portanto sujeitas a reproprocessamento por parte dos informantes nos moldes da Resolução ANP nº 729/2018 (Nota 2, planilha preço-asfalto-uf-2013-2021 - <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-distribuicao-de-produtos-asfalticos>)



**NOVACAP**  
COMPANHIA URBANIZADORA DA  
NOVA CAPITAL DO BRASIL

## Detalhamento dos Serviços

Data: 28/04/2022



**Cod. Serviço**  
5401

**Unidade**  
t

**ICMS**  
Sim

**BDI**  
Sim

**Prod. Serviço**  
1

**Data-base**  
mar/22

### Descrição do Serviço

ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO - CM-30

Desonerado: Não

ICMS 19,00%

MATERIAIS					
Código	Descrição do Material	Quant.	Unidade	Custo Unit.	Custo Material
2084	ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO - CM-30	1,000	t	R\$ 5.930,81	R\$ 5.930,81
Custos Totais de Materiais					R\$ 5.930,81

SERVIÇOS ASSOCIADOS					
Código	Descrição dos Serviços Associados	Quant.	Unidade	Custo Unit.	Custo Material
4167.1	FRETE PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS BETUMINOSOS (Goiânia-GO / Novacap) DMT DE 200 KM EM RODOVIA COM REVESTIMENTO ASFÁLTICO.	1,000	Un	R\$ 137,94	R\$ 137,94
Custos Totais					R\$ 137,94

SUMÁRIO					
Custo Direto	Custo Indireto do Serviço	BDI	Pedágio	ICMS	Custo Unitário Final
R\$ 5.930,81	R\$ 137,94	R\$ 660,89	R\$ 5,14	R\$ 1.423,53	R\$ 8.158,31

*Critério de Medição:* Medido pela tonelada efetivamente fornecida



**Cod. Serviço** 5403      **Unidade** t      **ICMS** Sim      **BDI** Sim      **Prod. Serviço** 1      **Data-base** mar/22

### Descrição do Serviço

EMULSÃO ASFÁLTICA - RR 2C

Desonerado: Não

ICMS 19,00%

MATERIAIS					
Código	Descrição do Material	Quant.	Unidade	Custo Unit.	Custo Material
2143	EMULSÃO ASFÁLTICA - RR 2C	1,000	t	R\$ 3.148,66	R\$ 3.148,66
<b>Custos Totais de Materiais</b>					<b>R\$ 3.148,66</b>

SERVIÇOS ASSOCIADOS					
Código	Descrição dos Serviços Associados	Quant.	Unidade	Custo Unit.	Custo Material
4167.10	FRETE PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS BETUMINOSOS (Barra do Garças - MT / Novacap) DMT DE 565 KM EM RODOVIA COM REVESTIMENTO ASFÁLTICO.	1,000	Un	R\$ 302,22	R\$ 302,22
<b>Custos Totais</b>					<b>R\$ 302,22</b>

SUMÁRIO					
Custo Direto	Custo Indireto do Serviço	BDI	Pedágio	ICMS	Custo Unitário Final
R\$ 3.148,66	R\$ 302,22	R\$ 375,80	R\$ 2,96	R\$ 809,46	<b>R\$ 4.639,10</b>

*Critério de Medição:* Medido pela tonelada efetivamente fornecida



**NOVACAP**  
COMPANHIA URBANIZADORA DA  
NOVA CAPITAL DO BRASIL

## Detalhamento dos Serviços

Data: 28/04/2022



<b>Cod. Serviço</b>	<b>Unidade</b>	<b>ICMS</b>	<b>BDI</b>	<b>Prod. Serviço</b>	<b>Data-base</b>
5423	t	Sim	Sim	1	mar/22

### Descrição do Serviço

CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45

Desonerado: Não

ICMS 19,00%

MATERIAIS					
Código	Descrição do Material	Quant.	Unidade	Custo Unit.	Custo Material
2946	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45	1,000	t	R\$ 4.324,80	R\$ 4.324,80
Custos Totais de Materiais					R\$ 4.324,80

SERVIÇOS ASSOCIADOS					
Código	Descrição dos Serviços Associados	Quant.	Unidade	Custo Unit.	Custo Material
4167.1	FRETE PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS BETUMINOSOS (Goiânia-GO / Novacap) DMT DE 200 KM EM RODOVIA COM REVESTIMENTO ASFÁLTICO.	1,000	Un	R\$ 137,94	R\$ 137,94
Custos Totais					R\$ 137,94

SUMÁRIO					
Custo Direto	Custo Indireto do Serviço	BDI	Pedágio	ICMS	Custo Unitário Final
R\$ 4.324,80	R\$ 137,94	R\$ 485,99	R\$ 5,14	#####	R\$ 6.000,68

*Critério de Medição:* Medido pela tonelada efetivamente fornecida

## Valores de Taxas para o Registro de ART em 2022

---

O CONFEA por meio da Decisão Plenária nº 1.513, de 27 de setembro de 2021, decidiu pela manutenção dos valores das taxas de registro de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – para o exercício 2022.

É vedada ao Crea-DF a criação de qualquer outro ônus ou desconto, bem como a modificação dos critérios estabelecidos na RESOLUÇÃO Nº 1.067, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015 DO CONFEA.

A quitação da ART deverá se dar exclusivamente por meio de pagamento do boleto bancário. O prazo para baixa do pagamento no sistema do Crea-DF é de até 24h em dias úteis. Depósitos ou transferência em contas bancárias do Crea-DF não serão aceitos.

### Tabela A – Obra ou serviço

Conforme Resolução 1067/2015, do CONFEA (art. 2º, §2º e §3º):

O valor da ART referente à execução de obra incidirá sobre o valor do custo da obra.

O valor da ART referente à prestação de serviço incidirá sobre o valor do contrato.

FAIXAS	VALOR DO CONTRATO	TAXA DA ART (EM R\$)
--------	-------------------	----------------------

1	Até 15.000,00	R\$ 88,78
---	---------------	-----------

2	Acima de 15.000,00	R\$ 233,94
---	--------------------	------------





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**  
Assessoria de Meio Ambiente

A presente manifestação visa promover a ciência aos setores desta Companhia quanto à publicação de normativa que altera o gerenciamento de resíduos sólidos, especificamente para o caso da construção civil.

Informamos que o [Decreto nº 39.968 de 19 de julho de 2019](#) estabelece o prazo de 1º de janeiro de 2021 para a cobrança de preço público para manejo de resíduos da construção civil na URE/SLU, gerados por órgãos da administração direta e indireta e empresas públicas no Distrito Federal, previsto no art. 22, §1º, inciso III, da [Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011](#).

A seguir serão apresentadas as normas relacionadas ao tema:

- [Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011](#), que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos, estabelecendo o seguinte:

Art. 22. São responsáveis pela gestão dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos:

**I – os geradores de resíduos da construção civil, pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparo e demolição, bem como por aqueles resultantes dos serviços preliminares de remoção de vegetação e escavação de solo;**

II – os geradores de resíduos volumosos, pelos resíduos dessa natureza originados nos imóveis, de propriedade pública ou privada;

III – os transportadores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos e os receptores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, pelos resíduos em seu poder.

§ 1º É competência do órgão responsável pelo serviço público de limpeza urbana responder:

I – pela recepção nos pontos de entrega e pelo manejo dos pequenos volumes de resíduos da construção civil;

II – pela coleta, pela recepção nos pontos de entrega e pelo manejo de resíduos volumosos;

III – pelo manejo de grandes volumes de resíduos da construção civil, mediante a cobrança de preço público pelo serviço prestado.

§ 2º A atividade descrita nos incisos I, II e III do § 1º poderá ser exercida pela iniciativa privada.

- [Resolução nº 01/2017](#), que estabelece **procedimentos de cadastramento de transportadores** de Resíduos de **Construção Civil** e Volumosos no Distrito Federal, bem como especifica a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte.
- [Instrução Normativa nº 03/2020](#), a qual regulamenta os procedimentos e normas no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para o pagamento e recepção de Resíduos da Construção Civil - RCC na Unidade de Recebimento de Entulhos, definindo os seguintes critérios para recebimento de resíduos:

Art. 2º. Para fins desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

I – resíduos da construção civil Classe A: resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras.

II – resíduos da construção civil segregado: resíduos apenas de Classe A, sem outro tipo de resíduo misturado;

III – resíduos da construção civil não segregados: resíduos de Classe A misturados com outro tipo de resíduo da construção civil;

IV – resíduos de podas e galhadas: resíduos constituídos por folhagens e por material lenhoso gerados em atividades como capina, jardinagem, poda e supressão de árvores, classificados como resíduos Classe II - não perigosos;

V – resíduos domiciliares: resíduos originários de atividades domésticas em residências urbanas;

- [Resolução nº 20/2020](#), altera a Resolução nº 14/2016, que estabelece os **preços públicos** a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos **da construção civil**, apresentando os seguintes valores:

	Serviço	Unidade de Medida	Preço Unitário
1	Coleta de resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados	Ton.	R\$ 163,10

2	disposição final de resíduos sólidos no Aterro de Brasília	Ton.	R\$ 122,06
3	Disposição final de resíduos da construção civil segregados	Ton.	R\$ 12,23
4	Disposição final de resíduos da construção civil não segregados	Ton.	R\$ 21,44
5	Disposição final de resíduos de podas e galhadas	Ton.	R\$ 19,07
6	Limpeza de vias e logradouros públicos realizada pós-eventos	Ton.	R\$ 519,83

Com exposto, é apresentado a seguir o resumo acerca da classificação e preço públicos estabelecidos pelas normas apresentadas:

<a href="#">Instrução Normativa nº 03/2020</a>	<a href="#">Resolução nº 20/2020</a>	Preço Público
<b>Ia)</b> Reparos de pavimentação e outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem	Disposição final de resíduos da construção civil segregados	R\$ 12,23
<b>Ib)</b> Reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto	Disposição final de resíduos da construção civil segregados	R\$ 12,23
<b>Ic)</b> Processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras	Disposição final de resíduos da construção civil segregados	R\$ 12,23
<b>III</b> - Resíduos da construção civil não segregados: resíduos de Classe A misturados com outro tipo de resíduo da construção civil;	Disposição final de resíduos da construção civil não segregados	R\$ 21,44
<b>IV</b> - Resíduos de podas e galhadas: resíduos constituídos por folhagens e por material lenhoso gerados em atividades como capina, jardinagem, poda e supressão de árvores	Disposição final de resíduos de podas e galhadas	R\$ 19,07

Desta forma, seguindo os critérios de classificação estabelecidos pela Instrução Normativa nº 03/2020 e Resolução nº 20/2020 considerando os procedimentos de projeto e execução de obras sugerimos o planejamento de ações para a segregação dos resíduos nas classes= Ia), Ib), Ic) e IV, de forma que o custo por tonelada de RCC classe I seja de R\$ 12,23 e da classe III seja R\$ 19,07 por tonelada a ser destinada na URE/SLU.

A Divisão de Meio Ambiente da Novacap se coloca à disposição para dirimir eventuais dúvidas por meio do telefone 3403-2642 ou e-mail [asmam@novacap.df.gov.br](mailto:asmam@novacap.df.gov.br).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA SEKEFF MARQUES - Matr.0973462-7, Engenheiro(a) Ambiental**, em 22/02/2021, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 verificador= **56315342** código CRC= **ECDFD1F3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2642



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
Departamento Financeiro  
Serviço de Elaboração e Controle Orçamentário

Disponibilidade Orçamentária n.º 173/2022 -  
NOVACAP/PRES/DF/DEFI/SECOR

Brasília-DF, 13 de maio de  
2022.

**DISPONIBILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

AO GAB/DU,

Disponibilizamos o valor para as despesas em questão, que é proveniente da Lei Orçamentária Anual - LOA, vigente (Lei nº 7.061 de 07/01/2022 - DODF EDIÇÃO EXTRA nº 01-A de 07/01/2022), cujas diretrizes são objeto da Lei 6.934 de 05/08/2021 - DODF EDIÇÃO EXTRA - nº 66-A de 05/08/2021), que serão classificadas orçamentariamente, conforme abaixo:

Programa de Trabalho	15.451.6209.1110.8111 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL
Natureza da Despesa	44-90-51
Valor	974.592,58
Fonte de Recursos	100

OBS.: Conforme orientação do Chefe do Departamento Financeiro.

***Luciano Mendonça de Souza***

Chefe da Divisão de Elaboração e Controle

Orçamentário



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO MENDONÇA DE SOUZA - Matr.0075133-2, Chefe do Serviço de Elaboração e Controle Orçamentário**, em 13/05/2022, às 11:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **86391441** código CRC= **F63CAA05**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2373

00040-00012941/2019-65

Doc. SEI/GDF 86391441

DISPONIBILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

AO GAB/DU,

Disponibilizamos o valor para as despesas em questão, que é proveniente da Lei Orçamentária Anual - LOA, vigente (Lei nº 7.061 de 07/01/2022 - DODF EDIÇÃO EXTRA nº 01-A de 07/01/2022), cujas diretrizes são objeto da Lei 6.934 de 05/08/2021 - DODF EDIÇÃO EXTRA - nº 66-A de 05/08/2021), que serão classificadas orçamentariamente, conforme abaixo:

Programa de Trabalho	15.451.6209.1110.8111 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL
Natureza da Despesa	44-90-51
Valor	154.168,43
Fonte de Recursos	100

**Luciano Mendonça de Souza**

Chefe da Divisão de Elaboração e Controle

Orçamentário



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO MENDONÇA DE SOUZA - Matr.0075133-2**, **Chefe do Serviço de Elaboração e Controle Orçamentário**, em 21/06/2022, às 11:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[aca=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **89136513** código CRC= **0CD26454**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2373

**PROJETO BÁSICO - OBRA DE URBANIZAÇÃO**  
**(À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016)**

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE PROJETO BÁSICO			
<b>OBJETO:</b>		CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO INTERNO DO COMPLEXO DA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO DA COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA/SUREC/SEF - SAPS LOTE H, SIA.	
<b>NÚMERO DO PROCESSO:</b>		00040-00012941/2019-65	
<b>REVISÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO</b>
R00	Versão inicial - Projeto Básico	28/06/2022	Técnico(a) em Edificações Lucilane Alves Guimarães.

**INTRODUÇÃO:**

O presente documento se refere ao Projeto Básico para contratação de empresas de engenharia para execução de recapeamento interno do complexo da gerência de fiscalização de mercadorias em trânsito da coordenação de fiscalização tributária/SUREC/SEF - SAPS LOTE H, SIA.

Tal solicitação advém da Coordenação de Fiscalização Tributária por se tratar de estacionamento bastante danificado devido ao grande fluxo de caminhões carregados de Mercadorias objeto da fiscalização realizada pelos Auditores daquela Secretaria.

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei Nº 13.303 de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, ao Decreto Distrital Nº 37.967 de 20/01/2017 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

**1. OBJETO**

Contratação de empresas de engenharia para a contratação de empresas para a execução de recapeamento interno do complexo da gerência de fiscalização de mercadorias em trânsito da coordenação de fiscalização tributária/SUREC/SEF - SAPS LOTE H, SIA.

**2. JUSTIFICATIVA**

O procedimento licitatório visa o atendimento da solicitação da Secretaria de Estado de fazenda, assim, para que se possa atender as solicitações em tela, deverão ser realizados estudos e projetos, emitidas licenças, elaborados orçamentos estimativos. Visando a elaboração de processo licitatório para a contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de recapeamento interno do complexo da gerência de fiscalização de mercadorias em trânsito da coordenação de fiscalização tributária/SUREC/SEF - SAPS LOTE H, SIA.

**3. RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a Nota Técnica Nº (SEI/GDF 90638327)

<b>OBJETO:</b> Contratação de empresas de engenharia para a contratação de empresas para a execução de recapeamento interno do complexo da gerência de fiscalização de mercadorias em trânsito da coordenação de fiscalização tributária/SUREC/SEF SAPS LOTE H, SIA.				
De natureza comum	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
De prestação continuada	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Eminentemente intelectual	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui inovação tecnológica ou técnica	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
De Tecnologia da informação	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui mão de obra excludiva	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP:  Por analogia considerando que os serviços de recapeamento asfáltico, e considerando os disposto na Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal TCDf, ao analisar o Edital do Pregão Presencial nº 08/16-ASCAL/PRES, elaborado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, visando à contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de manutenção de calçadas com meios-fios (demolição, recuperação e execução) com acessibilidade em diversos locais do DF, proferiu a Decisão nº 6242/2016, que suspendeu o certame pela utilização indevida da modalidade Pregão, tendo em vista o objeto licitado não se enquadrar como serviços de natureza comum, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/02, do art. 3º do Decreto Distrital nº 36.519/15, do art. 22 do Decreto Distrital nº 36.520/15 e do entendimento da Corte firmado na Decisão nº 2.642/14.				

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	<b>X</b>
Definida	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Tendo em vista que as quantidades serão definidas de acordo com os orçamentos a serem realizados.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Conforme a Decisão Normativa nº 02/2012 TCDf, de 30 de outubro de 2012, publicado no DODF de 12 de novembro de 2012, aplicam-se a este caso as seguintes justificativas técnicas para o não parcelamento formal:  1 - interferência de uma obra ou serviço em outros a ponto de comprometer suas execuções, a segurança ou a qualidade dos serviços; 2 - interdependência entre os diversos componentes das obras ou serviços, o que transforma o objeto num conjunto indissociável, como a construção de uma única instalação, em que obras e serviços devem ser executados de forma sincronizada, sob pena de comprometer o resultado esperado, tanto em termos de cumprimento de cronograma, quanto em relação à qualidade dos serviços e à perfeita delimitação da responsabilidade técnica; e 3 - realização de serviços indissociáveis, com interdependência entre seus componentes, onde a execução de um dos itens leva a consequências imprevisíveis na execução de outro(s), necessitando evidenciar os aspectos de ordem				

técnica que inviabilizam a integração de obras, serviços e equipamentos executados/fornecidos por diferentes empresas; na medida do possível, essa demonstração deve ser realizada considerando cada obra ou serviço em relação aos demais itens componentes do objeto.

Considerando as situações apresentadas nas justificativas supracitadas, entende-se que objeto desta contratação é indivisível e o parcelamento poderia causar diversos transtornos e prejudicar a plena execução da obra, portanto opta-se neste caso pelo não parcelamento do objeto.

MODALIDADE	
Procedimento Licitatório Eletrônico	X
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	
Pregão Presencial	
Dispensa de Licitação	
Inexigibilidade de Licitação	

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM	X	NÃO	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> 1 - Apresentar o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando: a designação do consórcio, o endereço, o empreendimento, o motivo de sua constituição, a indicação da empresa líder, 2 - Organização, os objetivos e, a composição do consórcio com o nome das empresas e com a indicação do percentual de participação de cada consorciado; 3 - As empresas ou associações consorciadas deverão apresentar o Termo de Compromisso por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito pelas consorciadas, discriminando os poderes de representação de cada consorciada no procedimento licitatório eletrônico, na contratação e na execução do contrato, e a constituição e o registro do consórcio para assinatura do contrato, de acordo com os termos do compromisso firmado; 4- Quando o consórcio for constituído por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá OBRIGATORIAMENTE a uma empresa brasileira, observado o disposto no item 1 acima; 5 - Estabelecimento de poderes à empresa líder pela direção, representação e a administração do consórcio perante a NOVACAP e perante terceiros pelas obrigações assumidas pelo consórcio, inclusive com poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, receber citação, assinar quaisquer documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto deste certame; 6 - O consórcio, após sua contratação, somente se extinguirá findo o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais. Somente será admitida alteração do consórcio, excepcionalmente, quando demonstrada a ocorrência de fato novo não existente ao tempo da assinatura do contrato, devidamente comprovada e aceito pela autoridade competente; 7- Eleição do foro da cidade de Brasília - DF, para dirimir quaisquer questões decorrentes do consórcio; 8 - O consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros. 9 - O consórcio proponente, se vencedor deste certame, fica obrigado a promover, em até 10 (dez) dias antes da celebração do contrato, a sua constituição e o devido registro, nos exatos termos do compromisso apresentado neste edital.				

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM		NÃO	X
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Não será permitida a contratação de cooperativa, visto que a natureza do objeto a ser contratado e o modo como este é executado no mercado em geral implica em subordinação entre o empregado e a CONTRATADA.				

PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE POR MEIO DE SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA	SIM		NÃO	X
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Realização de serviços indissociáveis, com interdependência entre seus componentes, onde a execução de um dos itens leva a consequências imprevisíveis na execução de outro(s), necessitando evidenciar os aspectos de ordem técnica que inviabilizam a integração de obras, serviços e equipamentos executados/fornecidos por diferentes empresas; na medida do possível, essa demonstração deve ser realizada considerando cada obra ou serviço em relação aos demais itens componentes do objeto. O objeto é composto apenas de itens de pavimentação, sendo este objeto principal da contratação.				

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS R\$1.128.761,01</b> um milhão, cento e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e um centavo)
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, <b>sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória</b> , e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso) Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.

MODO DE DISPUTA	
Aberto	
Fechado	X
Combinado	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Devido às características do objeto, indo de acordo ao recomendado pela Resolução nº 1.116/2019 - CONFEA que estabelece que as obras e os serviços no âmbito da engenharia e da agronomia são classificados como serviços técnicos, que requerem conhecimento técnicos comprovados, o modo de disputa fechado busca afugentar propostas aventureiras de pouca especialização, já que a engenharia urbanista em pavimentação possui cunho técnico e que requer processo de planejamento urbano, intervenção e gestão para melhoria da malha viária, considerando a sustentabilidade, o impacto ambiental e segurança do transporte da população.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Visto que o Projeto Básico e o Edital já apresentam critérios mínimos de qualificação técnica/operacional e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que ao considerar os critérios de qualificação técnica o certame credita à escolha melhor método com economicidade, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço é o mais adequado.	

REGIME DE EXECUÇÃO	
Empreitada por preço unitário	X
Empreitada por preço global	
Contratação semi-integrada	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Por se tratar de obra de infraestrutura que envolve fresagem, escavação, compactação de base e outros serviços caracterizados por incertezas intrínsecas nas suas estimativas de quantitativos, entende-se que a empreitada por preço unitário é o regime de execução mais adequado.	

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA nºs 173 e 223 (86391441 e 89136513)	
Programa de Trabalho	15.451.6209.1110.8111 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL
Natureza da Despesa	44-90-51
Valor	1.128.761,01 (um milhão, cento e vinte e oito mil setecentos e sessenta e um reais e um centavo)
Fonte de Recursos	100

#### 4. FUNDAMENTO LEGAL

A execução do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto na seguinte legislação:

- Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);
- Lei Federal nº 5.194/66 (Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo);
- Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 (Altera a consolidação das leis do trabalho - CLT);
- Lei Federal nº 8.213/1991 (Dispõe sobre os planos de Benefícios da Previdência Social);
- Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil);
- Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
- Lei Federal - PNRS 12.305/2010 (Política nacional de resíduos Sólidos);
- Lei Distrital 3.985/2007 (Mão de obra reabilitada ou portadora de deficiência);
- Lei Distrital nº 4.182 de 21 de julho de 2008 (Combate às doenças associadas à exposição solar no trabalho);
- Lei Distrital nº 4.704 de 20 de Dezembro de 2011 (Gestão integrada de resíduos da construção civil);
- Lei Distrital nº 4.766/2012 ( Prioridade os trabalhadores inscritos no cadastro unificado);
- Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018 (Código de Obras e Edificações do DF);
- Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (Acessibilidade);
- Decreto Distrital nº 32.598/2010 (Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito federal);
- Decreto Distrital nº 39.272, de 2 de agosto de 2018 (Código de Edificações do DF);
- Decreto Lei nº 39.968 de 19 de julho de 20;
- Decisão Normativa nº 02/2012 do TCDF (Regra do parcelamento do objeto e da subcontratação);
- Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de Novembro de 2009 (Normas gerais de tributação das contribuições sociais);
- Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019 (Aprova o regulamento de Licitações e Contratos da Novacap);
- Instrução Normativa SLU nº 03/2020 (Regulamenta Resíduos da Construção Civil);
- Instrução Normativa SLU nº 23/2020 (Altera a instrução normativa nº 03/2020 SLU);
- Instrução Normativa nº 59/DNIT - 17 de setembro de 2021;
- Instrução Normativa n.º 659/2021- NOVACAP/PRES/ASESP;
- Resolução nº 13, de 02 de junho de 2021- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Resolução nº 307/2002 do CONAMA
- Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA;
- Resolução Distrital Nº 01, de 1º de Novembro de 2017 (Cadastro de Transportadores de Resíduos de Construção Civil);
- Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (RLC);
- Portaria SEPRT 6.734 DE 09 DE Março de 2020 - Norma Regulamentadora nº 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- OT-IBR 003/2011 (Ibraop - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas);
- Acórdão 19/2017 Plenário TCU (Utilização Orçamento Estimativo como marco inicial para reajustamento);

#### 5. DEFINIÇÕES E SIGLAS

5.1 São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Projeto Básico:

**AS BUILT:** é o conjunto de pranchas que constituem a fase destinada à representação do projeto como construído. Essa fase registra as alterações de projeto ocorridas durante a execução da obra.

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:** são as discriminações dos serviços, procedimentos e materiais a serem aplicados na execução do objeto a ser contratado.

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO:** representação gráfica dos serviços distribuídos em etapas a serem executados do objeto contratado com indicação do respectivo desembolso financeiro vinculado ao valor do Contrato.

**COMISSÃO:** Grupo de pessoas designado pela autoridade competente da Administração Pública, com representantes da FISCALIZAÇÃO, para receber em definitivo o objeto contratado, após exame e constatação da conformidade com os padrões exigidos em contrato. A comissão poderá, se for o caso, determinar a CONTRATADA, providências necessárias para a finalização do objeto nos termos contratuais.

**CONTRATADA:** é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

**CONTRATANTE:** é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO:** declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE:** declaração emitida pela Proponente de que se compromete a executar os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê a Norma de Acessibilidade NBR 9050:2015, nos termos do Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e Decreto Distrital nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018.

**ETAPA:** Conjunto de serviços previstos no Cronograma Físico-Financeiro para serem executados em um determinado período de tempo. Cada etapa é representada em cada coluna do Cronograma Físico-Financeiro, com indicação dos valores parciais dos serviços e respectivos percentuais. O objeto poderá ser executado em etapa única ou dividido em várias etapas, de acordo com o planejamento da execução e do desembolso, os quais devem ser previamente aprovados pela Administração Pública.

**EXECUÇÃO INDIRETA:** contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

**FISCAL ou EXECUTOR:** empregado ou comissão de empregados da Novacap com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a serem adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pelo contratado, nos termos das Normas de Fiscalização desta Novacap.

**FISCALIZAÇÃO:** é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**GESTOR DO CONTRATO:** empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, que adota as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, considerando o que prevê o contrato e as normas internas da Novacap.

**LIVRO DE ORDEM OU DIÁRIO DE OBRAS:** memória escrita de todas as atividades relacionadas à execução do objeto. Servirá de subsídio para comprovar a autoria de trabalhos; garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas; dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa ao objeto; avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho; eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos. Confirmará juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, a efetiva participação dos profissionais na execução da obra/serviço, inclusive para a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

**MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO OU INSUMOS DE CONSTRUÇÃO:** todos os corpos, objetos ou substâncias utilizadas em obras ou serviços de engenharia.

**OBRA:** Ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, conforme definição da Orientação Técnica OT-IBR 002/2009.

**ORDEM DE SERVIÇO:** o documento emitido pela Administração Pública que autoriza o início da execução do objeto contratado, a partir da emissão da Nota de Empenho, constando entre outras informações, nomes da CONTRATADA e CONTRATANTE, número do Contrato, número do Processo Administrativo, descrição do objeto, endereço, prazo, data de início, data de término, valor contratado, nomes do FISCAL/EXECUTOR, supervisor e Diretor da unidade gestora.

**PLANILHAS ESTIMATIVAS:** são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários que servem de parâmetro para disponibilização de recursos financeiros, para compor o projeto básico e para julgamento das propostas. São elaboradas pela Administração Pública com base nos preços correntes no mercado local, regional ou nacional onde será executado o objeto.

**PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS:** são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários, elaboradas pela Proponente, tendo como referência as planilhas estimativas fornecidas pela Novacap. A partir da assinatura do Contrato essas planilhas passarão a ser designadas como PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONTRATUAIS.

**PREÇO GLOBAL:** preço certo e total, quando for possível definir previamente no Projeto Básico, com a maior precisão possível, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados no contrato.

**PREÇO UNITÁRIO:** preço certo de unidades determinadas, no caso em que o objeto, por sua natureza, possua imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários. É igual ao custo unitário acrescido do valor de BDI considerado para o item.

**CUSTO UNITÁRIO:** custo para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado.

**COMPOSIÇÃO DE CUSTO E PREÇO UNITÁRIO:** detalhamento do custo e do preço unitário do serviço que expresse a descrição, quantidade, produtividade e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida.

**BDI:** percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza pessoalística que oneram o contratado.

**ENCARGOS SOCIAIS:** conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário dos empregados.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS:** planilha ou conjunto de planilhas onde são levantados as quantidades de cada serviço.

**PREPOSTO:** pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

**PROJETO BÁSICO:** é o conjunto de elementos/documentos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, incluindo a estimativa de seu custo e prazo de execução. Compõe-se de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, contendo o desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviço e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza; contendo soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do Projeto Executivo (se necessário) e de realização das obras e serviços, identificando tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento; fornecendo informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviço; subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviço, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; com orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; sem frustrar o caráter competitivo para execução.

**PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA:** pa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas, necessárias e suficientes à licitação (contratação) e à execução dos serviços de obra correspondentes. É composto por elementos suficientemente claros e de grande precisão, necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes e que não altera o Projeto Básico.

**PROJETO APROVADO:** é o projeto que já foi submetido à análise e foi aprovado pelos órgãos oficiais competentes.

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** a comprovação de experiência na execução de obra/serviço compatível com as características dos serviços de maior relevância do objeto a ser contratado.

**RECEBIMENTO DEFINITIVO:** o procedimento que confirma a plena execução do objeto contratado, conforme suas especificações. O Recebimento Definitivo será feito por Comissão designada pela autoridade competente da Administração Pública, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções da execução ou de materiais empregados.

**RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** é o procedimento que formaliza a entrega do objeto pela CONTRATADA ao responsável pelo acompanhamento e FISCALIZAÇÃO do contrato por meio de Termo Circunstanciado assinado pelas partes.

**REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:** o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020.

**RESPONSABILIDADE CIVIL:** abrange sinistros decorrentes de acidentes na execução da obra e/ou falhas na solidez e segurança do trabalho que causem danos a terceiros ou à Administração Pública, com exigência de indenização.

**SERVIÇO DE ENGENHARIA:** segundo orientação técnica OT - IBR 002/2009 do IBRAOP, é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

## 5.2 SIGLAS:

**ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**DILIC/DECOMP/DA/PRES/NOVACAP:** Divisão de Licitações e Contratos.

**BDI:** Benefícios e Despesas Indiretas.

**CONAMA:** Conselho Nacional de Meio Ambiente.

**NOVACAP:** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

**PCMSO:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

## 6. DESCRIÇÃO SUCINTA DA OBRA



6.1 O escopo da presente contratação engloba:

- Demolição de pavimento existente-fresagem;
- Execução de pavimentação asfáltica;
- Controles, ensaios, RCC e ART;
- Administração Local;

6.2 A descrição do escopo no item 6.1 e subitens é apenas um resumo do que será executado na obra, portanto, não exime a responsabilidade da execução completa pela CONTRATADA.

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

7.1 A documentação técnica que compõe este Projeto Básico e fará parte integrante do Contrato, valendo como se neste estivesse efetivamente transcrito, é composta dos documentos listados abaixo:

- Registro de Responsabilidade Técnica:
- Doc. SEI/GDF 90769363 - Anotação de Responsabilidade Técnica- ART;
- Planilha Estimativa:
- Doc. SEI/GDF 87358247 - Orçamento - SEM DESONERAÇÃO, levantamento topográfico planialtimétrico pag.03; dimensionamento de pavimento - DIATEC pag. 04; memórias de cálculo, curvas ABC, cronogramas físico-financeiro, BDI pag. 22, encargos sociais pag. 24, composições de preços;
- Disponibilidade Orçamentária nº 173 e 223
- Doc. SEI/GDF 86391441 e 89136513 - Disponibilidade orçamentária;
- Projeto Básico:
- Doc. SEI/GDF 90821916 - Projeto Básico;
- Doc. SEI/GDF (00112-00016416/2022-23) Termo de Responsabilidade técnica (TRT);
- Outros Documentos ( Reajustamento e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato)
- Doc. SEI/GDF 90957378 - Instrução Normativa nº 659/2022 - NOVACAP/PRES/ASESP;
- Doc. SEI/GDF 90957675 - Instrução Normativa nº 59/DNIT em 17/ setembro/2021;
- Doc. SEI/GDF 90957970 - Resolução DNIT nº 13 em 02/ junho /2021;

7.2 As especificações e descrições dos insumos ou serviços constam na documentação técnica listada acima.

7.3 Deverão ser seguidas as especificações técnicas e demais disposições dos documentos elencados no subitem 7.1, no que não conflitarem com as disposições deste próprio Projeto Básico (Doc SEI/GDF 90821916).

8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

8.1 Os documentos técnicos relativos a esta obra são compostos, de forma complementar, pelos documentos relacionados no subitem 7.1 deste Projeto Básico e anexos do Edital.

8.2 Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

- 8.2.1 Em caso de divergência entre as planilhas estimativas da Novacap e as especificações técnicas dos demais documentos elencados no subitem 7.1, prevalecerão estas últimas;
- 8.2.2 Em caso de divergência entre os documentos elencados no subitem 7.1 e este Projeto Básico, prevalecerá este último;
- 8.2.3 Em caso de divergência entre os documentos elencados no subitem 7.1 e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão estas últimas;
- 8.2.4 Em caso de divergência entre este Projeto Básico e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão estas últimas;
- 8.2.5 Em caso de dúvidas quanto à interpretação das disposições contidas nos documentos elencados no subitem 7.1 e neste Projeto Básico, serão consultados os autores dos documentos e a FISCALIZAÇÃO.
- 8.2.6 Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá sempre o último.
- 8.2.7 Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha estimativa da Novacap e o custo unitário apresentado na composição de custo e preço unitário do próprio serviço, prevalecerá este último.

9. CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS

9.1 Da conferência preliminar de documentos:

- 9.1.1 Antes da data de apresentação da proposta para a execução da obra a Proponente deverá:
  - 9.1.1.1 Fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização de informações, comparando os projetos, as especificações, as planilhas estimativas e os demais componentes integrantes da documentação técnica que compõe este Projeto Básico de acordo com estabelecido na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
  - 9.1.1.2 Após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à DILIC/DECOMP/DA/PRES/NOVACAP, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento da obra.

10. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA / COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

10.1 O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e indicação da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnicas (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução dos seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE
------	------------------------	---------

1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE	m³
2	EXECUÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO	t

**10.2** As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional comprovando ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O(s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços. Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução dos seguintes serviços apresentados nas tabelas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE	850,01 m³	425,005 m³
2	EXECUÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO	680,01 t	340,005 t

**10.2.1** Para efeito de conversão de unidades dos serviços de "Execução de revestimento asfáltico com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente)" constantes nas CAT's (Certidões de Acervo Técnico) apresentadas pelas empresas licitantes, nos atestados em que os quantitativos do serviço descrito acima estiverem em m³, caso não conste o peso específico, será considerado o valor de 2,4 t/m³; e onde o serviço aparecer em m², caso não conste a espessura do revestimento asfáltico, será considerada a espessura de 5,0 cm conforme estimativa orçamentária (87358247).

**10.2.2** Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação de capacidade operativa da PROPONENTE representam **50% (cinquenta por cento)** das quantidades orçadas. Os itens e quantidades apresentadas na tabela foram escolhidos com base na relevância técnica e classificação ABC de serviços.

**10.2.3** Para efeito de comprovação de habilitação técnica de consórcio, será considerada a soma das quantidades dos atestados de cada uma das empresas participantes do consórcio, independentemente da quantidade atestada individualmente por cada uma das empresas, afim de evitar que as consorciadas não tenham a experiência adequada para a prestação dos serviços.

**10.2.4** É admitido o somatório de atestados de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos para habilitação técnica, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante, consoante a Decisão TCDF nº 1.755/2017.

## 11. DAS PROPOSTAS

### 11.1 Da apresentação da proposta:

**11.1.1** A Proponente deverá apresentar, Proposta de Preço elaborada por profissional competente, conforme Lei 5.194/1966, por ele assinada, e devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, no mesmo formato da Planilha Estimativa da Novacap.

**11.1.2** Todos os custos associados à elaboração da Proposta de Preços serão arcados integralmente pela proponente.

**11.1.3** A Proponente deverá considerar, para efeito da elaboração de sua planilha orçamentária, que os serviços a executar e os respectivos quantitativos são aqueles apresentados nas planilhas estimativas da Novacap.

**11.1.4** Eventuais divergências detectadas pela Proponente nas planilhas estimativas da Novacap deverão ser comunicadas a esta Companhia, observado o subitem 9.1.1.2 deste Projeto Básico.

**11.1.5** Os quantitativos apresentados nas planilhas estimativas da Novacap não deverão ser tomados como definitivos, haja vista que apenas subsidiam a compreensão do objeto. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item "24. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS" deste Projeto Básico.

**11.1.6** Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões nas **planilhas estimativas da Novacap**, ressaltando-se as situações previstas na **matriz de riscos**.

**11.1.7** As licitantes deverão apresentar o Demonstrativo de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado na proposta, e este deverá estar em conformidade com o modelo fornecido pela NOVACAP (Doc. SEI/GDF (87358247 pag. 22), conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante), composto dos mesmos itens e calculado pela fórmula apresentada no modelo.

**11.1.8** As licitantes deverão apresentar os demonstrativos de encargos sociais (leis sociais) incidentes sobre a mão de obra adotados na proposta, e estes deverão estar em conformidade com o modelo fornecido pela Novacap (Doc. SEI/GDF 87358247 pag. 24) composto dos mesmos itens.

**11.1.8.1** No caso de empresa optante pelo critério **COM DESONERAÇÃO** da Folha de Pagamento:

**11.1.8.1.1** O percentual dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra horista é de **81,53%**.

**11.1.8.1.2** O percentual dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra mensalista é de **46,82%**.

**11.1.8.2** No caso de empresa optante pelo critério **SEM DESONERAÇÃO** da Folha de Pagamento:

**11.1.8.2.1** O percentual dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra horista é de **110,14%**.

**11.1.8.2.2** O percentual dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra mensalista é de **70,03%**.

**11.1.9** As licitantes deverão apresentar as composições de custo e preço unitário de todos os itens constantes nas Planilhas Estimativas da NOVACAP, nos mesmos moldes destas Planilhas Estimativas e nas seguintes condições:

**11.1.9.1** As composições de custo e preço unitário deverão expressar detalhadamente os insumos para sua formação- materiais, equipamentos, mão de obra, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, custos unitários e totais;

**11.1.9.2** As composições de custo e preço unitário dos serviços deverão estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na planilha orçamentária da proponente;

**11.1.9.3** As composições de custo e preço unitário deverão informar as incidências de encargos sociais sobre o valor da mão de obra da proponente, da seguinte forma:

**11.1.9.3.1** Se a unidade da mão de obra for "mês" a incidência de encargos sociais deverá ser o percentual total demonstrado para a mão de obra "mensalista", e;

**11.1.9.3.2** Se a unidade da mão de obra for "hora" a incidência de encargos sociais deverá ser o percentual total demonstrado para a mão de obra "horista".

**11.1.10** O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela Novacap.

**11.1.11** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua entrega.

#### 11.2 Das regras das fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação:

Serão seguidas as regras apresentadas no art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

#### 11.3 Dos critérios de desclassificação das propostas:

- 11.3.1 Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis;
- 11.3.2 Serão desclassificadas as propostas que descumpram especificações técnicas constantes do Edital;
- 11.3.3 Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- 11.3.4 Serão desclassificadas as propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NOVACAP;
- 11.3.5 Serão desclassificadas as propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;
- 11.3.6 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço global superior ao estimado pela Novacap.
- 11.3.7 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço global simbólico, irrisório ou de valor igual a zero.
- 11.3.8 Serão desclassificadas as propostas cujas planilhas orçamentárias apresentarem itens com preços unitários que ultrapassem os preços unitários dos respectivos itens da **planilha estimativa da Novacap**. Considera-se que o preço unitário de um item é igual ao seu custo unitário acrescido do valor de BDI. Por exemplo: se o custo unitário de um item é de R\$ 10,00 e o BDI para o respectivo item é de 25,0%, o preço total deste item será de R\$ 12,50.
- 11.3.9 Serão desclassificadas as propostas cujas planilhas orçamentárias apresentarem itens com preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta;
- 11.3.10 Serão desclassificadas as propostas cujas composições de custo e preço unitário estiverem em desacordo com as disposições dos subitens 11.1.9.1, 11.1.9.2, 11.1.9.3, 11.1.9.3.1 e 11.1.9.3.2.
- 11.3.11 Serão desclassificadas as propostas cujas composições de custo e preço unitário apresentarem itens com custos unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta;
- 11.3.12 Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem Demonstrativo de BDI ou cujo Demonstrativo de BDI apresentado não estiver composto dos mesmos itens e/ou não estiver calculado pela fórmula apresentada no modelo fornecido pela Novacap (Doc. SEI/GDF 87358247 pag. 22), conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante).
- 11.3.13 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem percentuais de encargos sociais superiores aos mostrados no item 11.1.8.1, no caso de empresa optante pelo critério COM DESONERAÇÃO da Folha de Pagamento, e 11.1.8.2, no caso de empresa optante pelo critério SEM DESONERAÇÃO da Folha de Pagamento.

#### 12. EXIGÊNCIAS PRÉVIAS AO INÍCIO DA OBRA

12.1 A CONTRATADA deverá proceder à retirada de todas as licenças, autorizações e outros documentos necessários à plena execução do Contrato após a assinatura da Ordem de Serviço. O início da obra está condicionado à apresentação destes documentos à FISCALIZAÇÃO. A FISCALIZAÇÃO somente autorizará a emissão da primeira fatura/nota fiscal após a CONTRATADA apresentar todas as licenças, seguros, autorizações e outros documentos necessários à plena execução do Contrato.

12.2 Excepcionalmente, caso não seja possível a obtenção dos documentos referidos no item 12.1, devido à falta de aprovação ou visto nos projetos nos órgãos competentes, a CONTRATADA deverá informar imediatamente à FISCALIZAÇÃO, que deverá solicitar a regularização por intermédio da Direção da Novacap.

12.3 A CONTRATADA deverá registrar, no CREA e/ou CAU, as Responsabilidades Técnicas da obra.

12.4 **Obrigatoriamente** a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverão realizar **reunião**, em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, para discussão dos projetos e demais documentos técnicos que compõem este Projeto Básico, com a participação dos respectivos autores e/ou analistas.

- 12.4.1 Deverá ser lavrada ata para registro das ocorrências da reunião.
- 12.4.2 Deverão ser apresentados pela CONTRATADA as licenças, autorizações e outros documentos necessários a plena execução do Contrato.
- 12.4.3 A reunião visa à avaliação conjunta e agilizar as decisões técnicas para definir medidas referentes à execução da obra com a qualidade necessária e no prazo previsto.
- 12.4.4 Na ocasião a CONTRATADA deverá apresentar, às suas expensas, Relatório técnico minucioso contendo avaliação da documentação técnica e o planejamento da obra, discutindo com a Novacap, bem como esclarecendo dúvidas porventura existentes.

12.5 A CONTRATADA deverá providenciar a remoção de redes de concessionárias de serviços públicos que porventura causem interferência na obra, antes do início dos serviços, salvo se houver indicação contrária no Edital.

12.6 A CONTRATADA será responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento da obra e deverá cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e da Previdência Social.

12.7 De acordo com Manifestação 488 (56315342) emitida pela Assessoria de Meio Ambiente da NOVACAP, informa sobre resíduos da construção para bota-fora dos materiais conforme [Decreto nº 39.968 de 19 de julho de 2019](#).

#### 13. PRAZOS

13.1 O prazo de execução da obra será 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

13.2 O prazo de vigência do contrato será 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contado a partir da data da assinatura do contrato.

13.3 A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

13.4 As condições para prorrogação de prazo dos contratos são as dispostas nos artigos 177 e 178 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

#### 14. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA

14.1 A Contratada deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO **novo Cronograma Físico-Financeiro**, a partir do cronograma apresentado por ocasião da licitação, ajustado às condições do início da obra.

- 14.1.1 O novo Cronograma Físico-Financeiro elaborado pela CONTRATADA deverá contemplar o planejamento completo de execução dos serviços.
- 14.1.2 O novo cronograma Físico-Financeiro deverá ser submetido à análise da FISCALIZAÇÃO em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, em conformidade com o prazo de execução estabelecido no Contrato.
- 14.1.3 A partir da entrega do Cronograma Físico-Financeiro pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO por sua vez terá até 5 (cinco) dias corridos para analisar, solicitar ajustes e aprovar o Cronograma Físico-Financeiro final.

14.1.4 A CONTRATADA deverá apresentar o novo cronograma físico-financeiro composto de:

- a) **Cronograma físico-financeiro – Detalhado:** contempla todos os serviços da planilha orçamentária, com previsão das etapas, dos respectivos quantitativos, dos preços unitários e totais.
- b) **Plano de ataque de obra:** demonstrativo do planejamento detalhado dos serviços previstos no cronograma físico-financeiro;
- c) **Histograma de mão de obra:** demonstrativo dos quantitativos de mão de obra efetivos por etapa.
- d) **Histograma de equipamentos:** demonstrativo dos quantitativos de equipamentos por tipo e por etapa.

14.1.5 A última etapa do cronograma físico-financeiro deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do Contrato. A emissão da fatura/nota fiscal referente a esta etapa está condicionada a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 239 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

## 15. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 Compete à CONTRATADA a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à conclusão e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando este Projeto Básico e/ou os demais documentos elencados no subitem 7.1 apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento.

15.2 A execução da obra obedecerá às normas e métodos previstos na ABNT e no DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), considerando-se as indicações contidas no Projeto Básico e suas respectivas especificações técnicas. Serviços executados em desconformidade com as normas da ABNT e/ou do DNIT deverão ser rejeitados e impedidos de medição e pagamento.

15.3 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

15.3.1 Falta de execução dos serviços contratados.

15.3.2 Falta de segurança e perfeição dos serviços realizados e sua consequente demolição e reconstrução solicitada pela FISCALIZAÇÃO e pelo(s) autor(es) do(s) projeto(s) de engenharia e/ou documentos técnicos que compõem este Projeto Básico.

15.3.3 Danos causados diretamente ou indiretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ainda que resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o com o Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

15.3.4 Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação ou norma específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.

15.3.5 Transporte e deslocamento interno de todo o material necessário à execução dos serviços.

15.4 Para qualquer serviço mal executado, a FISCALIZAÇÃO se reservará o direito de modificar, mandar refazer, substituir da forma e com os materiais que melhor lhe convierem, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão da obra.

15.5 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

15.6 A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos quando a FISCALIZAÇÃO determinar ou autorizar por escrito.

## 16. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1 A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços executados em especial no que tange o [Decreto nº 39.968 de 19 de julho de 2019](#) - que estabelece o prazo de 1º de janeiro de 2021 para a cobrança de preço público para manejo de resíduos da construção civil na URE/SLU, gerados por órgãos da administração direta e indireta e empresas públicas no Distrito Federal, previsto no art. 22, §1º, inciso III, da [Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011](#). (publicação de normativa que altera o gerenciamento de resíduos sólidos, especificamente para o caso da construção civil).

16.2 A CONTRATADA deverá executar medidas de mitigação dos danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental e na legislação em vigor.

16.2.1 caso haja necessidade de realizar supressão vegetal para execução da atividade, a contratada deverá verificar as tratativas necessárias junto ao órgão ambiental, conforme [Decreto Distrital 39.469/2018](#) e demais normativas.

16.2.2 A contratada deverá se manifestar em caso de necessidade de outros documentos, anuências, alvarás ou manifestações de Órgãos competentes que porventura se façam necessários para execução da obra em tela.

16.2.3 A contratada deverá apresentar, um prazo máximo de 30(trinta) dias após a conclusão das obras, um relatório com ART, referente às obras que foram executadas, contemplando os aspectos ambientais com as principais medidas mitigadoras para os impactos, com comprovação por meio de fotos, documentos, recibos, notas fiscais, dentre outros.

16.3 A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

16.4 A CONTRATADA deverá avaliar impactos de vizinhança que possam ser causadas pela obra, na forma da legislação urbanística.

16.5 A CONTRATADA deverá zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela execução dos serviços.

16.6 Os critérios e procedimentos referentes a resíduos da construção civil deverão considerar a Lei Federal - PNRS 12.305/2010, Lei nº 4.704/2011, Resolução nº 307/2002 do CONAMA, as Normas Brasileiras - ABNT e demais legislações e normas vigentes.

16.7 A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição na obra em observância ao disposto nos arts. 15 a 19 da Lei Distrital nº 5.418, de 02 de agosto de 2010, e art. 12 da Lei 4.702 de 20 de dezembro de 2011 deve submeter seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS ou Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC junto ao órgão competente.

16.8 Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela CONTRATANTE e realizar o descarte dos rejeitos de acordo com a legislação pertinente e demais normas vigentes.

16.9 A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se

pelos danos causados pela ao meio ambiente nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou das especificações dos projetos de engenharia.

**16.10** A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

**16.11** A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; capacitação periódica dos empregados para a redução de desperdícios; dentre outras.

## 17. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

**17.1** A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo equipamento de proteção individual e coletiva necessários para o desempenho de cada atividade específica, a todos os que trabalham ou permaneçam em área de risco, sendo responsável pela orientação e FISCALIZAÇÃO da utilização destes, devendo estar, permanentemente, em condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas. A CONTRATADA deverá exigir que seus empregados, quando em serviço, utilizem todos os equipamentos de proteção individual (EPI) na realização de atividades que assim os exijam, tais como: capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, etc, observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.

**17.2** A CONTRATADA deverá também, fornecer protetor solar aos empregados expostos ao sol na execução das obras e serviços, conforme art. 2º, § 1º, inciso I da Lei Nº 4.182 de 21 de julho de 2008 e NR 06 (EPI) do Ministério do Trabalho.

**17.3** A CONTRATADA deverá atender à Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho:

*Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)*

*Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas.*

**17.4** A CONTRATADA deverá atender a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas, em especial:

*NR-4 - O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 100 empregados).*

*NR-5 - A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que para execução do contrato, necessitem dispor de mais de 20 de seus empregados).*

*NR-06 que trata de Equipamentos de Proteção Individual*

*NR 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO*

*NR-10 que trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade*

*NR-12 que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos*

*NR-15 que trata de Atividades e Operações Insalubres*

*NR-16 que trata de Atividades e Operações Perigosas*

*NR-18 que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.*

*NR-35 que trata da realização de Trabalho em Altura.*

**17.5** Caberá à CONTRATADA manter no local de execução dos serviços, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para manipulá-los, conforme disciplina a NR 07 do Ministério do Trabalho.

**17.6** A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação e demais normas vigentes.

**17.7** A CONTRATADA deverá providenciar, às próprias custas, a execução de toda a sinalização, inclusive viária, e isolamento das frentes de serviço visando à segurança dos usuários do local e de transeuntes, de acordo com as normas do DETRAN/DF, ficando responsável por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização. É de total responsabilidade da CONTRATADA a sinalização do local de execução dos serviços, incluindo placas, cavaletes, cones de segurança, barreiras móveis, delimitadores com fita retrátil, grades de isolamento e etc, a fim de que se atenda aos requisitos legais e informe sobre os transtornos durante a execução dos serviços, bem como oriente os usuários e visitantes para transitarem em áreas de menor risco possível de acidentes, conforme legislação pertinente.

**17.8** A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas que se fizerem necessárias com vistas à total segurança de terceiros, construindo tapumes e sinalizando a obra, em conformidade com as Normas de Segurança do Trabalho.

**17.9** A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais, das equipes residentes e outros que venham a prestar serviços na obra, se apresentem devidamente identificados (crachá da empresa) e uniformizados, devendo fornecer-lhes uniformes completos, dentro dos padrões de eficiência e higiene e equipamentos de proteção individual em atendimento à NR 06, inclusive calçados apropriados a cada ofício.

**17.10** A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, à FISCALIZAÇÃO o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de seus empregados, e as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 07 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

**17.11** A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais.

## 18. ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

**18.1** A CONTRATANTE designará engenheiro e/ou arquiteto devidamente credenciado junto à CONTRATADA, com autoridade para exercer em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de ORIENTAÇÃO GERAL, controle e FISCALIZAÇÃO dos serviços contratados. O responsável técnico pela execução dos serviços deverá comprovar vínculo empregatício com a CONTRATADA para a execução do contrato.

**18.2** As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações e normas técnicas, atendendo-se ao disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

**18.3** A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre

acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra e serviços.

**18.4 À FISCALIZAÇÃO** fica assegurado o direito de:

**18.4.1** Solicitar Livro de Ordem ou Diário de Obras, conforme modelo fornecido pelo CONTRATANTE, devidamente preenchido na obra.

**18.4.2** Solicitar a retirada imediata da obra, de engenheiro, mestre ou qualquer operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências da FISCALIZAÇÃO. A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do Contrato.

**18.4.3** Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações.

**18.4.4** Ordenar a suspensão dos serviços, no caso de não ser atendida qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação. A efetivação desta medida não implicará em qualquer indenização ou em prejuízo das penalidades a que ficar sujeita à CONTRATADA.

**18.4.5** Todas as Ordens de Serviço ou quaisquer comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, serão registradas no Livro de Ordem ou Diário de Obras, podendo ainda ser transmitidas por Carta, devidamente numerada e em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONTRATADA e a outra com a CONTRATANTE.

**18.5** No Livro de Ordem ou Diário de Obras deverão constar as anotações:

**18.5.1 Pela CONTRATADA:**

- a) Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos.
- b) Efetivos diários de operários existentes.
- c) Datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado.
- d) Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados.
- e) Consultas à FISCALIZAÇÃO.
- f) Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO.
- g) Acidentes ocorridos na execução da obra.
- h) Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra.
- i) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.
- j) Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

**18.5.2 Pela FISCALIZAÇÃO:**

- a) Preenchimento dos cabeçalhos.
- b) Aprovação das medições para faturamento.
- c) Juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos de engenharia, especificações, prazos, cronogramas e demais documentos técnicos que compõem este Projeto Básico.
- d) Observações relativas aos registros efetuados pela CONTRATADA no Livro de Ordem ou Diário de Obras.
- e) Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA.
- f) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe.
- g) Determinação de providências para cumprimento dos termos do Contrato, do Projeto Básico e especificações.
- h) Atestado da veracidade dos registros apontados pela CONTRATADA no Livro de Ordem ou Diário de Obras.
- i) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.

**18.6** Preferencialmente, o Livro de Ordem ou Diário de Obras, a ser entregue à FISCALIZAÇÃO, será preenchido em meio magnético, podendo constar fotografias da obra para melhor registrar as ocorrências. Neste caso, deverá ser impresso diariamente e devidamente assinado pelas partes, e mantido na obra.

**18.7** A CONTRATADA deverá fornecer e manter no local da obra o Livro de Ordem ou Diário de Obras, preenchido diariamente com as anotações relatadas em epígrafe, onde serão obrigatoriamente registradas em no mínimo duas vias, com cabeçalhos devidamente preenchidos com as folhas numeradas sequencialmente.

**18.8** A CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, visando a perfeita execução e completo acabamento da obra.

**18.9** A CONTRATADA deverá manter à disposição da obra, profissionais legalmente habilitados, em período integral, além de auxiliares de comprovada competência.

**18.10** Caberá à CONTRATADA providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução das obras até sua entrega provisória.

**18.11** A CONTRATADA deverá providenciar, sempre que solicitado, e às suas custas, realização de todos os ensaios, verificações e prova de materiais fornecidos e de serviços executados, fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tornem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

**18.12** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, reparar quaisquer elementos que porventura sejam danificados em decorrência dos serviços especificados.

**18.13** A CONTRATADA deverá manter no escritório da obra, em ordem, cópias de todos os projetos de engenharia (AS BUILT), detalhes, especificações técnicas, outras licenças e autorizações.

**18.14** A CONTRATADA será responsável pela execução do canteiro de obras de acordo com o Código de Obras e Edificações e as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

**18.15** A CONTRATADA será responsável por todas as instalações preliminares relacionadas à limpeza de terreno, fornecimento de água e luz, transporte, local para depósito de material e outros serviços que se fizerem necessários à plena execução da obra.

**18.16** A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO os esclarecimentos e/ou documentos necessários à elaboração de relatórios, inclusive aqueles exigidos pelo art. 41 do Decreto Distrital nº 32.598/2010.

**18.17** A CONTRATADA deverá acatar imediatamente as instruções e observações que emanem da FISCALIZAÇÃO refazendo qualquer trabalho não aceito, desde que justificado, sem prejuízo aos prazos envolvidos.

**18.18** A CONTRATADA deverá levar ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, imediatamente, para a adoção das medidas cabíveis.

**18.19** A CONTRATADA deverá observar as disposições contidas na Lei Distrital nº 4.766/2012 que trata da priorização dos trabalhadores inscritos no cadastro unificado das Agências do Trabalhador do Distrito Federal na seleção de empregados para os novos postos de trabalho.

**18.20** A CONTRATADA deverá observar as disposições contidas na Lei Distrital nº 4794/2012, aproveitando os empregados vinculados à empresa antecessora cujo contratado foi rescindido.

**18.21** A CONTRATADA deverá aplicar o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que trata da contratação de beneficiários reabilitados do INSS ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, nos casos nos quais esse dispositivo legal determina, nos termos da Lei Distrital nº 3.985/2007.

**18.22** A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO a comprovação de atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**18.23** A FISCALIZAÇÃO deverá exigir o cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, sujeito às penalidades previstas no art. 133 da referida Lei, no caso de não atendimento, conforme previsto no art. 2º da Lei Distrital 3.985/2007.

## **19. EQUIPAMENTO MECÂNICO, FERRAMENTAL E MÃO DE OBRA**

**19.1** Caberá à CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, de mão de obra, de máquinas e de aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

**19.2** A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE ou de outra empresa prestadora de serviços no mesmo local.

**19.3** A CONTRATADA deverá treinar adequadamente os empregados alocados à prestação dos serviços.

**19.4** Todos os veículos e equipamentos utilizados na execução dos serviços deverão conter um aparelho de rastreamento por GPS, possibilitando à NOVACAP a realização do controle de horas efetivamente trabalhadas e a obtenção de dados sobre distâncias percorridas por cada veículo/equipamento.

**19.5** A CONTRATADA deverá dispor de todos os equipamentos, máquinas, veículos, materiais e mão-de-obra necessária à operacionalização dos serviços, nos prazos e padrão de qualidade, exigidos pela NOVACAP.

**19.6** A NOVACAP não cederá, sob nenhuma hipótese veículos, máquinas ou equipamento de sua propriedade, a qualquer título ou por qualquer prazo, a nenhum licitante vencedor, com vistas à operacionalização do objeto do certame.

**19.7** A CONTRATADA deverá dispor de sistema de comunicação permanente entre as equipes no campo e as bases fixas de manutenção, operação e a NOVACAP, objetivando o melhor desenvolvimento e acompanhamento diário das ações e metas programadas.

**19.8** A CONTRATADA deverá dispor de veículos apropriados para transporte de empregados para as frentes de trabalho.

**19.9** A CONTRATADA deverá prever em sua composição de custos equipe de apoio técnico, composta por supervisores, técnicos de segurança e afins.

**19.10** A CONTRATADA deverá prever em sua composição de custos as despesas referentes a vales transportes, auxílio alimentação e outras vantagens previstas em Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho.

**19.11** É responsabilidade da A CONTRATADA cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança exigidas pela legislação, fornecendo uniformes com padrões de segurança exigidos para atividades em vias públicas, mantendo em seus quadros profissionais especializados devidamente registrado, em quantitativos compatíveis com o número de empregados em operação. Expedir os Laudos Técnicos por atividade de risco, plano de distribuição e reposição de EPIs para as atividades que demandem o uso recomendados bem como, a elaboração de mapeamento de riscos anual e manual de sinalização viária exigidos para execução de atividades contíguas ao trânsito.

**19.12** A CONTRATADA deverá dispor de materiais de sinalização dos trabalhos realizados no campo, nos quantitativos exigidos pelo serviço de segurança do trabalho, quando realizados em vias públicas.

**19.13** É responsabilidade A CONTRATADA o cumprimento das obrigações patronais prevista na legislação e/ou em acordos coletivos de trabalho.

**19.14** A CONTRATADA será responsável por eventuais danos causados, ao patrimônio público ou privado, às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da execução direta ou indireta das atividades previstas no presente procedimento administrativo.

**19.15** A CONTRATADA deverá cumprir as normas de trabalho, notadamente a Norma Regulamentadora 24 da Legislação do Ministério do Trabalho e Emprego.

**19.16** A CONTRATADA deverá garantir a todos os operários das frentes de serviços o fornecimento e utilização dos EPIs apropriados para cada atividade, conforme estabelece as normas de segurança e saúde do trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego.

**19.17** Os serviços executados em períodos noturnos, domingos e feriados serão pagos pelos mesmos preços, não podendo sofrer qualquer acréscimo.

**19.17.1** Na necessidade de execução de serviços em período noturno, domingos e feriados, os mesmos terão seus valores inalterados.

**19.17.2** A CONTRATADA deverá apresentar programa de treinamento de pessoal, a ser executado de modo contínuo objetivando o aperfeiçoamento de técnicas para a melhoria qualitativa e ganho de produtividade, na execução das atividades.

## **20. MATERIAIS EMPREGADOS NA OBRA**

**20.1** A CONTRATADA deverá empregar na obra materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade e que satisfaçam rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e pelas especificações.

**20.2** A CONTRATADA deverá submeter à apreciação e aprovação da FISCALIZAÇÃO cada lote ou partida de material, por averiguações do próprio material ou de catálogos técnicos, e outros meios.

**20.3** As amostras e/ou catálogos técnicos referentes aos materiais propostos pela CONTRATADA deverão ser:

**20.3.1** Submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, preferencialmente, mediante prévia consulta

ao(s) autor(es) do(s) projeto(s) de engenharia e/ou documentos técnicos que compõem este Projeto Básico.

**20.3.2** Autenticados por ambos e pelo Responsável Técnico da obra.

**20.3.3** Conservados no canteiro de obras até a conclusão da obra, de forma a facultar em qualquer tempo a verificação de sua perfeita correspondência com materiais fornecidos ou já empregados.

## **21. MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**21.1** As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste Projeto Básico, bem como o que for estabelecido no Edital e no Contrato.

**21.2** Deverá ser apresentado “Boletim de Medição” pela CONTRATADA, contendo as medições quantitativas dos serviços, tendo como pré-requisitos a qualidade da execução e a compatibilidade com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

**21.2.1** O “Boletim de Medição” deverá ser submetido à análise e aprovação da FISCALIZAÇÃO, que autorizará a emissão de fatura/nota fiscal, emitirá o Relatório Circunstanciado de Execução de Contrato e encaminhará processo administrativo para liquidação e pagamento.

**21.2.2** O “Boletim de Medição” deverá apresentar os quantitativos relativos à medição em questão e os quantitativos acumulados desde o início do contrato.

**21.3** Os critérios de medição dos serviços deverão estar condizentes com as respectivas unidades de medida, constantes nas planilhas orçamentárias contratuais.

**21.4** A emissão de fatura/nota fiscal está condicionada a autorização expressa da FISCALIZAÇÃO e apresentação dos documentos relacionados abaixo, assim como quaisquer outros documentos previstos no Edital e/ou no Contrato, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

**21.4.1** Comprovação de regularidade fiscal;

**21.4.2** Relatório fotográfico dos serviços executados no período da medição;

**21.4.3** Projeto que contenha a locação dos reparos realizados;

**21.4.4** Diário de Obras do período correspondente à medição;

**21.4.5** Conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de Novembro de 2009, publicada no DOU de 17 de Novembro de 2009 a empresa contratada deverá elaborar folha de pagamento mensal da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, de forma coletiva por obra de construção civil, com o correspondente totalização e resumo geral, nela constando:

- a) discriminados, o nome de cada segurado e respectivo cargo, função ou serviço prestado;
- b) agrupados, por categoria, os segurados empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual;
- c) identificados, os nomes das seguradas em gozo de salário-maternidade;
- d) destacadas, as parcelas integrantes e as não-integrantes da remuneração e os descontos legais;
- e) indicado, o número de cotas de salário-família atribuídas a cada segurado empregado ou trabalhador avulso;

**21.5** Para pagamento da primeira Nota Fiscal/Fatura a CONTRATADA deverá apresentar à NOVACAP:

- a) O registro da obra no CREA/DF (contrato e cópia guia da ART).
- b) A aprovação dos projetos nas concessionárias de serviços públicos, se for o caso.
- c) O pagamento das taxas pertinentes à execução das obras junto à respectiva Administração Regional, bem como a respectiva licença, se for o caso.

**21.6** O pagamento das medições, conforme o caso, estará condicionado à apresentação e aprovação dos seguintes ensaios laboratoriais e realização de AS BUILT:

- a) Controle tecnológico de levantamento topográfico para AS BUILT ;
- b) Ensaios de regularização do subleito;
- c) Ensaios de base estabilizada granulometricamente;
- d) Ensaio de abatimento do tronco de cone;

**21.7** Não será pago material posto obra.

**21.8** O pagamento dos itens relativos à administração local da obra será proporcional à execução financeira do contrato, condicionado à confirmação da participação dos profissionais indicados na planilha orçamentária. Para comprovação da prestação de serviços por parte dos empregados indicados na Administração Local será cobrada a folha de pagamento, que deverá apresentar a inscrição CEI da obra e indicar todos os empregados que prestaram serviços na obra no período indicado.

## **22 REAJUSTAMENTO**

**22.1** Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

**22.1.1** Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irredutíveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

**22.1.2** O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da data do Orçamento Estimativo da Novacap, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 19/2017 - Plenário - em seu Item 9.5.1., utilizando-se os índices especificados.

**22.1.3** A concessão de reajuste contratual de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a data-base original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados na deflação. Os itens acrescidos serão reajustados anualmente a partir da data da sua cotação.

**22.1.4** Para preços de insumos asfálticos ou betuminosos adotar-se-ão para efeito de reajuste do futuro contrato os índices de reajustamento das TABELAS DE ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS disponíveis no site eletrônico do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), apurados pela Fundação Getúlio Vargas, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 59/2021 (Doc. SEI/GDF 90957675), de 17 de setembro de 2021, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 178 em 20 de setembro de 2021, ou norma que a substitua.

**22.1.5** Para os demais itens deverá ser adotado o **Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 18**, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

**22.2** Para fins de equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

**22.2.1** Procedimentos e critérios adotados na Instrução Normativa n.º 659/2021 - NOVACAP/PRES/ASESP. (Doc. SEI/GDF 90957378).

**22.2.2** Para preços de insumos asfálticos ou betuminosos, serão adotados os parâmetros da Resolução nº 13, de 02 de junho de 2021, (Doc. SEI/GDF 90957970) do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, ou norma que a substitua.

**22.2.3** Para o equilíbrio de preços dos insumos não betuminosos, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação solicitada pela NOVACAP que comprove a necessidade do equilíbrio econômico-financeiro.

## **23. GARANTIAS**

**23.1** Será exigida da CONTRATADA garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, facultando-se à CONTRATADA a opção por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. Em caso de alteração do valor do contrato, o valor da



garantia deverá ser atualizado, nas mesmas condições pactuadas originalmente.

**23.2** Serão obedecidas as disposições dos artigos 151 a 166 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

**23.3** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução da obra, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados à obra, ainda que ocorridos fora do canteiro, em quaisquer tipos de situações.

#### **24. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**24.1** Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução da obra, proveniente de pessoas não autorizadas.

**24.2** Serão admitidos acréscimos e supressões, desde que esteja de acordo com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, e desde que a solicitação de acréscimo/supressão pela contratada não corresponda a um risco alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da própria contratada.

**24.3** Caso a proposta do licitante vencedor tenha BDI superior ao adotado na planilha estimativa da Novacap (Doc. SEI/GDF 87358247 pag. 22 sem desoneração), este último percentual será o adotado quando houver a inclusão de novos serviços e/ou insumos por meio de termo aditivo, nos termos da Decisão nº 6229/14 do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

**24.4** Após a assinatura do Contrato, as sugestões da CONTRATADA visando modificar o Projeto Básico, especificações de materiais, quantidades ou substituição de serviços deverá ser encaminhada à FISCALIZAÇÃO por Carta emitida em 02 (duas) vias, ao mesmo tempo em que deverá fornecer:

- a) Justificativa técnica e comercial para as alterações propostas;
- b) Documentos comprovando a impossibilidade do fornecimento do material especificado por parte do fabricante, se for o caso;
- c) Quantidades a serem alteradas ou incluídas, conforme a justificativa apresentada na alínea “a” deste subitem;
- d) Composições de custo e preço unitário dos serviços novos, se for o caso, nos termos previstos em Edital;
- e) Coleta de preços de insumo não previsto na planilha contratual, se for o caso, apresentando propostas de três fornecedores;
- f) Documentos de análise técnica dos materiais por entidades reconhecidas no mercado, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

**24.5** Caso haja alterações nos parâmetros de aprovação, habilitação e/ou licenciamento durante a execução da obra, a Contratada deverá regularizar novamente os projetos nos órgãos competentes.

#### **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**25.1** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;

**25.2** Verificar a conformidade do objeto com as especificações constantes neste Projeto Básico e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento provisório/definitivo;

**25.3** Realizar o recebimento provisório/definitivo do objeto na forma e nos prazos estabelecidos nos itens 30 e 31, se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;

**25.4** Efetuar o pagamento à Contratada na forma estabelecida no item 21, se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;

**25.5** A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**26.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, e ainda:

- 26.1.1** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 26.1.2** Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições fiscais da licitação;
- 26.1.3** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato;
- 26.1.4** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 26.1.5** Cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente e respondendo por qualquer crime ambiental que venha a praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes;
- 26.1.6** Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e da Previdência Social, sendo responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento da obra.

**26.2** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato, inclusive riscos de engenharia e de responsabilidade civil.

**26.3** A CONTRATADA deverá apresentar à NOVACAP Anotação de Responsabilidade Técnica- ART do profissional pela empresa.

#### **27. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

**27.1** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e aquelas previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

**27.1.1** Os motivos para rescisão do contrato são os apresentados no Art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

**27.1.2** Conforme o art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, a rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo: por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap; ou de forma amigável, por acordo entre as partes.

**27.1.3** As consequências decorrentes de rescisão por ato unilateral da NOVACAP são as apresentadas no art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

#### **28. DAS SANÇÕES**

**28.1** Conforme o art. 251 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

**28.1.1** As sanções aplicáveis pela NOVACAP na presente contratação são: advertência; multa; ou suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**28.1.2** A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

**28.1.3** A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

**28.1.4** O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.

**28.1.5** Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**28.1.6** O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**28.1.7** A advertência e a suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**28.1.8** O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

**28.1.9** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

**28.1.10** A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

**28.2** As sanções serão aplicadas conforme os procedimentos apresentados na SEÇÃO XIII do CAPÍTULO I do TÍTULO IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

**28.2.1** Cabe à Diretoria de Urbanização a identificação do quantum das sanções a serem aplicadas.

**28.3** Serão aplicadas multas nas seguintes situações, em consonância com o artigo 259 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

- a)** atraso de até 30 dias na entrega do serviço em relação ao prazo estipulado: de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor do serviço não entregue;
- b)** atraso superior a 30 dias na entrega do serviço em relação ao prazo estipulado: de 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento), por dia de atraso, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor do serviço não entregue;
- c)** 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos itens a) e b) deste item;
- d)** 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa parcial ou total na entrega do serviço, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e)** Até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**28.4** A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho sem prejuízo das penalidades previstas no subitem 28.3 e de outras previstas em lei.

## **29. RECURSOS E ARBITRAGENS**

**29.1** A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada, quanto a qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos no Projeto Básico ou no Contrato de que faz parte.

## **30. RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA OBRA**

**30.1** O recebimento provisório da obra será feito após sua conclusão por meio de termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes, contendo a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, mediante as seguintes condições:

**30.1.1** A pedido da CONTRATADA, até o último dia do prazo de execução da obra.

**30.1.2** Pelo Fiscal, ou na ausência deste pelo chefe da FISCALIZAÇÃO ou do DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação escrita da CONTRATADA, devidamente protocolada junto à CONTRATANTE, comprovando-se a adequação do objeto aos termos contratuais.

**30.1.3** Após comprovação da conformidade da obra com o Projeto Básico e especificações.

**30.1.4** Após teste e aprovação de acordo com as especificações do Projeto Básico, de todas as instalações, impermeabilizações e outros serviços executados na obra, comprovando estarem em perfeitas condições de uso e funcionamento e em conformidade com as legislações e normas vigentes.

**30.1.5** Após vistoria na qual não se encontrem defeitos e/ou imperfeições em todo o conjunto da obra.

**30.1.6** Após entrega pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO, de:

- a)** Projeto Executivo em nível de *As Built*, em formato AutoCad - versão 2012 ".dwg", e em papel sulfite, **impressas e assinadas** pelos respectivos autores.
- b)** Arquivos eletrônicos em formato ".pdf" gerados a partir da digitalização de todas as pranchas impressas e assinadas referidas na alínea "a" deste subitem.
- c)** Memorial Descritivo da obra executada.
- d)** Mídia devidamente identificada contendo os arquivos eletrônicos descritos nas alíneas "a", "b" e "c" deste subitem. Não serão aceitos arquivos compactados.
- e)** Lista de documentos apresentada no item 33. "DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO RECEBIMENTO PROVISÓRIO".

**30.2** Após solicitação da CONTRATADA para recebimento provisório dos serviços, a fiscalização deverá vistoriar os serviços executados e emitir Laudo de Vistoria. Na ocorrência de serviços não cumpridos satisfatoriamente, o Laudo de Vistoria deverá estabelecer prazo para correções a serem realizadas pela CONTRATADA, sendo encaminhado para ciência da Direção da CONTRATANTE e da CONTRATADA.

**30.3** Concluída a obra, caso a CONTRATADA não solicite seu recebimento a FISCALIZAÇÃO deverá vistoriar a obra e emitir Laudo de Vistoria, relacionando as pendências por ventura existentes e comunicar a Direção da CONTRATANTE e da CONTRATADA para fins de cumprimento pela CONTRATADA.

**30.4** Caso não sejam cumpridas as pendências apontadas no Laudo de Vistoria no prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas as multas em conformidade com o Edital, o Contrato e/ou a Matriz de Riscos.

30.5 Somente poderá ser lavrado o Termo de Recebimento Provisório após a CONTRATADA cumprir com a resolução de todas as pendências apontadas pela FISCALIZAÇÃO, independentemente da aplicação de multas previstas no Edital, no Contrato e/ou na Matriz de Riscos.

30.6 O Termo de Recebimento Provisório deverá ser lavrado durante o período de vigência do contrato.

30.7 Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a CONTRATADA fica autorizada a emitir fatura/nota fiscal da última etapa do Cronograma Físico-Financeiro, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

30.8 A FISCALIZAÇÃO continuará responsável pelo acompanhamento da obra até o vencimento dos prazos legais.

31. RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA

31.1 O recebimento definitivo da obra será feito por meio de termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes, após verificado o Termo de Recebimento Provisório, mediante as seguintes condições:

31.1.1 Quando a CONTRATADA cumprir com todas as obrigações contratuais e inexistir qualquer pendência apontada pela FISCALIZAÇÃO.

31.1.2 Em até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do Termo do Recebimento Provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no Edital.

31.1.3 Por Gestor do Contrato ou Comissão designada pela autoridade competente, ou conforme definido no Convênio ou Termo de Cooperação Técnica, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto ao contrato e Edital. Ficará a cargo do Gestor do Contrato ou da Comissão designada pela autoridade competente, conferir e atestar toda a documentação entregue pela CONTRATADA e outras que se fizerem necessárias ao recebimento definitivo.

31.2 Caso sejam detectados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a COMISSÃO emitirá o Laudo de Vistoria no qual constarão as exigências e prazo para sua execução. Após o atendimento das exigências descritas no Laudo de Vistoria a CONTRATADA informará a COMISSÃO para nova vistoria.

31.3 A partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido o compromisso da CONTRATADA com o cumprimento do prazo irredutível de 5 (cinco) anos, mencionados no Art. 618 Caput e parágrafo único do Código Civil – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

31.4 Em se tratando de obra de recuperação e/ou reforma geral e/ou de conclusão de obra inacabada, a CONTRATADA passará também a assumir o referido compromisso a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ainda que não tenha sido responsável pela construção inicial da obra.

31.5 Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA fica autorizada a requerer a liberação de caução e os respectivos reforços que tiver depositado em favor da CONTRATANTE, conforme estabelecido em Contrato e de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

31.6 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra ou do serviço prestado, bem como de futura obra ou serviço que possam vir a ser executados com laudos/projetos/documentos elaborados pela CONTRATADA, nem ético-profissional por sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap ou pelo contrato.

31.7 A Contratada deverá apresentar o Termo de Responsabilidade da Obra impresso, assinado e digitalizado em arquivo eletrônico formato “.pdf”, a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, que ateste a solidez e a segurança do trabalho executado, conforme o Código Civil – Lei nº 10.406/2002, Lei 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e Orientações Técnicas do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, em especial:

**Código Civil**

Art. 618 - Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias ao aparecimento do vício ou defeito.

**OT-IBR 003/2011**

4.4 - A responsabilidade por defeitos precoces nas obras atinge também os projetistas ou empresas de consultoria, por falhas ou omissões nos projetos, ainda que estes tenham sido recebidos e aprovados pela Administração Pública.

31.8 O recebimento do objeto do contrato poderá ser dispensado nas hipóteses em que não se fizer necessário ou impossível de ser realizado, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

32. MATRIZ DE RISCOS

NATUREZA DO RISCO	Nº	RISCO (DESCRIÇÃO)	RESPONSABILIDADE	CAUSA(S)	IMPACTO	MEDIDA MITIGATÓRIA
CONTÁBIL	1	Alteração na alíquota de impostos	Administração Pública	1. Alteração na Legislação	1. Variação no custo (para mais ou para menos)	1. Aditivo contratual.
FINANCEIRA	2	Atraso no pagamento de faturas	Administração Pública	1. Indisponibilidade de recursos financeiros	1. Atraso no prazo inicial e/ou de execução dos serviços; 2. Alteração no fluxo de caixa da Contratada	1. Pagamento de correção monetária nas faturas pendentes.
	3	Reajustamento contratual	Administração Pública	1. O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da data-base de elaboração do Orçamento Estimativo da Novacap, desde que a extensão no prazo de execução não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA.	1. Variação no custo (para mais)	1. Reserva de recursos para fazer jus ao reajuste contratual
				1. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer		1. Reserva de

	4	Reequilíbrio econômico-financeiro	Administração Pública	Se ocorrer o qualquer tempo desde que demonstrada a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	1. Variação no custo (para mais)	recursos para fazer jus ao reajuste contratual
JURÍDICA	5	Caso fortuito ou força maior (fatos ou eventos imprevisíveis ou de difícil previsão, que não podem ser evitados, mas que provocam consequências ou efeitos para outras pessoas)	Não há responsabilização	1. Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior, tais como: enxurradas, escorregamentos, desabamentos e perdas de escoramento.	1. Aumento do custo para a contratada.  2. Atraso na execução dos serviços.	1. Contratação de Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura adicional. Caso a empresa não contrate seguro compatível com a situação descrita, esta estará automaticamente assumindo a responsabilidade de arcar com todas as possíveis despesas e obrigações decorrentes dos impactos e danos causados.  2. Suspensão temporária da execução dos serviços até o restabelecimento das condições originais que permitam a retomadas dos serviços podendo acarretar em Aditivo Contratual.
	6	Serviços executados e impedidos de pagamento	Contratada	1. Falta de apresentação de documentos exigidos para faturamento;  2. Má gestão da empresa Contratada;  3. Atuação da Contratada sem autorização da Contratante.	1. Alterações no fluxo de caixa da Contratada;  2. Atraso na execução dos serviços.	1. Melhoria na gestão da empresa Contratada.
	7	Falta de emissão do Termo de Recebimento Definitivo no prazo estabelecido pela Lei 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap	Contratada	1. Não cumprimento das exigências/repares/correções apontados pela Fiscalização ou Comissão;  2. Não apresentação, pela Contratada dos documentos exigidos para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	1. Não liberação da garantia contratual.	1. Cláusula contratual específica que estabeleça a responsabilidade da empresa contratada, com previsão de sanções, oneração da garantia contratual prestada até a regularização da situação de recebimento definitivo.
PESSOAL	8	Acidentes de trabalho no canteiro de obras e nos locais de execução dos serviços	Contratada	1. Falta de treinamento da mão de obra;  2. Utilização de mão de obra não qualificada;  3. Não utilização de equipamentos de segurança exigidos pela legislação vigente;  4. Negligência da mão de obra;  5. Má gestão.	1. Atraso no prazo de execução da obra, devido a retrabalhos não remunerados pela Contratante;  2. Indenizações trabalhistas a serem pagas pela empresa Contratada.	1. Controle rigoroso de segurança do trabalho, treinamentos adequados da mão de obra pela Contratada;  2. Contratação de Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura adicional. Caso a empresa não contrate seguro compatível com a situação descrita, esta estará automaticamente assumindo a responsabilidade de arcar com todas as possíveis despesas e obrigações decorrentes dos impactos e danos causados;  3. Cláusula contratual específica que estabeleça as responsabilidades da empresa Contratada;
	9	Acidentes com terceiros, nos locais de execução dos serviços	Contratada	1. Negligência, imprudência e/ou imperícia da empresa Contratada	1. Atraso no prazo de execução dos serviços;  2. Indenização a terceiros.	1. Seguro de Responsabilidade Civil;  2. Cláusula contratual específica que estabeleça as responsabilidades da empresa Contratada.
	10	Modificações das especificações de serviços e/ou insumos	Administração Pública/Não há responsabilização	1. Solicitação de modificações nas especificações técnicas pela Administração Pública;  2. Insumos, equipamentos ou de mão de obra indisponíveis no mercado, justificando tais modificações;	1. Atrasos no prazo de execução da obra;  2. Alteração nos custos inicialmente previstos.	1. Aditivos contratuais devido às modificações de preço e/ou prazo;  2. Suspensão temporária da execução da obra até a regularização e definição das

			3. Modificações em normas/Especificações técnicas		3. Alterações em novas especificações.
11	Interferência com rede de concessionária identificada somente "in loco"	Administração Pública	1. Falta de cadastramento atualizado das redes das Concessionárias.	1. Alteração de prazo de execução; 2. Necessidade de adequação/alteração do projeto.	1. Aditivos contratuais de prazo.
12	Ocorrência de danos ambientais	Contratada	1. Má gestão da empresa Contratada	1. Atraso no prazo de execução da obra; 2. Alteração nos custos inicialmente previstos.	1. Reparação imediata dos danos ambientais causados pela Contratada; 2. Pagamento de multa pela Contratada; 3. Aditivos contratuais de prazo, sem ônus para a Contratante.
13	Não aceitação de insumos, pela Fiscalização da Contratante, a partir da apresentação dos laudos e/ou certificados de qualidade dos fabricantes	Contratada	1. Aquisição de insumos com características técnicas e/ou controle de qualidade inadequados para a execução dos serviços; 2. Não conformidade com as Normas/Especificações Técnicas	1. Atraso no prazo de execução da obra.	1. Recuperação do prazo pela empresa Contratada para impedir atrasos na entrega dos serviços; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante; 3. Melhoria na gestão da empresa Contratada.
14	Aquisição de insumos e/ou equipamentos em prazos exíguos	Contratada	1. Má gestão da contratada	1. Atraso no prazo de execução dos serviços.	1. Recuperação do prazo pela empresa Contratada para impedir atrasos na entrega dos serviços; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;
15	Obsolescência técnica e deficiência de equipamentos	Contratada	1. Incapacidade operacional da empresa Contratada.	1. Não obtenção do nível de qualidade adequado dos serviços executados; 2. Retrabalhos pela empresa Contratada, não remunerados pela Contratante; 3. Atraso no prazo de execução dos serviços.	1. Recuperação do prazo, pela empresa Contratada, para impedir atrasos na execução dos serviços; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;
16	Não aceitação de controle tecnológico, pela Novacap	Contratada	1. Inobservância às Normas/Especificações Técnicas; 2. Utilização de mão de obra e/ou equipamentos inadequados.	1. Retrabalhos pela empresa Contratada, não remunerados pela Contratante; 2. Atrasos no prazo de execução dos serviços.	1. Recuperação do prazo pela empresa Contratada; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante.
17	Não aceitação (pela Novacap) de serviços executados pela Contratada	Contratada	1. Inobservância às Normas Técnicas; 2. Utilização de mão de obra e/ou equipamentos inadequados.	1. Retrabalhos pela empresa Contratada, não remunerados pela Contratante; 2. Atraso no prazo de execução dos serviços.	1. Recuperação do prazo pela empresa Contratada; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;
18	Proposição de inovação metodológica/tecnológica em consonância com os objetivos do objeto	Contratada	1. Atualização do mercado.	1. Melhoria da qualidade; 2. Possível variação no custo e no prazo inicial estimado.	1. Ajuste contratual sem ônus de prazo e valor à Contratante.
19	Ocorrência de intempéries que possam prejudicar a continuidade da prestação dos serviços	Não há responsabilização	1. Chuvas, ventanias, umidade relativa do ar, comprovadamente impróprios para a execução de trabalhos em campo.	1. Aumento do custo para a contratada 2. Atrasos no prazo de execução dos serviços à revelia da Contratante.	1. Contratação de Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura adicional. Caso a empresa não contrate seguro compatível com a situação descrita, esta estará automaticamente assumindo a responsabilidade de arcar com todas as possíveis despesas e obrigações decorrentes dos impactos e danos causados 2. Previsão das ocorrências no planejamento da execução dos serviços, com base em dados estatísticos.
20	Perda de insumos	Contratada	1. Má gestão da contratada.	1. Atraso no prazo de execução dos serviços à revelia da	1. Manter controle de qualidade da execução dos

					Contratante.	serviços.
		21	Deficiência de mão de obra, tanto de capacidade, quanto em qualidade	Contratada	1. Má gestão da contratada.	1. Atraso no prazo de execução dos serviços à revelia da Contratante 2. Capacitação adequada da mão de obra.

### 33. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

DIRETORIA DE URBANIZAÇÃO (DU)	
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO RECEBIMENTO PROVISÓRIO	
PROCESSO Nº:	EXEC./FISCAL:
EMPRESA:	CONTRATO Nº:
OBJETO:	
01. PROJETOS COMPLETOS DE:	
1.1 URBANIZAÇÃO	
1.2 PAVIMENTAÇÃO	
1.2 DRENAGEM PLUVIAL	
02. CARTA SOLICITANDO O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	
03. CÓPIA DO EDITAL	
04. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA EMPRESA VENCEDORA	
05. CÓPIA DO CONTRATO NOVACAP	
06. CÓPIA DA ORDEM DE SERVIÇO EXTERNA	
07. ART DA OBRA E REGISTRO DO CONTRATO NO CREA	
08. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO OU LICENÇA DA OBRA	
09. MATRÍCULA (CEI) DISCRIMINANDO O ENDEREÇO DA OBRA	
10. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS (CND) DA OBRA OU GUIAS DE RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIOS MENSIS ESPECÍFICOS DA OBRA (GPS)	
11. RECOLHIMENTO MÊS A MÊS DO FGTS COM A RESPECTIVA RELAÇÃO DE EMPREGADOS (GRE) DA OBRA	
12. DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA E ENERGIA NO PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA (CEB E CAESB) OU DECLARAÇÃO DA EMPRESA (USO DE GERADOR E CAMINHÃO PIPA) COM O DEVIDO VISTO DA FISCALIZAÇÃO	
13. CADASTRO DE SERVIÇOS EXECUTADOS	
14. RECIBO DE CADASTRO DA OBRA	
15. DIÁRIO DE OBRAS COMPLETO	
16. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	
OBS: Corrigir numeração das FIs, datas e CREA do fiscal no Diário de Obras.	

### 34. BIBLIOGRAFIA

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 1995. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp147.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp147.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1977. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5194.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5194.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1966. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Disponibilizado

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8213cons.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Art. 28 estabelece reajuste anual para contratos. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/9069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9069.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**BRASIL.** Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/13303.htm) (acesso em: 04/08/2021).

**CONAMA.** Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Disponibilizado em: [http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=305](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=305). (acesso em: 10/03/2022).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto\\_32598\\_15\\_12\\_2010.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto_32598_15_12_2010.html) (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017. Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/2ff8a178f08b436094e2687a1bfbfeaf3/Decreto\\_37967\\_20\\_01\\_2017.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/2ff8a178f08b436094e2687a1bfbfeaf3/Decreto_37967_20_01_2017.html) (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 39.272, de 2 de agosto de 2018. Regulamenta a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal - COE/DF, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f680eff74f924704aa20f1be76aef35/Decreto\\_39272\\_02\\_08\\_2018.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f680eff74f924704aa20f1be76aef35/Decreto_39272_02_08_2018.html) (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 39.968, de 19 de julho de 2019. Dispõe sobre o prazo para início da cobrança de preço público para manejo de resíduos da construção civil gerados por órgãos da administração direta e indireta e empresas públicas no Distrito Federal. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e30b5b0286fc44999d04f1e35ec2edc1/exec\\_dec\\_39968\\_2019.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2039.968%2C%20DE%2019.empresas%20p%C3%ABlicas%20no%20Distrito%20Federal](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e30b5b0286fc44999d04f1e35ec2edc1/exec_dec_39968_2019.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2039.968%2C%20DE%2019.empresas%20p%C3%ABlicas%20no%20Distrito%20Federal). (acesso em: 18/03/2022).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas que celebrem contratos, consórcios, convênios, concessões ou parcerias público-privadas com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/086e6cf411324809973472ec9f54060a/Decreto\\_40388\\_14\\_01\\_2020.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/086e6cf411324809973472ec9f54060a/Decreto_40388_14_01_2020.html) (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 3.985, de 29 de maio de 2007. Dispõe sobre a aplicação do disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos contratos de prestação de serviços celebrados pelo Distrito Federal. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/55140/Lei\\_3985\\_29\\_05\\_2007.pdf](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/55140/Lei_3985_29_05_2007.pdf) (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.182, de 21 de julho de 2008. Institui a política de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar no trabalho. Disponibilizado em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/6790399/pg-19-secao-01-diario-oficial-do-distrito-federal-dcof-de-23-07-2008>. (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.518, de 20 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a denominação, a finalidade, as competências e a reestruturação administrativa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/68467/Lei\\_4518\\_05\\_11\\_2010.pdf](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/68467/Lei_4518_05_11_2010.pdf). (acesso em: 18/03/2022).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011. Estabelece procedimento a ser adotado por fornecedores de bens e serviços e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei\\_4611\\_2011\\_novo.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei_4611_2011_novo.html). (acesso em: 29/03/2022).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.640, de 15 de setembro de 2011. Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69366/Lei\\_4640\\_15\\_09\\_2011.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69366/Lei_4640_15_09_2011.html) (acesso em: 11/11/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.704, de 5 de novembro de 2010. Dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70152/Lei\\_4704\\_20\\_12\\_2011.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70152/Lei_4704_20_12_2011.html). (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.766, de 22 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre os editais de licitação e os contratos de prestação de serviços continuados no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal. Disponibilizado em: [http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/felasedadocumento.cfm?txtnumero=4766&txtano=2012&txtpo=5&txtparte=.](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/felasedadocumento.cfm?txtnumero=4766&txtano=2012&txtpo=5&txtparte=;) (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 6.112, de 2 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual de qualquer natureza com a administração pública do Distrito Federal em todas as esferas de poder e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3bf29283d9ea42ce9b8feff3d4fa253e/Lei\\_6112\\_02\\_02\\_2018.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3bf29283d9ea42ce9b8feff3d4fa253e/Lei_6112_02_02_2018.html). (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018. Institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - COE. Disponibilizado

em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei\\_6138\\_26\\_04\\_2018.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei_6138_26_04_2018.html) (acesso em: 04/08/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Resolução nº 01, de 1º de novembro de 2017. Estabelece procedimentos de cadastramento de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especifica a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/31c4b733ec3448fa5a81719cac4e9b/sinesp\\_cgpiogrccv\\_res\\_01\\_2017.htm#:~:text=Estabelece%20procedimentos%20de%20cadastramento%20de,utilizados%20para%20coleta%20e%20transporte](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/31c4b733ec3448fa5a81719cac4e9b/sinesp_cgpiogrccv_res_01_2017.htm#:~:text=Estabelece%20procedimentos%20de%20cadastramento%20de,utilizados%20para%20coleta%20e%20transporte) (acesso em: 10/03/2022).

**NOVACAP,** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Regulamento de Licitações e Contratos. Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Novacap, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020. Disponibilizado em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 04/08/2021).

**RFB,** Receita Federal do Brasil, Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de Novembro de 2009. Dispõe sobre normas gerais de tributação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições destinadas a outras entidades ou fundos; e estabelecer os procedimentos aplicáveis à arrecadação dessas contribuições pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Disponibilizado em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15937> (acesso em: 10/03/2022).

**SLU,** Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Instrução Normativa SLU nº 03, de 10 de março de 2020. Regulamenta os procedimentos e normas no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para o pagamento e recepção de Resíduos da Construção Civil - RCC na Unidade de Recebimento de Entulhos. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3eadf6b1844a2fb23cab2cd9d78c81/Instru\\_o\\_Normativa\\_3\\_10\\_03\\_2020.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3eadf6b1844a2fb23cab2cd9d78c81/Instru_o_Normativa_3_10_03_2020.html) (acesso em: 10/03/2022).

**SLU,** Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Instrução Normativa SLU nº 23, de 26 de novembro de 2020. Altera a Instrução Normativa nº 03, de 10 de março de 2020, do Serviço de Limpeza Urbana, que regulamenta os procedimentos e normas no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para o pagamento e recepção de Resíduos da Construção Civil - RCC na Unidade de Recebimento de Entulhos. Disponibilizado em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=405024#:~:text=Altera%20a%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA,Unidade%20de%20Recebimento%20de%20Entulhos> (acesso em: 12/04/2022)

**TCDF,** Tribunal de Contas do Distrito Federal. Decisão nº 1.755, de 20 de abril 2017. admitir o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para habilitação técnica. Disponibilizado em: [http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/05\\_Maio/DODF%20085%2005-05-2017/DODF%20085%2005-05-2017%20INTEGRA.pdf](http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/05_Maio/DODF%20085%2005-05-2017/DODF%20085%2005-05-2017%20INTEGRA.pdf) (Página 33 do Diário Oficial do Distrito Federal Nº 85, sexta-feira, 5 de maio de 2017 (acesso em: 29/03/2022).

**TCDF,** Tribunal de Contas do Distrito Federal. Decisão Normativa nº 02/2012, de 30 de outubro de 2012. Adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal. Disponibilizado em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis\\_o\\_Normativa\\_2\\_30\\_10\\_2012.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis_o_Normativa_2_30_10_2012.html) (acesso em: 04/08/2021).

**TCU,** Tribunal de Contas da União. Acórdão Nº 19/2017 – TCU – Plenário. Disponibilizado em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/KEY%25AACORDAO-COMPLETO-2246198/DIRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse> (acesso em 04/08/2021).

**TCU,** Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 1.502/2018, de 30 de outubro de 2012. Dispõe que sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória. Disponibilizado em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/acord%25C%25A3o%25201502%25F2018/%2520/DIRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAONT%2520desc/0/%2520> (acesso em: 04/08/2021).

**TABELAS DE ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS** <https://www.gov.br/dnit/pt-br/asuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario>

Elaborado por:

Técnico(a) Edificações Lucilane Alves Guimarães  
Matrícula: 75.020-4

De acordo com as informações deste Projeto Básico:

Engº Civil Elias Maia El Zayek	Engº Giancarlo Ferreira Manfrim
SEPROJ/DIPROJ/DEINFRA/DU	CHEFE DO DEINFRA/DU
Matrícula: 973.172-5	Matrícula: 074.907-9



Documento assinado eletronicamente por **LUCILANE ALVES GUIMARÃES - Matr.0075020-4**, Técnico(a) em Edificações, em 13/07/2022, às 14:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS MAIA EL ZAYEK - Matr.0973172-5**, Engenheiro(a) Civil, em 13/07/2022, às 15:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GIANCARLO FERREIRA MANFRIM - Matr.0074907-9**, Chefe do Departamento de Infraestrutura Urbana, em 13/07/2022, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?aca=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 90821916 código CRC= 8BD02F95.







**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Assessoria Especial da Presidência

Instrução Normativa n.º 659/2021 - NOVACAP/PRES/ASESP

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para análise de reequilíbrio econômico-financeiro em razão da variação dos preços de contratos administrativos celebrados com a NOVACAP para execução de obras e prestação de serviços de engenharia.

**O PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - NOVACAP**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 25, inciso X, do Estatuto Social da NOVACAP, com respaldo no artigo 81, inciso VI, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Decisão n.º 5444/2020, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Regulamentar, no âmbito desta Companhia, os procedimentos e critérios necessários à análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, cujo objeto seja a execução de obras e prestação de serviços de engenharia.

Parágrafo único. O equilíbrio econômico-financeiro inicial será assegurado na hipótese de, após a assinatura do contrato, sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Art. 2º O pedido deverá ser formulado pela contratada e encaminhado à Diretoria gestora do contrato para fins de manifestação, análise, aprovação ou desaprovação, se for o caso.

§1º O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido, desde que:

I – o fato que onere ou desonere os preços seja de natureza imprevisível ou previsível, de consequência incalculável;

II – o fato ocorra posteriormente à apresentação da proposta ou do contrato;

III – o fato não ocorra por culpa da contratada;

IV – a modificação das condições contratadas seja substancial, de forma que a alta no custo do encargo torne o preço insuficiente, em vista das condições iniciais ou a diminuição do custo do encargo torne o preço excessivo em relação às novas condições de mercado;

V – seja demonstrada analiticamente e com documentação probatória a variação dos custos que ocasionaram a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

VI – os fatos sejam retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;

VII - caso fortuito ou de força maior;

VIII - fato do Príncipe.

§ 2º A recomposição dos preços do contrato será realizada em períodos de no mínimo quatro meses, sempre compreendido no interstício entre as datas de reajustes contratuais.

§ 3º Nos casos em que o contrato se encerrar em prazo inferior a quatro meses do mês de aniversário, a recomposição ocorrerá em um único período inferior aos quatro meses previstos no parágrafo anterior.

§ 4º Serão permitidos no máximo dois termos aditivos no prazo de um ano compreendido entre os aniversários do contrato. Cada termo aditivo poderá contemplar até dois períodos distintos de contrato desequilibrado.

§ 5º Somente será aceita proposta de recomposição que demonstre ter havido onerosidade excessiva nos preços dos insumos e serviços contratados.

§ 6º Será considerada onerosidade excessiva a variação de preços cujo impacto financeiro nos insumos e/ou serviços medidos seja comprovadamente superior ao lucro operacional referencial do contrato no período considerado desequilibrado.

§ 7º A extinção do contrato não configurará óbice ao reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. Porém, o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

§ 8º No eventual pedido de reequilíbrio de preços de insumos asfálticos ou betuminosos, deve o requerente adotar os parâmetros da Resolução nº 13, de 02 de junho de 2021, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ou norma que a substitua, não sendo aplicável a presente instrução normativa.

Art. 3º Deverá ser autuado processo em apartado, vinculado aos autos principais, no qual, obrigatoriamente, a requerente deverá anexar, para cada pleito apresentado, os seguintes documentos:

I – **Carta** na qual contenha os elementos comprobatórios constantes no § 1º do art. 2º, inclusive com os seguintes dados:

- a) valor total do contrato;
- b) porcentagem do BDI e do lucro de contrato;
- c) data base do contrato para fins de reajustamento (i 0);
- d) índice de reajustamento;
- e) quadro resumo das medições já realizadas até o pedido de reequilíbrio;
- f) valor total pleiteado para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- g) porcentagem do desconto apresentado na proposta de licitação, item a item;
- h) mês em que iniciou o desequilíbrio do contrato (i 1);
- i) data do pedido (i 2).

II - **Relação de Insumos do Contrato**, com indicação dos custos unitários contratuais e com destaque aos itens que estão gerando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III – **Gráfico da Evolução de Custos dos Insumos**, constando valores unitários das planilhas: “orçamento de referência de licitação”, “orçamento do contrato” e “orçamento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro”;

IV - **Curva ABC dos Insumos** do orçamento de referência, do contrato e do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

V - **Planilha Orçamentária Eletrônica Editável**, contendo todos os serviços das planilhas: “orçamento de referência de licitação”, “orçamento do contrato” e “orçamento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro”;

VI - **Curva ABC dos Serviços** do orçamento de referência, do contrato e do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

VII – **Composições de Custos Unitários Editáveis** contendo o detalhamento dos serviços e dos insumos, constando os custos do “orçamento de referência”, “do contrato” e “do pedido de reequilíbrio

econômico-financeiro”;

§ 1º Os custos dos insumos e serviços acima mencionados deverão ser extraídos das tabelas SINAPI-DF e/ou SICRO-DF.

§2º As planilhas orçamentárias indicadas nos incisos deste artigo deverão ser apresentadas desonerada ou não desonerada, de acordo com o estabelecido no contrato.

§3º A proposta de recomposição deverá considerar eventuais reajustes contratuais no período, bem como o desconto inicialmente ofertado.

§ 4º Caso haja necessidade de complementação de informações para subsidiar as análises técnicas, as Diretorias gestoras do contrato poderão realizar diligência.

§5º Os documentos citados nos incisos II a VII deste artigo deverão ser elaborados e assinados por profissional competente e ser acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

Art. 4º Para comprovação de desequilíbrio de preços daqueles insumos contratuais que não guardem similaridade com aqueles contidos na tabela SINAPI-DF e/ou SICRO-DF, deverão ser juntados ao processo Coleta de Preços, que deverá observar os parâmetros de pesquisa de mercado contidos no Decreto Distrital nº 39.453/2018 e do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, conforme o caso.

Art. 5º Caberá à Diretoria gestora do contrato analisar as informações apresentadas pela empresa requerente e se manifestar sobre o atendimento aos pressupostos constantes no §1º do art. 2º, juntamente com a análise global dos custos da avença, incluindo todos os insumos relevantes e não somente aqueles sobre os quais tenha havido a incidência da elevação financeira de forma que reste comprovado que as alterações nos custos estejam acarretando o retardamento ou a inexecução do ajustado originariamente.

§ 1º Mesmo que a diferença entre o preço da tabela SINAPI-DF e/ou SICRO-DF e o preço contratual seja negativa, deve-se considerá-lo no cálculo do impacto financeiro.

§ 2º Caso o pedido da empresa seja acatado, a NOVACAP fará o ressarcimento da diferença de valor referente ao período de medição apresentado, considerados os reajustes eventualmente sofridos.

§ 3º Nos contratos em que ocorrerem reduções de preços com um impacto financeiro negativo superior ao lucro operacional teórico do período considerado, deverão ser reequilibrados em favor da NOVACAP.

§4º A contratada não terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro se tiver dado causa à situação fática que o gerou, bem como se ela estiver prevista na matriz ou mapa de riscos como de sua responsabilidade.

Art. 6º Para a análise econômico-financeira, as áreas técnicas da Diretoria gestora do contrato deverão adotar os seguintes procedimentos:

I – **Análise global dos preços**, levando-se em consideração todas as variações ocorridas nos custos dos insumos do contrato, ou seja, variações que levaram a acréscimos e a decréscimos, independentemente dos percentuais apurados. Para tanto, deverá:

- a) realizar a conferência da documentação citada no art. 3º e no art. 4º, quando for o caso;
- b) atualizar a planilha de orçamento de referência com os custos atualizados para a data do início de desequilíbrio econômico-financeiro, considerando o desconto ofertado na proposta que gerou o contrato, bem como o último reajuste realizado;
- c) elaborar análise prévia de correlação entre as planilhas: “de orçamento de referência atualizada”, citada na alínea “b”, e a aquela apresentada pela requerente para fins de constatação de desequilíbrio;
- d) realizar análise de correlação entre os documentos apresentados pela requerente e a análise de correlação constante na alínea anterior;

§1º Caso a análise global de preços resulte em uma situação de onerosidade excessiva, deverá ser empreendida a análise parcial dos preços, conforme inciso II, deste artigo.

§2º Se na análise global de preços for constatado que não houve onerosidade excessiva, os autos deverão ser enviados ao Diretor da área gestora do contrato com nota técnica sobre o resultado da análise empreendida.

II – **Análise parcial dos preços**, levando-se em consideração apenas os insumos, cuja variação de custos for superior ou igual ao lucro previsto e descrito na composição do BDI do preço do objeto contratado. Nesse caso, deverá:

- a) elaborar planilha da análise parcial dos preços considerando apenas os custos dos insumos que sofreram variação igual ou superior ao percentual do lucro previsto e descrito na composição do BDI do contrato.
- b) realizar correlação entre a planilha da análise parcial dos preços e a planilha da análise global.

Parágrafo único. Se nas análises global e parcial de preços for constatado que houve onerosidade excessiva, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

- a) solicitar que a empresa requerente apresente planilha final, devendo considerar, para tanto, o resultado da análise mais vantajosa para o Erário como parâmetro.
- b) conferir a planilha final apresentada pela empresa, e, em caso de concordância, assinar com “De acordo”.

Art. 7º Após análise realizada pela área técnica da Diretoria gestora do contrato quanto ao pedido apresentado pela contratada, deverá ser observado o fluxo procedimental abaixo detalhado:

I - acatado o desequilíbrio econômico-financeiro, os autos serão encaminhados ao Diretor técnico para manifestar anuência ou discordância quanto às conclusões apresentadas.

II - não havendo anuência ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da Diretoria técnica responsável, os autos poderão ser arquivados ou ser encaminhados em diligência para complementação documental por parte da empresa requisitante.

III - havendo aprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da Diretoria técnica responsável, os autos seguirão para a Diretoria Jurídica para análise e manifestação quanto à legalidade jurídica do pedido e da instrução processual.

IV - proferido parecer favorável, os autos retornarão à Diretoria técnica para continuidade, quando serão encaminhados à Diretoria Financeira, para disponibilização dos recursos e posterior submissão à Diretoria-Executiva.

V - tratando-se de parecer jurídico desfavorável ao reequilíbrio econômico-financeiro, caberá à área técnica observar as razões apresentadas como impeditivas para concessão e, sendo essas inerentes à deficiência documental, realizar diligência junto à contratada requisitante ou arquivar o requerimento.

VI – uma vez saneado o processo, o Diretor responsável pelo contrato elaborará voto e submeterá a matéria à deliberação da Diretoria-Executiva.

VII - aprovado o pedido pela Diretoria-Executiva, os autos serão encaminhados à Diretoria Financeira que providenciará a nota de empenho para custear a despesa e os remeterá à Diretoria Jurídica para elaboração do Termo Aditivo contratual.

Art. 8º Os casos omissos que necessitem de regulamentação e os conflitos com supervenientes disposições legais e determinações a serem cumpridas deverão ser examinados pela Diretoria gestora do contrato em discussão, bem como pela Diretoria Jurídica e submetidos em seguida à aprovação da Diretoria-Executiva.

Art. 9º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**  
Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 04/11/2021, às 16:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **73376734** código CRC= **9D36DB3D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

00112-00021425/2021-55

Doc. SEI/GDF 73376734



## MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59/DNIT SEDE, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

Regulamentar a aplicação dos índices de reajustamentos de obras no âmbito do DNIT.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no das atribuições que lhe conferem o art. 173, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSAD/DNIT nº 39, de 17/11/2020, publicado no DOU, de 19/11/2020, o constante do Relato nº. 143/2021/DPP/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 36ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 13/09/2021, e tendo em vista os autos do processo nº 50600.019076/2021- 51, resolve:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### **Aplicação e Premissas**

Art. 1º **REGULAMENTAR** a aplicação dos índices de reajustamentos de obras, no âmbito do DNIT.

Parágrafo único. O disposto nesta Instrução Normativa se aplica a todos os contratos de obras ou serviços que contenham cláusulas de reajustamento, observada a forma preconizada na legislação vigente.

Art. 2º Os índices de reajustamento indicam a variação mensal de preços da cesta de negócio das diferentes famílias e são calculados a partir do mês-base de referência indicado.

§ 1º Os índices de reajustamento são sistemática e mensalmente calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e divulgados pela Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT.

§ 2º A divulgação de que trata o § 1º do **caput** deste artigo será realizada por meio da página de custos e pagamentos do sítio eletrônico do DNIT.

**Índices de reajustamento de obras**

Art. 3º Os índices de reajustamento de obras no âmbito do DNIT podem ser:

I – de obras rodoviárias, que são compostos pelos índices de:

a) Terraplenagem, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. aterros;
2. camada drenante;
3. compactação de aterros;
4. desmatamento, destocamento e limpeza de áreas;
5. desmonte a frio ou cuidadoso de rocha;
6. enrocamento de pedra jogada;
7. escavação, carga e transporte de materiais;
8. escavações e reaterros;
9. geodrenos;
10. geogrelhas;
11. geotêxteis;
12. muro gabião;
13. recomposição de revestimento primário;
14. regularização da faixa de domínio;
15. regularização de talude;
16. remoção de solos moles; e/ou
17. serviços preliminares.

b) drenagem, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. bocas de lobos;
2. bueiros;
3. caixas coletoras;
4. calha metálica;
5. construção e remoção de dispositivos de drenagem e obras de arte correntes;
6. descidas e entradas d'água;
7. dissipadores;
8. drenos;
9. enrocamento de pedra arrumada;
10. lastro de brita;
11. meio-fios;
12. poços de visita;
13. sarjetas e valetas;
14. selo de argila apiloado com solo local;
15. tampas de caixas e poços;
16. tubulações de drenagem; e/ou
17. tunnel liner.

c) sinalização horizontal, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. fornecimento e colocação de tachas e tachões refletivos;
2. execução de pinturas de faixas, setas ou zebrados;
3. fornecimento e/ou implantação de balizadores;
4. fornecimento e/ou implantação de marcos quilométrico; e/ou
5. renovação de sinalização horizontal.

d) sinalização vertical, devendo ser adotado quando se tratar de:



1. confecção, fornecimento ou implantação de placas de sinalização vertical;
2. confecção de suporte e travessa para placa de sinalização;
3. fornecimento e/ou implantação de semáforos;
4. fornecimento e/ou implantação de pórticos e bandeiras de sinalização; e/ou
5. cones, barreiras, fitas e demais acessórios de sinalização de obras.

e) pavimentação, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. areia-asfalto;
2. arrancamento e remoção de paralelepípedos e meio-fios;
3. bases e sub-bases do pavimento;
4. capa selante;
5. concreto asfáltico usinado a quente;
6. fresagem do revestimento;
7. imprimação;
8. lama asfáltica;
9. macadame asfáltico;
10. macadame hidráulico;
11. manta sintética para recapeamento asfáltico (fornecimento e aplicação);
12. micro-revestimento;
13. peneiramento;
14. pintura de ligação;
15. pré-misturado;
16. reciclagem do revestimento;
17. reforço e/ou regularização do subleito;
18. remoção da camada granular do pavimento;
19. remoção de material de baixa capacidade de suporte;
20. remoção de revestimento asfáltico;
21. transporte de materiais asfálticos; e/ou
22. tratamento superficial simples, duplo ou triplo.

f) pavimentos de concreto de cimento Portland, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. execução de pavimentos com peças pré-moldadas de concreto de cimento Portland;
2. limpeza e enchimento de junta de pavimento de concreto de cimento Portland;
3. pavimentação com concreto de cimento Portland;
4. recomposição de placa de concreto de cimento Portland; e/ou
5. sub-base de concreto de cimento Portland.

g) conservação, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. caiação;
2. combate à exsudação;
3. correção de defeitos;
4. demolição e remoção de ponte de madeira;
5. desobstrução de bueiro;
6. limpeza de placas de sinalização;
7. limpeza de ponte;
8. limpeza de sarjeta, meio-fios, valetas, decida d'água, bueiros, etc.;
9. limpeza, corte, roçada ou capina;
10. pintura com nata de cimento;
11. ponte provisória;
12. recomposição de aterro;
13. recomposição de cerca;
14. recomposição de defesa metálica;
15. recomposição de guarda corpo;
16. recomposição de sarjeta em alvenaria de tijolo;
17. recomposição e conservação de ponte de madeira;

18. reconformação da plataforma;
19. recuperação e conservação de pontes de madeira;
20. recuperação de chapa para placa de sinalização;
21. remendo profundo;
22. remoção de barreira em solo ou rocha;
23. remoção de placa de sinalização;
24. roçada mecanizada;
25. selagem de trinca; e/ou
26. tapa buraco.

h) obras de arte especiais, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. abertura e concretagem de bases de tubulões;
2. aparelhos de apoio;
3. argamassa cimento areia;
4. concreto ciclópico;
5. concreto estrutural;
6. confecção e lançamento de concreto;
7. contenção em arrimos diversos (exceto muro gabião);
8. contenção em cortina atirantada;
9. construção de pontes de madeira;
10. dobração e colocação de armadura;
11. dreno de PVC e de aço;
12. escoramento;
13. estacas;
14. estruturas metálicas;
15. formas em geral;
16. fornecimento, preparo e colocação de aço doce e/ou aço para protensão;
17. junta de cantoneira;
18. solo reforçado com fita, inclusive terra armada (exceto aterro);
19. tirante protendido; e/ou
20. tubulões.

i) superestrutura de passarela metálica, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. fabricação de superestrutura metálica para passarela; e/ou
2. lançamento de superestrutura de passarela metálica.

j) obras complementares e meio ambiente, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. alvenaria;
2. ancoragem de defesa maleável ou semi-maleável;
3. assentamento de tubo;
4. balizador de concreto;
5. barreiras de concreto;
6. cercas de arame;
7. defesa maleável ou semi-maleável;
8. enleivamento;
9. guarda-corpo;
10. hidrossemeadura;
11. iluminação (postes, serviços elétricos, rede de alta tensão, luminárias, etc.);
12. paisagismo (plantio de árvores, gramas e arbustos, construção vegetal, etc.);
13. passagem de fauna;
14. realocação e remanejamento de interferências;
15. recuperação de área degradada; e/ou
16. revestimento vegetal.

k) administração local, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. administração local; e/ou
2. manutenção de canteiro de obras.

l) mobilização e desmobilização, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos.

m) Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP), devendo ser adotado quando se tratar de:

1. cimento asfáltico de petróleo.

n) Asfalto Diluído de Petróleo (ADP), devendo ser adotado quando se tratar de:

1. asfaltos diluídos.

o) emulsão asfáltica, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. emulsões asfálticas.

p) asfalto modificado por polímero, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. cimentos asfálticos de petróleo modificados por polímero.

q) asfalto borracha, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. asfalto borracha.

r) emulsão asfáltica modificada, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. emulsões asfálticas modificadas.

s) emulsão asfáltica de imprimação, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. emulsões asfálticas de imprimação.

t) consultoria, supervisão e projeto, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. auditoria técnica;
2. ensaios diversos;
3. estudos e projetos;
4. gerenciamento de obras;
5. instrumentação;
6. serviços de desapropriação; e/ou
7. supervisão.

II – de obras portuárias, que são compostos pelos índices de:

a) estruturas e obras de concreto armado;

b) estruturas e fundações metálicas;

c) derrocagem, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. derrocagem subaquática de material de 3ª categoria - perfuração e detonação;
2. derrocagem subaquática de material de 3ª categoria - carga e limpeza; e/ou
3. escavação de vala em material de 3ª categoria.

d) dragagem;

e) enrocamento;

f) redes de energia elétrica e sinalização ferroviária;

g) linhas férreas;

h) máquinas e equipamentos industriais;

i) produtos industriais; e

j) obras complementares.

III – de obras ferroviárias, que são compostos pelos índices de:

a) superestrutura de via permanente (com fornecimento de material); e

b) superestrutura de via permanente (sem fornecimento de material).

IV – da Fundação Getúlio Vargas, que são compostos pelos índices de:

a) Índice Nacional de Custo da Construção - INCC;

b) IGP-DI;

c) vergalhões e arames de aço carbono; e

d) produtos siderúrgicos.

§ 1º Os índices de reajustamento são específicos para cada família ou disciplina, conforme rol apresentado no caput deste artigo, devendo ser adotado o índice correspondente ao serviço que deve ter o preço reajustado.

§ 2º Os índices de reajustamento atribuídos a cada serviço foram concebidos com base na interação entre os sistema de pesos, preços e cálculo, não podendo ser, portanto, intercambiáveis entre si.

Art. 4º Os preços das instalações dos canteiros de obras e acampamentos e dos contratos de obras ou serviços referentes à construção, demolição ou reforma de edificações (muros, postos de polícia rodoviária federal, etc.) devem ser reajustados pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC.

## CAPÍTULO III DO PROCESSO DE APLICAÇÃO DOS ÍNDICES

### Fórmula de Reajustamento

Art. 5º Os reajustes dos preços unitários contratuais devem ser calculados a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \times V$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

lo = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

L = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

§ 1º Para itens de contratos vigentes que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens devem ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice, da seguinte forma:

I - verificar, na planilha de quantidades e preços unitários dos contratos, os itens que devem sofrer desmembramento;

II - na planilha de preços unitários, manter o preço da proposta até o mês "m" do primeiro reajustamento após a adoção dos novos índices;

III - a partir do mês seguinte (mês "m+ 1"), a planilha de medição deve incluir, além do item original com a respectiva quantidade prevista igual à quantidade acumulada medida até o mês "m", os itens deles desmembrados cujas quantidades previstas devem ser iguais ao saldo não medido do item original após o mês "m".

§ 2º Após o procedimento de desmembramento descrito no parágrafo anterior, o total do item não deve sofrer quaisquer alterações.

### **Parcelas correspondentes à indenização de materiais**

Art. 6º Excluem-se da revisão de preços as parcelas correspondentes à indenização de materiais fornecidos pelo contratado, cujos custos tenham sido medidos e pagos pelos valores consignados no documento oficial relativo à compra.

### **Índices de reajustamento composto**

Art. 7º O índice de reajustamento composto a ser aplicado para misturas asfálticas adquiridas comercialmente deverá ser elaborado conforme art. 20 da Resolução/DNIT nº 13, de 02 de junho de 2021.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

### **Descontinuação de índices**

Art. 8º Os índices de reajustamento de obras de arte especiais (sem aço), de ligantes betuminosos e de produtos de aço galvanizado foram descontinuados e não devem ser utilizados, em hipótese alguma, para fins de cadastramento de novos contratos.

Parágrafo único. Os índices citados no caput deste artigo permanecerão sendo divulgados no sítio eletrônico do DNIT até que os itens de serviços dos contratos vigentes ainda estejam ativos.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Contratos com financiamentos externos**

Art. 9º Para reajustamento dos contratos com financiamentos externos deverão ser seguidas as regras originalmente acordadas.

### **Casos omissos**

Art. 10. Os casos omissos devem ser resolvidos pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes e pelas diretorias técnicas afetas à natureza dos serviços.

### **Revogação**

Art. 11. Fica revogada a Instrução de Serviço DG nº 01, de 02/01/2019, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 004, de 07/01/2019.

### **Vigência**

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral**, em 17/09/2021, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9244185** e o código CRC **6F2A7DF5**.

Referência: Processo nº 50600.019076/2021-51

SEI nº 9244185



MINISTÉRIO DA  
INFRAESTRUTURA



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A  
CEP 70040-902  
Brasília/DF | (061) 3315-8351

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59/DNIT SEDE, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021**

Regulamentar a aplicação dos índices de reajustamentos de obras no âmbito do DNIT.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no das atribuições que lhe conferem o art. 173, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSAD/DNIT nº 39, de 17/11/2020, publicado no DOU, de 19/11/2020, o constante do Relato nº. 143/2021/DPP/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 36ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 13/09/2021, e tendo em vista os autos do **processo nº 50600.019076/2021- 51**, resolve:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Aplicação e Premissas**

Art. 1º **REGULAMENTAR** a aplicação dos índices de reajustamentos de obras, no âmbito do DNIT.

Parágrafo único. O disposto nesta Instrução Normativa se aplica a todos os contratos de obras ou serviços que contenham cláusulas de reajustamento, observada a forma preconizada na legislação vigente.

Art. 2º Os índices de reajustamento indicam a variação mensal de preços da cesta de negócio das diferentes famílias e são calculados a partir do mês-base de referência indicado.

§ 1º Os índices de reajustamento são sistemática e mensalmente calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e divulgados pela Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, subordinada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT.

§ 2º A divulgação de que trata o § 1º do caput deste artigo será realizada por meio da página de custos e pagamentos do sítio eletrônico do DNIT.

**CAPÍTULO II**  
**DOS ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS**

**Índices de reajustamento de obras**

Art. 3º Os índices de reajustamento de obras no âmbito do DNIT podem ser:

I – de obras rodoviárias, que são compostos pelos índices de:

a) Terraplenagem, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. aterros;
2. camada drenante;
3. compactação de aterros;
4. desmatamento, destocamento e limpeza de áreas;
5. desmonte a frio ou cuidadoso de rocha;
6. enrocamento de pedra jogada;
7. escavação, carga e transporte de materiais;
8. escavações e reaterros;
9. geodrenos;
10. geogrelhas;
11. geotêxteis;
12. muro gabião;
13. recomposição de revestimento primário;
14. regularização da faixa de domínio;
15. regularização de talude;
16. remoção de solos moles; e/ou
17. serviços preliminares.

b) drenagem, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. bocas de lobos;
2. bueiros;
3. caixas coletoras;
4. calha metálica;
5. construção e remoção de dispositivos de drenagem e obras de arte correntes;
6. descidas e entradas d'água;
7. dissipadores;
8. drenos;
9. enrocamento de pedra arrumada;
10. lastro de brita;
11. meio-fios;
12. poços de visita;
13. sarjetas e valetas;
14. selo de argila apilado com solo local;
15. tampas de caixas e poços;
16. tubulações de drenagem; e/ou
17. tunnel liner.

c) sinalização horizontal, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. fornecimento e colocação de tachas e tachões refletivos;
2. execução de pinturas de faixas, setas ou zebrados;



3. fornecimento e/ou implantação de balizadores;
  4. fornecimento e/ou implantação de marcos quilométrico; e/ou
  5. renovação de sinalização horizontal.
- d) sinalização vertical, devendo ser adotado quando se tratar de:
1. confecção, fornecimento ou implantação de placas de sinalização vertical;
  2. confecção de suporte e travessa para placa de sinalização;
  3. fornecimento e/ou implantação de semáforos;
  4. fornecimento e/ou implantação de pórticos e bandeiras de sinalização; e/ou
  5. cones, barreiras, fitas e demais acessórios de sinalização de obras.
- e) pavimentação, devendo ser adotado quando se tratar de:
1. areia-asfalto;
  2. arrancamento e remoção de paralelepípedos e meio-fios;
  3. bases e sub-bases do pavimento;
  4. capa selante;
  5. concreto asfáltico usinado a quente;
  6. fresagem do revestimento;
  7. imprimação;
  8. lama asfáltica;
  9. macadame asfáltico;
  10. macadame hidráulico;
  11. manta sintética para recapeamento asfáltico (fornecimento e aplicação);
  12. micro-revestimento;
  13. peneiramento;
  14. pintura de ligação;
  15. pré-misturado;
  16. reciclagem do revestimento;
  17. reforço e/ou regularização do subleito;
  18. remoção da camada granular do pavimento;
  19. remoção de material de baixa capacidade de suporte;
  20. remoção de revestimento asfáltico;
  21. transporte de materiais asfálticos; e/ou
  22. tratamento superficial simples, duplo ou triplo.
- f) pavimentos de concreto de cimento Portland, devendo ser adotado quando se tratar de:
1. execução de pavimentos com peças pré-moldadas de concreto de cimento Portland;
  2. limpeza e enchimento de junta de pavimento de concreto de cimento Portland;
  3. pavimentação com concreto de cimento Portland;

4. recomposição de placa de concreto de cimento Portland; e/ou
5. sub-base de concreto de cimento Portland.

g) conservação, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. caiação;
2. combate à exsudação;
3. correção de defeitos;
4. demolição e remoção de ponte de madeira;
5. desobstrução de bueiro;
6. limpeza de placas de sinalização;
7. limpeza de ponte;
8. limpeza de sarjeta, meio-fios, valetas, decida d'água, bueiros, etc.;
9. limpeza, corte, roçada ou capina;
10. pintura com nata de cimento;
11. ponte provisória;
12. recomposição de aterro;
13. recomposição de cerca;
14. recomposição de defesa metálica;
15. recomposição de guarda corpo;
16. recomposição de sarjeta em alvenaria de tijolo;
17. recomposição e conservação de ponte de madeira;
18. reconformação da plataforma;
19. recuperação e conservação de pontes de madeira;
20. recuperação de chapa para placa de sinalização;
21. remendo profundo;
22. remoção de barreira em solo ou rocha;
23. remoção de placa de sinalização;
24. roçada mecanizada;
25. selagem de trinca; e/ou
26. tapa buraco.

h) obras de arte especiais, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. abertura e concretagem de bases de tubulões;
2. aparelhos de apoio;
3. argamassa cimento areia;
4. concreto ciclópico;
5. concreto estrutural;
6. confecção e lançamento de concreto;
7. contenção em arrimos diversos (exceto muro gabião);
8. contenção em cortina atirantada;
9. construção de pontes de madeira;
10. dobragem e colocação de armadura;
11. dreno de PVC e de aço;
12. escoramento;

13. estacas;
14. estruturas metálicas;
15. formas em geral;
16. fornecimento, preparo e colocação de aço doce e/ou aço para protensão;
17. junta de cantoneira;
18. solo reforçado com fita, inclusive terra armada (exceto aterro);
19. tirante protendido; e/ou
20. tubulões.

i) superestrutura de passarela metálica, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. fabricação de superestrutura metálica para passarela; e/ou
2. lançamento de superestrutura de passarela metálica.

j) obras complementares e meio ambiente, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. alvenaria;
2. ancoragem de defesa maleável ou semi-maleável;
3. assentamento de tubo;
4. balizador de concreto;
5. barreiras de concreto;
6. cercas de arame;
7. defesa maleável ou semi-maleável;
8. enleivamento;
9. guarda-corpo;
10. hidrossemeadura;
11. iluminação (postes, serviços elétricos, rede de alta tensão, luminárias, etc.);
12. paisagismo (plantio de árvores, gramas e arbustos, construção vegetal, etc.);
13. passagem de fauna;
14. realocação e remanejamento de interferências;
15. recuperação de área degradada; e/ou
16. revestimento vegetal.

k) administração local, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. administração local; e/ou
2. manutenção de canteiro de obras.

l) mobilização e desmobilização, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos.

de: m) Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP), devendo ser adotado quando se tratar

1. cimento asfáltico de petróleo.

n) Asfalto Diluído de Petróleo (ADP), devendo ser adotado quando se tratar de:

1. asfaltos diluídos.

o) emulsão asfáltica, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. emulsões asfálticas.

p) asfalto modificado por polímero, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. cimentos asfálticos de petróleo modificados por polímero.

q) asfalto borracha, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. asfalto borracha.

r) emulsão asfáltica modificada, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. emulsões asfálticas modificadas.

s) emulsão asfáltica de imprimação, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. emulsões asfálticas de imprimação.

t) consultoria, supervisão e projeto, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. auditoria técnica;
2. ensaios diversos;
3. estudos e projetos;
4. gerenciamento de obras;
5. instrumentação;
6. serviços de desapropriação; e/ou
7. supervisão.

II – de obras portuárias, que são compostos pelos índices de:

a) estruturas e obras de concreto armado;

b) estruturas e fundações metálicas;

c) derrocagem, devendo ser adotado quando se tratar de:

1. derrocagem subaquática de material de 3ª categoria - perfuração e detonação;
2. derrocagem subaquática de material de 3ª categoria - carga e limpeza; e/ou
3. escavação de vala em material de 3ª categoria.

c) dragagem;

- d) enrocamento;
- e) redes de energia elétrica e sinalização ferroviária;
- f) linhas férreas;
- g) máquinas e equipamentos industriais;
- h) produtos industriais; e
- j) obras complementares.

III – de obras ferroviárias, que são compostos pelos índices de:

- a) superestrutura de via permanente (com fornecimento de material); e
- b) superestrutura de via permanente (sem fornecimento de material).

IV – da Fundação Getulio Vargas, que são compostos pelos índices de:

- a) Índice Nacional de Custo da Construção - INCC;
- b) IGP-DI;
- c) vergalhões e arames de aço carbono; e
- d) produtos siderúrgicos.

§ 1º Os índices de reajustamento são específicos para cada família ou disciplina, conforme rol apresentado no caput deste artigo, devendo ser adotado o índice correspondente ao serviço que deve ter o preço reajustado.

§ 2º Os índices de reajustamento atribuídos a cada serviço foram concebidos com base na interação entre os sistema de pesos, preços e cálculo, não podendo ser, portanto, intercambiáveis entre si.

Art. 4º Os preços das instalações dos canteiros de obras e acampamentos e dos contratos de obras ou serviços referentes à construção, demolição ou reforma de edificações (muros, postos de polícia rodoviária federal, etc.) devem ser reajustados pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC.

### **CAPÍTULO III DO PROCESSO DE APLICAÇÃO DOS ÍNDICES**

#### **Fórmula de Reajustamento**

Art. 5º Os reajustes dos preços unitários contratuais devem ser calculados a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_t - I_0)}{I_0} \times V$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

§ 1º Para itens de contratos vigentes que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens devem ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice, da seguinte forma:

I - verificar, na planilha de quantidades e preços unitários dos contratos, os itens que devem sofrer desmembramento;

II - na planilha de preços unitários, manter o preço da proposta até o mês "m" do primeiro reajustamento após a adoção dos novos índices;

III - a partir do mês seguinte (mês "m+ 1"), a planilha de medição deve incluir, além do item original com a respectiva quantidade prevista igual à quantidade acumulada medida até o mês "m", os itens deles desmembrados cujas quantidades previstas devem ser iguais ao saldo não medido do item original após o mês "m".

§ 2º Após o procedimento de desmembramento descrito no parágrafo anterior, o total do item não deve sofrer quaisquer alterações.

#### **Parcelas correspondentes à indenização de materiais**

Art. 6º Excluem-se da revisão de preços as parcelas correspondentes à indenização de materiais fornecidos pelo contratado, cujos custos tenham sido medidos e pagos pelos valores consignados no documento oficial relativo à compra.

#### **Índices de reajustamento composto**

Art. 7º O índice de reajustamento composto a ser aplicado para misturas asfálticas adquiridas comercialmente deverá ser elaborado conforme art. 20 da Resolução/DNIT nº 13, de 02 de junho de 2021.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

##### **Descontinuação de índices**

Art. 8º Os índices de reajustamento de obras de arte especiais (sem aço), de ligantes betuminosos e de produtos de aço galvanizado foram descontinuados e não devem ser utilizados, em hipótese alguma, para fins de cadastramento de novos contratos.

Parágrafo único. Os índices citados no caput deste artigo permanecerão sendo divulgados no sítio eletrônico do DNIT até que os itens de serviços dos contratos vigentes ainda estejam ativos.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **Contratos com financiamentos externos**

Art. 9º Para reajustamento dos contratos com financiamentos externos deverão ser seguidas as regras originalmente acordadas.

##### **Casos omissos**

Art. 10. Os casos omissos devem ser resolvidos pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes e pelas diretorias técnicas afetas à natureza dos serviços.

##### **Revogação**

Art. 11. Fica revogada a Instrução de Serviço DG nº 01, de 02/01/2019, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 004, de 07/01/2019.

##### **Vigência**

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

**ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO**  
Diretor-Geral

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES****RESOLUÇÃO/DNIT Nº 13, DE 02 DE JUNHO DE 2021**

Estabelece os procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos decorrente do acréscimo ou decréscimos, conforme o caso, dos custos de aquisição de materiais asfálticos, assim como para a abertura de critério de pagamentos objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação, além de regulamentar a forma de cálculo dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 173, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39 de 17/11/2020, publicado no DOU de 19/11/2020, o Relato nº 37/2021/DIREX/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 21ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 31/05/2021, e o constante no processo nº 50600.008236/2019-11, resolve:

Art. 1º ESTABELECE, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes – DNIT, os procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos decorrente do acréscimo ou decréscimos, conforme o caso, dos custos de aquisição de materiais asfálticos, assim como para a abertura de critério de pagamentos objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação, além de regulamentar a forma de cálculo dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais.

Parágrafo único. Também se aplicam os procedimentos desta Resolução a abertura de critério de pagamento objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação cujo objetivo seja tão somente a aplicação do índice de reajustamento correspondente ao insumo asfáltico.

**CAPÍTULO I  
DAS DENOMINAÇÕES E DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para efeito desta Resolução ficam estabelecidas as seguintes denominações:

I - REF - Reequilíbrio econômico-financeiro.

II - ACP – Abertura do critério de pagamentos dos insumos asfálticos, necessária quando os itens de aquisição de insumos asfálticos estão agregados aos seus respectivos serviços de pavimentação.

III - SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos.

IV - Preço Produtor - preço médio ponderado semanal praticado pelos produtores e importadores de derivados de petróleo divulgados pela ANP – Agência Nacional do Petróleo em seu sítio eletrônico <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/precos-de-produtores>.

V - ΔP – Variação do Preço Produtor.

VI - RDC – Regime Diferenciado de Contratação – Lei 12.462/2011.

VII - LGL – Lei Geral de Licitações – Lei 8.666/1993 ou Lei 14.133/2021, a depender do dispositivo legal em que se fundamentou a celebração do contrato.

VIII - ANP - Agência Nacional do Petróleo.

**CAPÍTULO II  
DAS INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA OS CASOS DE TULDIÇÕES REALIZADAS A PARTIR DE JANEIRO DE 2019****Seção I  
Da Tramitação, Análise e Aprovação do REF e/ou ACP**

Art. 3º Os cálculos referentes à ACP e/ou REF devem ser elaborados pela empresa contratada para a execução de obras e protocolados junto à fiscalização do DNIT.

Art. 4º A fiscalização do DNIT deverá abrir processo administrativo eletrônico autônomo no SEI, cujo tipo de processo deve ser:

I - “Resolução XX/2021 – ACP”, quando tratar-se somente de abertura de critério de pagamentos.

II - “Resolução XX/2021 – REF”, quando tratar-se de reequilíbrio econômico financeiro, independentemente de haver a necessidade de abertura de critério de pagamentos.

Parágrafo único. Após exarado todos os procedimentos necessários à ACP e/ou REF, o processo administrativo eletrônico que trata o *caput* deste Artigo deverá ser anexado ao processo base do respectivo contrato de execução de obras.

Art. 5º A fiscalização do DNIT, com o apoio da supervisora de obras, se existir, deverá avaliar os cálculos apresentados e tomar as seguintes providências:

I - Caso haja incorreções, apontá-las e solicitar as correções à empresa interessada no pleito.

II - Caso não haja incorreções, que remeta o processo à Coordenação de Engenharia da respectiva Superintendência Regional, atestando a conformidade dos cálculos com esta Resolução.

Art. 6º A área de Engenharia da Superintendência Regional deverá proceder à análise do processo administrativo eletrônico e encaminhá-lo ao Superintendente Regional do DNIT.

Art. 7º As superintendências regionais terão competência plena e responsabilidades decorrentes para aprovar o valor do impacto, lavrar e publicar os respectivos termos aditivos oriundos dos reequilíbrios objeto desta norma, para qualquer tipo de contrato.

Art. 8º Aplica-se à presente Resolução os Pareceres 1137/2015/PFE-DNIT/PGF/AGU, 1138/2015/PFE-DNIT/PGF/AGU e Parecer 00002/2017/PFE-DNIT/PGF/AGU que tratam de minutas padronizadas para reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, sendo “manifestação jurídica” referencial, dispensando a análise individualizada por aquele órgão consultivo se o caso concreto se amoldar aos termos dos citados pareceres.

**Seção II  
Do Reequilíbrio Econômico Financeiro**



Art. 9º O impacto financeiro a ser considerado no cálculo do reequilíbrio (REF) é a diferença entre “a variação do preço produtor entre o mês da medição e a data-base, aplicada sobre o valor medido do mês à preços iniciais excluindo-se o lucro operacional referencial de 5,11% estabelecido pelo Acórdão TCU-Plenário nº 2.622/2013” e “o reajustamento pago na medição”, calculada mês-a-mês de todos os serviços de aquisições de insumos asfálticos do período considerado, de acordo com a equação constante no Anexo I - a).

Parágrafo único. Um exemplo de REF é apresentado no Anexo III.

Art. 10. O REF deverá ser realizado nas medições a partir de Janeiro de 2019, em períodos de no mínimo quatro meses, sempre compreendido no interstício entre as datas de reajustes contratuais.

§ 1º Nos casos em que o contrato se encerrar em prazo inferior a quatro meses do mês de aniversário, poderá ser aplicado o REF em período único inferior aos quatro meses previstos no *caput*.

§ 2º Em situação transitória, para os contratos cuja data de aniversário de reajustamento contratual esteja entre os meses de Setembro/2018 à Abril/2019, poderá ser realizado reequilíbrio para o período mínimo de quatro meses, considerando no período meses de 2018 e 2019, desde que não seja computado qualquer reequilíbrio para os meses de 2018 no quadrimestre em questão.

Art. 11. As aquisições de insumos asfálticos agregados ao respectivo serviço de pavimentação já medidos, são passíveis do reequilíbrio tratado no Art. 9º, independente do contido no Art. 19.

Art. 12. Caso o valor do REF seja positivo, deverá ser criado item de ressarcimento no contrato com o seguinte dizer: “Ressarcimento devido REF conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”. Caso o valor do REF seja negativo, deverá ser criado item de estorno no contrato com o seguinte dizer: “Estorno devido REF conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”.

### **Seção III**

#### **Do cálculo da Variação do Preço Produtor**

Art. 13. Para efeitos desta Resolução, deve-se adotar como preço produtor do mês de referência como sendo o preço produtor da semana que contiver o dia quinze do mês anterior.

Art. 14. O preço produtor deve ser obtido considerando a região na qual esteja localizada a origem de aquisição do insumo asfáltico definida no projeto ou anteprojeto referencial da licitação.

Parágrafo único. Caso não exista preço divulgado na semana que forma o preço referencial, deve-se adotar o preço produtor nacional.

Art. 15. O Preço Produtor de referência deverá ser obtido em função do insumo adquirido e o produto que melhor o representa na tabela da ANP produtor, seguindo a regra constante no Anexo I - b).

Art. 16. A Variação do Preço Produtor é calculada pela razão entre o preço produtor do mês da medição e o preço do produtor do mês da data-base do contrato, conforme exemplificado no Anexo II, seguindo a equação constante no Anexo I - c).

Parágrafo único. Nos casos em que a aquisição se tratar de uma emulsão, a variação do produtor deve ser calculada considerando, além dos preços do produtor, os índices do IGP-DI, seguindo a equação constante no Anexo I - d).

### **Seção IV**

#### **Da Abertura do Critério de Pagamentos**

Art. 17. Para definição do peso da aquisição do insumo asfáltico do serviço a ser desmembrado, deve-se levar em consideração sua participação no serviço agregado, calculada por meio de média ponderada de seus custos associados, seguindo modelo de cálculo do Anexo IV.

Parágrafo único. A taxa de utilização a ser considerada do insumo a ser desmembrado deve ser aquela definida no projeto ou anteprojeto que norteou a licitação.

Art. 18. Os insumos asfálticos desmembrados deverão ter seus índices de reajustamentos estabelecidos de acordo com o normativo que trata do assunto vigente à época da publicação do Edital de Licitação.

Parágrafo único. As Instruções de Serviço à que se refere o *caput* são:

I- Instrução de Serviço/DNIT nº 02/2002, de 09 de setembro de 2002;

II- Instrução de Serviço/DNIT nº 16/2010, de 25 de agosto de 2010;

III- Instrução de Serviço/DNIT nº 18/2010, de 27 de setembro de 2010;

IV- Instrução de Serviço/DNIT nº 04/2012, de 07 de março de 2012;

V- Instrução de Serviço/DNIT nº 03/2017, de 12 de maio de 2017;

VI- Instrução de Serviço/DNIT nº 01, de 02 de janeiro de 2019.

Art. 19. Somente poderão ser desmembrados os insumos asfálticos dos itens de serviços não medidos.

§ 1º Nos casos de itens de serviços que incluem insumos betuminosos já medidos, admitir-se-á a realização do cálculo mensal da diferença dos valores financeiros de reajustamento aplicados em relação aos índices de reajustamentos que deveriam ter sido aplicados conforme exemplificados nos Anexo V, sendo vedada a ACP.

§ 2º Caso a diferença seja em favor da Administração deverá ser criado item de estorno com a diferença calculada, com o seguinte dizer: “Estorno devido diferença de reajustamento calculada conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”.

§ 3º Caso a diferença seja em favor do Contratado deverá ser criado item de ressarcimento com a diferença calculada, com o seguinte dizer: “Ressarcimento devido diferença de reajustamento calculada conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”.

### **Seção V**

#### **Dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais**

Art. 20. As misturas comerciais devem ser reajustadas através de índices de reajustamentos compostos, levando-se em consideração a participação do ligante presente na composição da mistura asfáltica, calculada por meio de média ponderada de seus custos associados, nos moldes do Anexo IV.

### **Seção VI**

#### **Do Termo Aditivo**

Art. 21. Todos os pleitos de REF e/ou ACP requerido pelas empresas executoras deverão ser realizados mediante termo aditivo específico para tal, podendo a ACP ser aditada conjuntamente com o REF.

### CAPÍTULO III

#### DAS INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA OS CASOS DE MEDIÇÕES REALIZADAS ATÉ DEZEMBRO DE 2018

##### Seção I

##### Do Cálculo do Acréscimo em Função do Reequilíbrio

Art. 22. As disposições constantes neste capítulo se aplicam apenas para os casos de medições realizadas até dezembro de 2018.

§ 1º Aumentos anteriores a novembro/2014 não serão contemplados por este normativo.

§ 2º As parcelas a serem acrescidas serão específicas para aquisição dos insumos asfálticos: asfaltos diluídos, cimentos asfálticos de petróleo e emulsões asfálticas.

Art. 23. Os aumentos promovidos pela Petrobras serão refletidos nas tabelas divulgadas mensalmente com os preços médios ponderados dos produtos asfálticos pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Parágrafo único. A divulgação é realizada através do endereço eletrônico da ANP.

Art. 24. Dever-se-á utilizar os preços médios ponderados segregados pela unidade da federação na qual foi adquirido o material betuminoso.

§ 1º Se nestas tabelas ocorrerem a falta de dois preços consecutivos ou a falta de mais de três preços não consecutivos no interstício observado, deve-se abandonar a tabela estadual, utilizando-se somente os preços segregados por região.

§ 2º Se mesmo assim não existir preços no interstício, utilizar-se-á os preços médios ponderados nacionalmente.

Art. 25. Partindo do princípio que todo o material betuminoso executado no mês de referência foi adquirido no mês anterior, tem-se que o valor unitário dos acréscimos, expresso na unidade monetária “R\$” é, resumidamente, obtido através da diferença entre: “o preço unitário divulgado pela ANP referente ao mês anterior ao de execução do material betuminoso, aplicando-se o desconto ofertado entre o preço contratual e o preço referencial” e “o preço unitário do insumo asfáltico reajustado no último aniversário ocorrido no contrato”.

Parágrafo único. Os roteiros no Anexo VII desta Resolução detalham os procedimentos para os seguintes casos:

I - Contrato por preço unitário (com planilha de quantidades e preços) – Roteiro I;

II - Contratos RDC, contratação integrada ou preço global – Roteiro II ou Roteiro III.

Art. 26. Os valores unitários dos acréscimos, por tonelada de insumo asfáltico ou por quilômetro de pista, detalhados no exemplo constante no Anexo VIII, serão elaborados pelas empresas detentoras dos contratos de execução das obras e submetidas ao fiscal do contrato/Coordenador da UL para verificação e aprovação, e concordância expressa da empresa contratada quanto ao critério adotado.

Parágrafo único. As empresas supervisoras, quando existirem, deverão validar as informações visando auxiliar a fiscalização do DNIT.

Art. 27. Os percentuais de aumento a serem utilizados, obtidos com base nos preços divulgados pela ANP, para o cálculo da parcela de reequilíbrio deverão ser aqueles referentes à mesma origem do insumo asfáltico definida no orçamento referencial da licitação que originou o contrato.

Art. 28. Em função das determinações contidas no Acórdão nº 1604/2015 – TCU/Plenário, ficam definidos os seguintes critérios para que o DNIT aceite, para fins de análise, os pedidos de reequilíbrio dos contratos em função da alta dos materiais asfálticos:

I - Somente será aceita proposta de reequilíbrio cujo impacto financeiro (IF) seja comprovadamente superior ao lucro operacional referencial (LOR) do período considerado desequilibrado.

II - Esse percentual refere-se ao valor do impacto financeiro em função do acréscimo dos materiais asfálticos em relação ao valor dos serviços medidos e é dado através da seguinte equação constante no Anexo VI:

§ 1º mesmo que a diferença entre o preço da ANP e o preço contratual seja negativa, deve-se considerá-lo no cálculo do impacto financeiro.

§ 2º O Lucro operacional referencial é informado na composição do BDI.

I - Como exemplo, nos contratos cujo BDI é dado pela Portaria nº 545/2012, cujo percentual é de 26,7%, o lucro operacional é de 7,2% do preço de venda. No caso do BDI diferenciado, utilizado para materiais betuminoso, o percentual do lucro operacional é de 5,11% sobre o preço de venda, conforme Acórdão TCU-Plenário nº 2.622/2013. Deve-se proceder ao cálculo do lucro operacional ponderado para o cálculo do lucro operacional referencial (LOR).

§ 3º No intuito de se evitar a solicitação de vários pleitos, serão permitidos no máximo dois termos aditivos no prazo de um ano compreendido entre os aniversários do contrato. Cada termo aditivo poderá contemplar até dois períodos distintos de contrato desequilibrado.

§ 4º Analogamente ao inciso I deste artigo, e visando o compartilhamento de riscos, nos contratos em que ocorrerem reduções de preços dos materiais betuminoso, no qual ocorram um impacto financeiro negativo (IF) superior ao lucro operacional teórico do período considerado, deverão serem reequilibrados em favor da Administração Pública.

Art. 29. Nos contratos cujo critério de pagamento seja por agrupamento de serviços, deve-se utilizar as taxas de consumo de projeto.

##### Seção II

##### Do Termo Aditivo

Art. 30. Todos os contratos que serão aditados em função do reequilíbrio requerido pelas empresas executoras deverão promover um termo aditivo específico para o referido reequilíbrio dos insumos asfálticos.

§ 1º Não poderão ser realizadas outras adequações juntamente com o termo aditivo relativo ao reequilíbrio, salvo aqueles referentes às alterações de critério de pagamento nos contratos regidos pela Lei nº 12.462 de 4 de agosto de 2011 para viabilizar a implantação do aditivo que trata esta Resolução.

§ 2º Os procedimentos necessários para realização da abertura do critério estão no roteiro descrito no Anexo IX desta Resolução.

Art. 31. Os termos aditivos a serem realizados deverão ser conduzidos em processo administrativo e devem ser utilizadas as minutas anexas destinadas aos casos de Regime Diferenciado de Contratação e demais regidos pela lei nº Lei 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal Especializada/DNIT/Sede elaborou pareceres referenciais, constantes no Anexo X desta Resolução, que auxiliarão o trâmite administrativo, ou seja, os processos não precisarão passar pela análise jurídica tendo em vista a existência dos pareceres referenciais, que deverão fazer constar do processo administrativo.

Art. 32. A partir da publicação desta Resolução, todas as Superintendências Regionais terão competência plena e responsabilidades decorrentes para aprovar o valor do impacto, lavrar e publicar os respectivos termos aditivos oriundos dos reequilíbrios objeto desta norma, para qualquer tipo de contrato.

##### Seção III

##### Das Disposições Finais

Art. 33. Os casos omissos que necessitarem de regulamentação e os conflitos com supervenientes disposições legais e determinações a serem cumpridas deverão ser examinados pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária e as alterações necessárias nesta Resolução submetidas à aprovação da Diretoria Colegiada do DNIT.

Art. 34. A consideração do ICMS no custo do binômio “aquisição + transporte”, deverá ser realizada com a alíquota da Unidade da Federação onde será executada a obra, conforme alinhado com a Instrução de Serviço nº 15, de 20 de dezembro de 2006.

Art. 35. Espera-se que os índices de reajustamento divulgados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV recuperem os aumentos dos insumos asfálticos ocorridos no período de desequilíbrio do contrato.

Parágrafo único. Todavia, se a recuperação acima descrita não for alcançada, o contrato deverá ser novamente reequilibrado.

Art. 36. Em atenção aos itens 35 a 39 do voto proferido no Acórdão nº 1604/2015 TCU-Plenário, observa-se que o DNIT está atento a possíveis variações abruptas de preço dos insumos.

§ 1º A Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura em Transportes – CGCIT/DPP, durante a cotação de preços dos insumos que compõe o SICRO, analisa possíveis variações extraordinárias, sendo suas ocorrências informadas em notas explicativas publicadas no site do DNIT.

§ 2º Antes da realização do reequilíbrio é imperativo verificar através destas notas se existem ocorrências de variações abruptas de preços no período analisado.

§ 3º Caso seja detectado decréscimos maiores que o lucro operacional referencial (em similaridade ao Art. 28, I), nos materiais da faixa A da curva ABC, deve-se considerar o “ganho financeiro” do contratado em função do menor valor e contabilizá-lo, compensando-o no impacto financeiro (if) do material betuminoso.

Art. 37. Ficam revogados os seguintes normativos:

I – Instrução de Serviço/DNIT nº 15, de 21 de julho de 2016;

II – Instrução de Serviço/DNIT nº 10, de 16 de maio de 2019;

III – Instrução de Serviço/DNIT nº 15, de 23 de julho de 2019;

V – Instrução Normativa/DNIT nº 26, de 30 de julho de 2020;

VI – Instrução Normativa/DNIT nº 33, de 11 de novembro de 2020;

IV – Instrução Normativa/DNIT nº 12, de 13 de abril de 2021.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021, alcançando todos os contratos vigentes de obras rodoviárias no âmbito do DNIT, devendo se observar o art. 11 desta Resolução.

**ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral**, em 02/06/2021, às 21:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8329749** e o código CRC **6E525D2C**.

## ANEXO I

### a) Equação para cálculo do reequilíbrio econômico financeiro

$$REF = \sum_{m=1}^{4 \leq n \leq 12} \left\{ \left( \Delta P_m * \left[ PI_m * \left( 1 - \frac{5,11}{100} \right) \right] \right) - R_m \right\}$$

Onde:

ΔP= Variação do Preço Produtor calculada nos termos do Art. 16 do mês “m”

PI = Valor medido à preços iniciais no mês “m”

R = Valor medido referente à parcela de reajustamento no mês “m”

m = Mês de análise do REF.

### b) Regras de equivalência

Tipo de Aquisição	Produto ANP
CAP 30/45	Cimento Asfáltico de Petróleo 30 45
Demais CAPs, Asfaltos Modificados por Polímero, Asfalto Borracha	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70
Asfalto Diluído de Petróleo (CM-30)	Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30
Emulsões em geral	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 *

\* Vide Parágrafo único do Art. 16.

### c) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor

$$\Delta P = \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) * 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

**d) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor nos casos em que a aquisição se tratar de uma emulsão**

$$\Delta P = \left\{ 0,75 * \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) + 0,25 * \left( \frac{IGPMM}{IGPDB} - 1 \right) \right\} * 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

IGPMM = Índice do IGP-DI do mês da medição

IGPDB = Índice do IGP-DI do mês da data-base do contrato.

## ANEXO II REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

### Exemplo de cálculo da Variação do Preço Produtor

\*Os exemplos de cálculo da presente Resolução não têm vinculação entre os mesmos.

**Dados:**

**Local da Obra:** Estado da Bahia

**Distribuição de Aquisição do Produto informada no anteprojeto referencial:** Betim-MG

**Mês da Medição:** Fevereiro/2019

**Data-Base:** Novembro/2013

Serviço de Aquisição do Contrato	Produto do Produtor ANP	Preço Produtor em 15/01/2019 (PPMM) – Região Sudeste	Preço Produtor em 15/10/2013 (PPDB) – Região Sudeste
CAP 50/70	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70	R\$ 2,53254	R\$ 0,80898
CM-30	Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30	R\$ 3,97447	R\$ 1,2936
RR-1C	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70	R\$ 2,53254	R\$ 0,80898

Consulta dos preços produtores realizada em 20/02/2019 em <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-produtores>.



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

#### PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS SEMANAIS PRATICADOS PELOS PRODUTORES E IMPORTADORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

**IMPORTANTE:** O produto 'Óleo Diesel' contempla os diversos tipos de óleo diesel automotivo comercializados no País.

Produto	Período		Região					Brasil
	(A par de 2013)		Norte	Nordest	Centro-Oe	Sul	Sudes	
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	07/01/2019	13/01/2019	3,99503	3,99503	***	3,98601	4,00141	3,99689
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	14/01/2019	20/01/2019	3,99503	3,99503	***	3,97724	3,97447	3,98333
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	21/01/2019	27/01/2019	3,99503	3,98969	***	3,99626	3,97210	3,98419
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	28/01/2019	03/02/2019	***	3,98893	***	4,10388	4,02161	4,02128
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	07/01/2019	13/01/2019	2,34370	2,48722	***	2,55411	2,53175	2,51388
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	14/01/2019	20/01/2019	2,41356	2,49150	***	2,55490	2,53254	2,52730
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	21/01/2019	27/01/2019	2,34669	2,47080	***	2,55557	2,53715	2,51360
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	28/01/2019	03/02/2019	2,39540	2,49633	***	2,59639	2,57936	2,55253





Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

**PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS SEMANAIS PRATICADOS PELOS PRODUTORES E IMPORTADORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO**

**IMPORTANTE:** O produto 'Óleo Diesel' contempla os diversos tipos de óleo diesel automotivo comercializados no País.

Produto	Período		Região					Brasil
	(A par de 2013)		Norte	Nordest	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	07/10/2013	13/10/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	14/10/2013	20/10/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	21/10/2013	27/10/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	28/10/2013	03/11/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	07/10/2013	13/10/2013	0,80784	0,80784	***	0,80784	0,80940	0,80855
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	14/10/2013	20/10/2013	0,80784	0,80784	***	0,80784	0,80898	0,80843
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	21/10/2013	27/10/2013	0,80784	0,80784	***	0,80784	0,80895	0,80848
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	28/10/2013	03/11/2013	0,82545	0,80784	***	0,80784	0,80879	0,80914

Buscando índices do IGP-DI na tabela DNIT/FGV:

Fonte: <https://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviaras>



**ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIAÍAS**

Mês de Referência: Janeiro de 2019

DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES	01/19	02/19	03/19	04/19	05/19	06/19	07/19	08/19	09/19	10/19	11/19	12/19	VARIACÃO NO MÊS	ACUMULADO NO ANO	VARIACÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
Terraplanagem	Dez/2000=100	310,594											0,164	0,164	3,317
Drenagem	Dez/2000=100	304,093											0,245	0,245	3,812
Pavimentação	Dez/2000=100	335,406											0,152	0,152	5,250
Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	Dez/2000=100	260,896											0,127	0,127	4,868
Sinalização Horizontal	Dez/2000=100	302,916											-0,195	-0,195	3,470
Sinalização Vertical	Mai/2005=100	187,725											-0,180	-0,180	4,908
Obras de Arte Especiais	Dez/2000=100	311,364											-0,033	-0,033	5,588
Conservação Rodoviária	Dez/2000=100	296,540											0,293	0,293	2,931
Consultoria, Supervisão e Projetos	Dez/2000=100	226,409											0,451	0,451	2,855
Administração Local	Dez/2016=100	108,499											0,360	0,360	3,831
Mobilização e Desmobilização de Obras Rodoviárias	Dez/2016=100	112,399											0,337	0,337	4,195
Índice de Obras Complementares e Meio Ambiente	Dez/2016=100	110,364											0,168	0,168	4,265
IGP-DI	Ago/1994=100	697,923											0,068	0,068	6,558
Índice Nacional da Construção Civil	Ago/1994=100	749,517											0,491	0,491	4,028
Verghões: Aromes de Aço ao Carbono	Ago/1994=100	816,552											0,303	0,303	8,775
Produtos Siderúrgicos	Dez/2007=100	180,062											-1,307	-1,307	14,825
Produtos de Aço Galvanizado	Mar/1999=100	394,555											0,030	0,030	4,058
Ligantes Betuminosos	Dez/2000=100	673,943											13,301	13,301	53,744
Asfalto Diluído de Petróleo (ADP)	Dez/2000=100	849,926											14,686	14,686	64,616
Cimento Asfáltico Petróleo (CAP)	Dez/2000=100	708,395											15,222	15,222	68,648
Emulsão Asfáltica	Dez/2000=100	629,076											11,438	11,438	40,797
Emulsão Asfáltica Modificada	Dez/2018=100	107,762											7,762	7,762	-
Asfalto Modificado por Polímero	Dez/2018=100	110,173											10,173	10,173	-
Emulsão Asfáltica de Imprimação	Dez/2018=100	106,918											6,918	6,918	-
Asfalto Borracha	Dez/2018=100	111,645											11,645	11,645	-
Obras de Artes Especiais (sem Aço)	Dez/2000=100	305,060											-0,033	-0,033	5,588

O reajustamento dos serviços deve ser realizado de acordo com a Instrução de Serviço nº 01/2019, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 004, de 07 de Janeiro de 2019.



**ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIAÍAS**

OBSERVAÇÃO: O reajustamento deve ser realizado de acordo com a Instrução de Serviço nº 04/2012, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 010, de 05 a 09 de Maio de 2012

Data Ref: Janeiro a Dezembro/ 2013

Descrição	Índices												Variação no Mês	Acumulado no Ano	Últimos 12 Meses
	01/13	02/13	03/13	04/13	05/13	06/13	07/13	08/13	09/13	10/13	11/13	12/13			
TERRAPLANAGEM	DEZ/2000=100	222,604	225,732	227,132	228,402	229,035	231,279	232,901	235,010	235,464	235,470	236,974	240,803	1,616	8,800
OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	DEZ/2000=100	231,365	232,794	233,879	235,142	236,582	238,312	240,018	240,971	243,018	244,112	244,786	246,836	0,838	7,123
PAVIMENTAÇÃO	DEZ/2000=100	246,191	250,426	252,535	254,146	254,638	255,537	255,862	256,503	257,240	257,935	258,726	264,046	2,056	7,821
CONSULTORIA (Supervisão e Projetos)	DEZ/2000=100	185,325	185,474	185,974	186,157	186,467	187,994	189,395	190,325	190,298	190,540	190,872	191,598	0,380	3,464
DRENAGEM	DEZ/2000=100	235,354	237,277	238,583	240,006	241,304	243,055	244,532	245,447	247,589	248,569	249,088	251,929	1,141	7,657
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	DEZ/2000=100	227,371	221,996	222,207	222,944	228,643	229,435	230,045	233,299	234,642	235,061	235,228	236,365	0,483	4,462
PAVIMENTOS CONCRETO CIMENTO PORTLAND	DEZ/2000=100	210,178	210,908	212,013	213,512	215,115	215,769	216,539	217,623	219,256	222,374	223,683	225,048	0,610	7,326
CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	DEZ/2000=100	231,309	232,382	233,123	234,384	235,509	237,348	239,285	240,145	242,421	243,114	244,059	245,854	0,735	6,617
LIGANTES BETUMINOSOS	DEZ/2000=100	269,871	266,824	267,476	271,002	270,688	270,697	271,675	271,744	271,744	275,290	275,549	274,466	-0,393	2,988
OBRAS DE ARTES ESPECIAIS (Sem Aço)	DEZ/2000=100	224,394	225,991	226,971	228,220	229,264	231,067	232,919	233,652	235,175	236,185	237,015	239,381	0,998	7,190
IGP-DI	AGO/1994=100	504,830	505,832	507,375	507,087	508,715	512,598	513,313	515,688	522,690	525,966	527,422	531,056	0,689	5,518
ÍNDICE NACIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL	AGO/1994=100	525,850	529,029	531,691	535,601	547,655	553,948	556,600	558,340	560,767	562,241	564,201	564,765	0,100	8,094
VERGALHÕES E ARAMES DE AÇO AO CARBONO	AGO/1994=100	591,849	590,831	597,979	602,738	623,467	623,605	623,903	638,361	668,139	670,130	670,121	670,898	0,116	13,392
PRODUTOS SIDERÚRGICOS	DEZ/2007=100	114,310	114,739	115,392	116,948	117,907	118,868	119,363	121,096	123,490	123,804	122,345	121,854	-0,401	7,647
PRODUTOS DE AÇO GALVANIZADO	MAR/1999=100	285,051	285,333	284,945	284,719	284,473	284,471	285,134	285,694	286,620	288,224	289,457	288,676	-0,270	1,634
SINALIZAÇÃO VERTICAL	MAR/2005=100	127,846	128,461	129,904	132,183	132,374	133,510	134,278	134,396	137,027	136,425	137,263	138,198	0,681	8,646
ASFALTO DILUÍDO	DEZ/2000=100	304,462	303,506	303,928	304,884	304,462	304,676	304,999	304,999	306,881	305,392	304,437	304,437	-0,313	0,307
CIMENTO ASFÁLTICO (CAP 7 A 20)	DEZ/2000=100	261,369	260,054	260,054	261,383	261,383	261,383	262,336	262,336	262,336	265,916	266,949	265,512	-0,538	2,264
EMULSÕES (RR1C E RR2C)	DEZ/2000=100	273,828	269,121	270,314	275,933	275,377	275,377	276,438	276,571	276,571	280,265	280,056	279,264	-0,283	3,872

IGP-DI em JAN/19 = 697,923

IGP-DI em NOV/13 = 527,422

Cálculo do ΔP para o mês de Fev/2019 no Serviço Aquisição de CAP 50/70:

$$\Delta P = \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = \left( \frac{R\$ 2,53254}{R\$ 0,80898} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = 213,05 \%$$

Cálculo do ΔP para o mês de Fev/2019 no Serviço Aquisição de CM-30:

$$\Delta P = \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = \left( \frac{R\$ 3,97447}{R\$ 1,2936} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = 207,24 \%$$

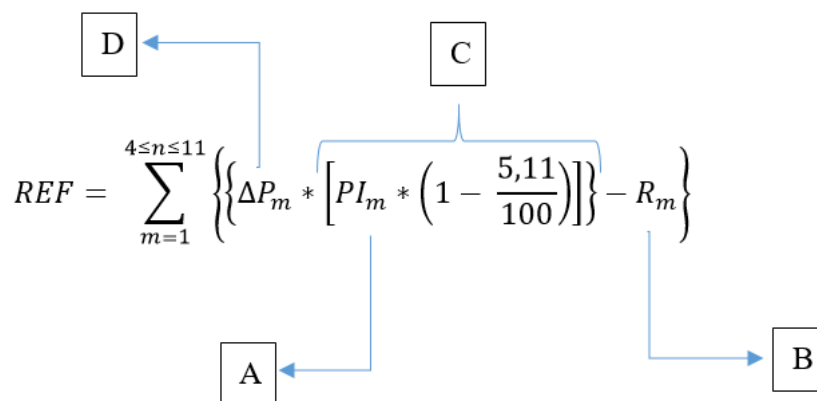
Cálculo do ΔP para o mês de Fev/2019 no Serviço Aquisição de RR-1C:

$$\Delta P = \left\{ 0,75 * \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) + 0,25 * \left( \frac{IGPMM}{IGPDB} - 1 \right) \right\} * 100 (\%)$$

$$\Delta P = \left\{ 0,75 * \left( \frac{R\$ 2,53254}{R\$ 0,80898} - 1 \right) + 0,25 * \left( \frac{697,923}{527,422} - 1 \right) \right\} * 100 (\%)$$

$$\Delta P = 167,87 \%$$

### ANEXO III EXEMPLO DE CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO



	A	B	C = A x (1-5,11/100)	D	E = D*C
Serviço de Aquisição	Medição PI	Reajustamento da medição	Medição PI sem lucro (5,11%)	ΔP (Anexo I)	Reajustamento total usando base produtor
CAP 50/70	R\$ 638.280,09	R\$ 797.148,00	R\$ 605.663,98	213,05%	R\$ 1.290.367,10
CM-30	R\$ 126.228,00	R\$ 182.184,00	R\$ 119.777,75	207,24%	R\$ 248.227,41
RR-1C	R\$ 204.850,61	R\$ 202.412,89	R\$ 194.382,74	167,87%	R\$ 326.310,31

B	E = D * C	F = E - B
---	-----------	-----------

Serviço de Aquisição	Reajustamento do PI	Reajustamento total usando base produtor	REF
CAP 50/70	R\$ 797.148,00	R\$1.290.367,10	R\$493.219,10
CM-30	R\$ 182.184,00	R\$248.227,41	R\$66.043,41
RR-1C	R\$ 202.412,89	R\$326.310,31	R\$123.897,42
Total REF para o mês Fev/19			R\$ 683.159,93

O presente exemplo se refere aos cálculos apenas de um mês (Fev/19). Deve-se atentar às regras dos meses a serem considerados no REF.

**ANEXO IV**  
**ABERTURA DE CRITÉRIO DE PAGAMENTO**  
**DETERMINAÇÃO DO PESO DA AQUISIÇÃO DO MATERIAL BETUMINOSO**

**Quando usar:**

- Aberturas de critério de pagamentos para desmembramento do serviço de aquisição, seja para efetuar um REF, seja apenas para que o índice de reajustamento seja corretamente aplicado.

- Índices de reajustamento compostos a ser aplicado na aquisição de misturas asfálticas comerciais.

**1) Determinação do preço de aquisição de insumo asfáltico referencial:**

**1.1) Data-base a partir de novembro/2016:**

$$Preço Ref. = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (\text{ICMS})}$$

**1.2) Data-base a partir de novembro/2016:**

$$Preço Ref. = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (\text{ICMS} + \text{PIS} + \text{COFINS})}$$

Fonte para obter o Preço ANP distribuidor: <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/precos-de-distribuicao>

**2) Determinação da taxa de utilização do insumo asfáltico:**

**2.1) Deverá ser utilizada a taxa na seguinte ordem de prioridades:**

**I** - Taxa definida no projeto executivo aprovado.

**II** - Caso não haja ainda projeto executivo aprovado, a taxa definida no orçamento referencial.

**2.2) Compatibilizar a taxa de utilização com a unidade do serviço a ser desmembrado.**

A taxa deverá ser compatibilizada para a unidade de Kg por Unidade do Serviço a ser desmembrado. Exemplo: Kg / km; Kg / kmf; Kg / ton

**3) Determinação do peso da aquisição do insumo asfáltico sobre o serviço:**

$$Peso AqIA(\%) = \frac{\text{Preço Ref} * \text{Taxa utilização (kg/unidade serviço)}}{\text{Preço Unitário Serviço Agregado}} * 100$$

**Exemplo 1:**

**Insumo a ser desmembrado:** CAP 50-70

Data-Base: NOV/17

Regime: Preço Global

Orçamento Referencial: Capa de Rolamento – Preço Unit: R\$ 400.000,00 / km

Valor Contratado: R\$ 148.000.000,00

Local de Aquisição: Betim-MG

ICMS : 18 % PIS: 0,65% COFINS: 3,00%

BDI Ref: 15 %

Serviço a ser desmembrado: Capa de Rolamento – Preço Unit: R\$ 390.000,00 / km

Extensão da Obra: 90 km

Área total a ser pavimentada: 646.200 m<sup>2</sup>

Espessura do pavimento: 8 cm

Taxa aprovada no projeto executivo(tração): 5,2% ton. CAP / ton. Massa

Densidade do traço: 2,35 ton./m<sup>3</sup>

1) Determinando o preço referencial de aquisição do CAP 50/70:

$$\text{Preço Ref.} = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (\text{ICMS} + \text{PIS} + \text{COFINS})}$$



Agência Nacional do Petróleo, Gas Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

## PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Mês	Produto	Estado	Preço
jan/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,43074
fev/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,44402
mar/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,43801
abr/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,36460
mai/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,34928
jun/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,41064
jul/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,45845
ago/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,42249
set/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,40484
out/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,51495
nov/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,51464
dez/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,61332

$$\text{Preço Ref.} = \frac{1,51464 (1 + 0,15)}{1 - (0,18 + 0,0065 + 0,03)}$$

$$\text{Preço Ref.} = \text{R\$ } 2,22315$$

2) Determinação da taxa de utilização do insumo asfáltico:

Quantidade total de massa em volume: 646.200 x 0,08 = 51.696 m<sup>3</sup>

Quantidade total de massa em peso: 51.696 x 2,35 = 121.485,6 ton

Quantidade total de CAP em peso: 121.485,6 ton x 5,2% = 6.317,25 ton

Quantidade total de CAP em peso por km: 6.317,25 ton / 90 km = 70,1917 ton / km

Quantidade total de CAP em kg por km: 70.191,7 kg / km

3) Determinação do peso da aquisição do CAP sobre o serviço:



$$Peso AqIA(\%) = \frac{\text{Preço Ref} * \text{Taxa utilização (kg/unidade serviço)}}{\text{Preço Unitário Serviço Agregado}} * 100$$

$$Peso AqIA(\%) = \frac{R\$ 2,22315 * 70.191,7}{R\$ 400.000,00} * 100$$

$$Peso AqIA(\%) = 39,0117$$

4) Abertura do Critério de Pagamento:

Antes:

Execução de Capa Asfáltica R\$ 390.000,00 / km

Depois:

Execução de Capa Asfáltica (Exceto Aq CAP 50/70) R\$ 237.854,37 / km (60,9883%)

Aquisição CAP 50/70 para Capa Asfáltica R\$ 152.145,63 / km (39,0117%)

Obs: Conforme Art. 19 desta Resolução somente poderão ser desmembrados aquisições de insumos asfálticos de itens de serviço não medidos.

#### Exemplo 2:

**Mistura Comercial:** Massa asfáltica com CAP 50/70

**Data-Base:** MAR/18

**Regime:** Preço Unitário

**Orçamento Referencial:** R\$ 306,07 / ton

**Local de Aquisição:** Curitiba-PR

**ICMS :** 18 %      **PIS:** 0,65%      **COFINS:** 3,00%

**BDI Ref:** 21,24 %

**Taxa orçamento referencial:** 5,0% ton. CAP / ton. Massa

1) Determinando o preço referencial de aquisição do CAP 50/70:

$$Preço Ref. = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (ICMS + PIS + COFINS)}$$



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Mês	Produto	Estado	Preço
jan/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,64339
fev/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,63882
mar/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,63394
abr/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,64237
mai/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,71370
jun/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,81530
jul/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,95653
ago/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,10985
set/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,09771
out/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,14645
nov/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,43286
dez/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,44620

$$Preço Ref. = \frac{1,63394 (1 + 0,2124)}{1 - (0,18 + 0,0065 + 0,03)}$$

$$Preço Ref. = R\$ 2,52838$$

2) Determinação da taxa de utilização do insumo asfáltico:

Quantidade total de CAP em peso (ton/ton): 1 ton x 5,0% = 0,05 ton CAP / ton Massa

Quantidade total de CAP em peso (kg/ton): 50 kg CAP / ton. Massa

3) Determinação do peso da aquisição do CAP sobre o serviço:

$$Peso AqIA(\%) = \frac{Preço Ref * Taxa utilização (kg/unidade serviço)}{Preço Unitário Serviço Agregado} * 100$$

$$Peso AqIA(\%) = \frac{R\$ 2,52838 * 50}{R\$ 306,07} * 100$$

$$Peso AqIA(\%) = 41,304$$

4) Determinação do índice composto de reajustamento:

Pavimentação: 58,696 %

CAP: 41,304%

ANEXO V

CÁLCULO DA DIFERENÇA MONETÁRIA DE SERVIÇOS AGREGADOS REMUNERADOS COM ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO AO INVÉS DO ÍNDICE ESPECÍFICO DE AQUISIÇÃO DO INSUMO ASFÁLTICO

Conforme Art. 20 desta Resolução, não se deve abrir critério de pagamento de serviços já medidos. Todavia, conforme o §1º do Art. 20, para os serviços já medidos, admitir-se-á a realização do cálculo mensal da diferença dos valores financeiros de reajustamento aplicados em relação aos índices de reajustamentos que deveriam ter sido aplicados.

Assim, será apresentado um exemplo deste cálculo, utilizando o Exemplo 1 do Anexo IV.

**Dados:**

**Qtde medida:** 9,9 km

**Serviço Agregado:** Execução de Capa Asfáltica

**Preço Unitário:** R\$ 390.000,00 / km

**Preço Unitário da aquisição:** R\$ 152.145,63 / km

Medição	mês	Qtde Medida	Valor Aquisição	K PAV	K CAP	Dif. K	Diferença Financeira
9	Nov/18	3,0	456.436,89	0,0615	0,5570	0,4955	226.164,48
10	Dez/18	3,5	532.509,71	0,0615	0,5570	0,4955	263.858,56
11	Jan/19	2,4	365	0,0615	0,5570	0,4955	180.931,58
12	Fev/19	1,0	152.145,63	0,0615	0,5570	0,4955	75.388,16
<b>Total</b>							746.342,78

**Explicações:**

O fator k de pavimentação foi o índice de reajustamento utilizado nas medições do serviço execução de capa asfáltica.

Em parte deste serviço (aquisição do CAP), o reajuste do contrato deveria ter sido realizado através do índice setorial específico da aquisição do CAP, conforme normativos vigentes que tratam do assunto (vide Parágrafo único do Art. 19).

Assim, faz-se a diferença, medição à medição do “fator K” efetivamente utilizado no reajustamento com o “fator K” de aquisição. Posteriormente, calcula-se a diferença percentual de defasagem do reajustamento.

Finalmente, basta multiplicar a diferença percentual com o valor da aquisição da medição para se obter a diferença financeira da medição.

Após a abertura do critério de pagamento, o próprio sistema de medições aplicará os índices de reajustamentos correspondentes.

**ANEXO VI  
EQUAÇÃO PARA CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO**

$$IF = \frac{\sum_{m=1}^n (I_{CAPm-1} - I_{CAP0}) * CAP_m + (I_{ADPm-1} - I_{ADP0}) * ADP_m + (I_{RRm-1} - I_{RR0}) * RR_m + \dots}{\sum_{m=1}^n Medição Total_m}$$

Caso IF > LOR → Contrato desequilibrado

Onde:

IF = impacto financeiro

m = mês

n = número de meses do período analisado

Im = Preço ANP do material betuminoso “n” no mês “m - 1”, minorado pelo desconto obtido na contratação.

I0 = Preço contratual do material betuminoso “n” no último reajuste

CAPm/ADPm/RRm/.. = Quantidade medida do material betuminoso no mês “m”

Medição Totalm = Medição Total dos serviços (inclusa a aquisição de MB) no mês “m”

LOR = lucro operacional referencial (vide § 2º do artigo 28)

**ANEXO VII  
ROTEIRO PARA CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO**

A planilha eletrônica modelo está disponível em <http://www.dnit.gov.br/matbet.xls>. Ela possui quatro abas: “RDC” e “Preço Unit” e “RDC com proposta PU”, cada uma adaptada para um modelo de contratação, além da planilha “PistaAcost”, que auxilia a separação do CAP entre a pista de rolamento e o acostamento (para contratos de RDC com critério de pagamento por km). As células em cinza contêm fórmulas. Deve-se fazer as adaptações necessárias na planilha em função do número de materiais betuminosos e data base dos orçamentos, seguindo os seguintes passos para o cálculo do impacto financeiro:

**ROTEIRO I  
Para contratos por Preço Unitário (sejam regidos pela Lei 8.666/1993 ou RDC)**

a) Informar os seguintes dados do contrato na planilha “Preço Unit”: Unidade Gestora, Contrato, Empresa, Superintendência, data base, última data de atualização, ICMS, BDI normal e diferenciado, preços referenciais do orçamento, além dos preços unitários contratados a preços iniciais. Será calculado o desconto de cada material betuminoso.

b) Informar o índice de atualização monetária da FGV utilizado para reajustar os itens de material betuminoso, no mês base e no mês do último reajuste. No exemplo em questão foi utilizado um único índice (Ligantes Betuminosos), porém pode existir contratos que os índices podem ser diferentes dependendo do material betuminoso. Nestes casos deve-se realizar adaptações na planilha, aplicando o índice individualizado. Será calculado os preços contratuais no último reajuste do contrato.

c) Informar os preços unitários contratuais de aquisição do material betuminoso, além dos preços unitários referenciais, para o cálculo individual do desconto (em contratos por preço unitário ou RDC Preço Global que exista a proposta com preços unitários entregue durante a licitação).

d) Informar as quantidades mensais de material betuminoso efetivamente utilizadas e medidas no contrato.

e) Informar os preços dos materiais betuminosos divulgados pela ANP no período analisado, sempre observando o mês anterior ao mês de referência, o estado ou a região a ser utilizada, conforme o caso (vide artigo 27 deste normativo). Serão calculados os preços unitários mensais destes baseados no preço da ANP, incluindo o ICMS e o BDI diferenciado, assim como a taxa de desconto do respectivo material. Na sequência é calculado a diferença dos preços da ANP com impostos inclusos, com o preço contratual no último reajuste.

f) Informar os valores totais dos serviços executados e medidos (PI+R) no período proposto, separando os serviços que possuem BDI normal com aqueles que possuem BDI diferenciado. Esta separação tem por objetivo estudar uma fórmula de reequilíbrio em função do nível de comprometimento do lucro operacional teórico do contratado. Como o percentual de lucro é diferente para cada BDI, faz-se necessário separá-los.

Será calculado então o impacto financeiro percentual, além do percentual de comprometimento do lucro operacional no período observado.

## ROTEIRO II

### Para contratos RDC Integrado e RDC Preço Global (sem proposta de preço unitário) \*

*\*No RDC Preço Global, o licitante vencedor deve reelaborar e apresentar à administração pública seus custos unitários, conforme inciso III, Art. 17 da Lei 12.462/2011. Porém, existem algumas licitações nas quais o contratado não apresentou seus custos unitários. Nestes casos, entende-se que a proposta do licitante seja os preços unitários do orçamento referencial aplicado à taxa de desconto global.*

a) Informar os seguintes dados do contrato na planilha “RDC”: Unidade Gestora, Contrato, Empresa, Superintendência, data base, última data de atualização, valor total do orçamento referencial e valor total do contrato (para cálculo do desconto global), ICMS, BDI normal e diferenciado e Preços da ANP na data-base do contrato. Será calculado o preço da ANP incluindo o ICMS, BDI e o desconto.

b) Informar o índice de atualização monetária da FGV utilizado para reajustar os itens de material betuminoso, no mês base e no mês do último reajuste. Pelo fato de geralmente os materiais betuminosos estarem englobados nos preços por km de seus respectivos serviços, o índice utilizado é o de “Pavimentação”. Deve-se avaliar qual foi o índice efetivamente utilizado para atualização no contrato. Será calculado o preço do material betuminoso na data do último reajuste.

c) Informar a taxa do material betuminoso utilizado na unidade tonelada por km. Para isso, é necessário obter no projeto executivo aprovado as quantidades totais destes e dividi-los pela extensão do trecho pavimentado.

d) Geralmente, no critério de pagamento encontramos o acostamento separado da pista de rolamento. Na planilha intitulada “PistaAcost” é calculado o percentual de CAP utilizado no acostamento e na pista, em função de suas respectivas geometrias. Só utilize se for necessário.

e) Informar as quantidades dos serviços de pavimentação medidos mensalmente. Será calculado o consumo dos materiais betuminosos. É importante observar que podem ser necessárias adaptações na fórmula existente na planilha.

f) Informar os preços dos materiais betuminosos divulgados pela ANP no período analisado, sempre observando o mês anterior ao mês de referência, o estado ou a região a ser utilizada, conforme o caso (vide artigo 27 deste normativo). Serão calculados os preços unitários mensais destes baseados no preço da ANP, incluindo o ICMS e o BDI diferenciado, assim como a taxa de desconto do respectivo material. Na sequência é calculado a diferença dos preços da ANP com impostos inclusos, com o preço contratual no último reajuste.

g) Informar os valores totais dos serviços executados e medidos (PI+R) no período proposto, separando os serviços que possuem BDI normal com aqueles que possuem BDI diferenciado. Esta separação tem por objetivo estudar uma fórmula de reequilíbrio em função do nível de comprometimento do lucro operacional teórico do contratado. Como o percentual de lucro é diferente para cada BDI, faz-se necessário separá-los.

Será calculado então o impacto financeiro percentual, além do percentual de comprometimento do lucro operacional no período observado.

## ROTEIRO III

### Para contratos RDC Preço Global com proposta existente de preço unitário

Nestes casos utilizar a mesma sequência do Roteiro I, porém utilizando a planilha “RDC com proposta PU”. A diferença é que ao invés de informar os preços de materiais betuminosos divulgados pela ANP na data-base do orçamento, serão informados os preços unitários referenciais da administração pública e aqueles da proposta do licitante.

## ANEXO VIII

### APLICAÇÃO DOS VALORES DOS ACRÉSCIMOS FORMALIZADOS EM TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Os valores dos acréscimos serão inseridos na planilha contratual por meio de termo aditivo, criando-se um item novo de aquisição do insumo asfáltico, denominado “reequilíbrio entre o mês/ano(x) e o mês/ano(y)”, logo abaixo do item original de contrato, sendo que o preço unitário do novo item é o valor médio ponderado do acréscimo calculado, e o quantitativo é aquele medido no período de desequilíbrio. Segue abaixo exemplo de como deve ser realizada a inclusão dos itens de reequilíbrio.

**Tabela 1 - Exemplo de inclusão de item em contratos de preço unitário**

Descrição do Serviço	Unid.	Valor	Qtde	Valor Total
Aquisição de CAP 50/70 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	t	R\$ 429,22	850,00	R\$ 364.837,00
Aquisição de CM-30 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	t	R\$ 126,36	120,0	R\$ 15.163,20

**Tabela 2 - Exemplo de inclusão de item em contratos por preço global**

Descrição do Serviço	Unid.	Valor	Qtde	Valor Total
Aquisição de CAP 50/70 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	km	R\$ 38.403,90	9,5	R\$ 364.837,05

Aquisição de CM-30 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	km	R\$ 1.547,27	9,8	R\$ 15.163,25
---	----	--------------	-----	---------------

### ANEXO IX ABERTURA DO CRITÉRIO DE PAGAMENTOS

Trata-se aqui do detalhamento do procedimento de Abertura do Critério de Pagamento visando o desmembramento da Aquisição de Material Betuminoso do restante dos serviços de pavimentação.

Suponha um contrato cujo orçamento referencial do DNIT seja de R\$ 150.000.000,00 e o valor contratado seja R\$ 142.000.000,00. Será calculado primeiro o desconto global deste contrato, que no caso em tela é de 5%.

Em seguida precisa-se dos preços unitários dos materiais betuminosos na data-base do contrato. Como já dito anteriormente, no RDC Preço Global, o licitante vencedor deve reelaborar e apresentar à administração pública seus custos unitários, conforme inciso III, Art. 17 da Lei 12.462/2011. Porém, existem algumas licitações nas quais o contratado não apresentou seus custos unitários. Nestes casos, assim como em RDC cuja contratação seja integrada, entende-se que a proposta do licitante seja os preços unitários do orçamento referencial aplicado à taxa de desconto. Assim, utiliza-se os valores divulgados pela ANP, aplicando-se a taxa de desconto global do contrato. Os valores divulgados pela ANP não incluem o ICMS. O BDI a ser utilizado para a aquisição de material betuminoso é o diferenciado, cujo valor é de 15%. A fórmula para o cálculo destes preços unitários caso não exista uma proposta do preço do licitante antes da contratação é:

$$I_0 = \frac{\text{Preço ANP} \cdot (1 + \text{BDI})}{(1 - \text{ICMS})} \cdot (1 - \% \text{Desconto Global Contrato})$$

Aplicando-se a fórmula anterior tem-se os preços unitários de cada material betuminoso na data-base do contrato:

Material	ANP Nordeste Maio/2012	+ IBDI (15%) + ICMS (17%)	Desconto (5%)	Valor I <sub>0</sub>
CAP 50/70	R\$ 859,96/t	x 1,15 / 0,83	x 0,95	R\$ 1.131,94/t
CM – 30	R\$ 1.386,36/t			R\$ 1.824,82/t
RR – 1C	R\$ 678,57/t			R\$ 893,18/t

Posteriormente, calcula-se o preço dos ligantes no último reajuste do contrato, utilizando-se a razão dos índices da FGV entre a data-base do contrato e a data do reajustamento, que no caso foram respectivamente maio/2012 e maio/2014:

Descrição	Unid.	Índices FGV		Aumento (c) = (b) / (a)	Preço Inicial I <sub>0</sub>	Preço Maio/14 I <sub>0</sub> · (c)
		Maio/12 (a)	Maio/14 (b)			
Cimento asfáltico CAP 7 A 20	ton.	258,630	265,375	1,026	R\$ 1.131,94	R\$ 1.161,46
Asfáltico Diluído	ton.	299,952	309,407	1,032	R\$ 1.824,82	R\$ 1.882,34
Emulsões (RR-1C e RR-2C)	ton.	267,465	287,544	1,075	R\$ 893,18	R\$ 960,23

O contrato em tela terá estes preços de materiais betuminosos até o próximo reajustamento em Maio/2015. Importante memorizar estes valores, pois serão utilizados no cálculo dos preços dos serviços desmembrados.

Agora suponha que este contrato tenha 100 km de extensão e tenha o preço unitário de R\$ 40.000,00 / km para o serviço Imprimação. Será realizado o exercício de desmembramento da Aquisição do CM-30 deste serviço.

Dada a taxa de aplicação do CM-30 de 1,2 l / m<sup>2</sup> (taxa aprovada em projeto) e sabendo que a área total a ser imprimada nesta obra é de 920.000 m<sup>2</sup>, temos 1.104 toneladas de CM-30 no total (Densidade de 1 g/cm<sup>3</sup>). Assim, tem-se uma taxa média de aplicação de 11,04 ton/km. Como o valor da tonelada de CM-30 a preços iniciais é de R\$ 1.824,82, multiplicado pela taxa média de aplicação por km tem-se o valor de R\$ 20.146,01 / km.

Assim será realizado o desmembramento da aquisição do CM-30 do serviço Imprimação:

Antes: Imprimação R\$ 40.000,00 / km

Depois: Aquisição CM-30 R\$ 20.146,01 / km  
Imprimação (exceto aquisição MB) R\$ 19.853,99 / km

Nos contratos em que a pintura de ligação, imprimação, entre outros, não estiverem evidenciados em um item de serviço próprio, deve-se analisar em qual serviço estes se encontram (pista de rolamento, acostamento, etc) e realizar o cálculo de consumo por quilômetro do insumo de maneira global e efetuar o desconto proporcional. Veja o exemplo abaixo:

Antes: Pista de Rolamento R\$ 240.000,00 / km

Acostamento: R\$ 120.000,00 / km

<i>Depois: Aquisição CM-30</i>	<i>R\$ 20.000,00 / km</i>
<i>Aquisição RR-2C</i>	<i>R\$ 6.000,00 / km</i>
<i>Aquisição CAP 50/70</i>	<i>R\$ 120.000,00 / km</i>
<i>Pista de Rolamento (exceto aquisição MB)</i>	<i>R\$ 164.000,00 / km</i>
<i>Acostamento (exceto aquisição MB)</i>	<i>R\$ 50.000,00 / km</i>

**ANEXO X  
PARECERES REFERENCIAIS**

PARECER n. 01137/2015/PFE-DNIT/PGF/ AGU (SEI/DNIT nº 0698897, folhas 53/57 do arquivo PDF)

PARECER n. 01138/2015/PFE-DNIT/PGF/ AGU (SEI/DNIT nº 0698897, folhas 58/61 do arquivo PDF)

**ANEXO XI  
MINUTA DE TERMO ADITIVO**

TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (SEI/DNIT nº 0698897, folhas 95/97 do arquivo PDF)

Referência: Processo nº 50600.008236/2019-11

SEI nº 8329749



MINISTÉRIO DA  
INFRAESTRUTURA



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A  
CEP 70040-902  
Brasília/DF | (061) 3315-4115

**RESOLUÇÃO/DNIT Nº 13, DE 02 DE JUNHO DE 2021**

Estabelece os procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos decorrente do acréscimo ou decréscimos, conforme o caso, dos custos de aquisição de materiais asfálticos, assim como para a abertura de critério de pagamentos objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação, além de regulamentar a forma de cálculo dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 173, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39 de 17/11/2020, publicado no DOU de 19/11/2020, o Relato nº 37/2021/DIREX/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 21ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 31/05/2021, e o constante no processo nº 50600.008236/2019-11, resolve:

Art. 1º **ESTABELECE**R, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes – DNIT, os procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos decorrente do acréscimo ou decréscimos, conforme o caso, dos custos de aquisição de materiais asfálticos, assim como para a abertura de critério de pagamentos objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação, além de regulamentar a forma de cálculo dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais.

Parágrafo único. Também se aplicam os procedimentos desta Resolução a abertura de critério de pagamento objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação cujo objetivo seja tão somente a aplicação do índice de reajustamento correspondente ao insumo asfáltico.

**CAPITULO I**  
**DAS DENOMINAÇÕES E DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para efeito desta Resolução ficam estabelecidas as seguintes denominações:

I - REF - Reequilíbrio econômico-financeiro.

II - ACP – Abertura do critério de pagamentos dos insumos asfálticos, necessária quando os itens de aquisição de insumos asfálticos estão agregados aos seus respectivos serviços de pavimentação.

III - SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos.

IV - Preço Produtor - preço médio ponderado semanal praticado pelos produtores e importadores de derivados de petróleo divulgados pela ANP – Agência Nacional do Petróleo em seu sítio eletrônico <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-daconcorrencia/precos/precos-de-produtores>.

V - ΔP – Variação do Preço Produtor.

VI - RDC – Regime Diferenciado de Contratação – Lei 12.462/2011.

VII - LGL – Lei Geral de Licitações – Lei 8.666/1993 ou Lei 14.133/2021, a depender do dispositivo legal em que se fundamentou a celebração do contrato.

VIII - ANP - Agência Nacional do Petróleo.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA OS CASOS DE MEDIÇÕES REALIZADAS A PARTIR DE JANEIRO DE 2019**

#### **Seção I**

##### **Da Tramitação, Análise e Aprovação do REF e/ou ACP**

Art. 3º Os cálculos referentes à ACP e/ou REF devem ser elaborados pela empresa contratada para a execução de obras e protocolados junto à fiscalização do DNIT.

Art. 4º A fiscalização do DNIT deverá abrir processo administrativo eletrônico autônomo no SEI, cujo tipo de processo deve ser:

I - “Resolução XX/2021 – ACP”, quando tratar-se somente de abertura de critério de pagamentos.

II - “Resolução XX/2021 – REF”, quando tratar-se de reequilíbrio econômico financeiro, independentemente de haver a necessidade de abertura de critério de pagamentos.

Parágrafo único. Após exarado todos os procedimentos necessários à ACP e/ou REF, o processo administrativo eletrônico que trata o *caput* deste Artigo deverá ser anexado ao processo base do respectivo contrato de execução de obras.



Art. 5º A fiscalização do DNIT, com o apoio da supervisora de obras, se existir, deverá avaliar os cálculos apresentados e tomar as seguintes providências:

I - Caso haja incorreções, apontá-las e solicitar as correções à empresa interessada no pleito.

II - Caso não haja incorreções, que remeta o processo à Coordenação de Engenharia da respectiva Superintendência Regional, atestando a conformidade dos cálculos com esta Resolução.

Art. 6º A área de Engenharia da Superintendência Regional deverá proceder à análise do processo administrativo eletrônico e encaminhá-lo ao Superintendente Regional do DNIT.

Art. 7º As superintendências regionais terão competência plena e responsabilidades decorrentes para aprovar o valor do impacto, lavrar e publicar os respectivos termos aditivos oriundos dos reequilíbrios objeto desta norma, para qualquer tipo de contrato.

Art. 8º Aplica-se à presente Resolução os Pareceres 1137/2015/PFE-DNIT/PGF/AGU, 1138/2015/PFE-DNIT/PGF/AGU e Parecer 00002/2017/PFE-DNIT/PGF/AGU que tratam de minutas padronizadas para reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, sendo “manifestação jurídica” referencial, dispensando a análise individualizada por aquele órgão consultivo se o caso concreto se amoldar aos termos dos citados pareceres.

## **Seção II**

### **Do Reequilíbrio Econômico Financeiro**

Art. 9º O impacto financeiro a ser considerado no cálculo do reequilíbrio (REF) é a diferença entre “a variação do preço produtor entre o mês da medição e a data-base, aplicada sobre o valor medido do mês à preços iniciais excluindo-se o lucro operacional referencial de 5,11% estabelecido pelo Acórdão TCU-Plenário nº 2.622/2013” e “o reajustamento pago na medição”, calculada mês-a-mês de todos os serviços de aquisições de insumos asfálticos do período considerado, de acordo com a equação constante no Anexo I - a).

Parágrafo único. Um exemplo de REF é apresentado no Anexo III.

Art. 10. O REF deverá ser realizado nas medições a partir de Janeiro de 2019, em períodos de no mínimo quatro meses, sempre compreendido no interstício entre as datas de reajustes contratuais.

§ 1º Nos casos em que o contrato se encerrar em prazo inferior a quatro meses do mês de aniversário, poderá ser aplicado o REF em período único inferior aos quatro meses previstos no *caput*.

§ 2º Em situação transitória, para os contratos cuja data de aniversário de reajustamento contratual esteja entre os meses de Setembro/2018 à Abril/2019, poderá ser realizado reequilíbrio para o período mínimo de quatro meses, considerando no período meses de 2018 e 2019, desde que não seja computado qualquer reequilíbrio para os meses de 2018 no quadrimestre em questão.

Art. 11. As aquisições de insumos asfálticos agregados ao respectivo serviço de pavimentação já medidos, são passíveis do reequilíbrio tratado no Art. 9º, independente do contido no Art. 19.

Art. 12. Caso o valor do REF seja positivo, deverá ser criado item de ressarcimento no contrato com o seguinte dizer: “Ressarcimento devido REF conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”. Caso o valor do REF seja negativo, deverá ser criado item de estorno no contrato com o seguinte dizer: “Estorno devido REF conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”.

### **Seção III**

#### **Do cálculo da Variação do Preço Produtor**

Art. 13. Para efeitos desta Resolução, deve-se adotar como preço produtor do mês de referência como sendo o preço produtor da semana que contiver o dia quinze do mês anterior.

Art. 14. O preço produtor deve ser obtido considerando a região na qual esteja localizada a origem de aquisição do insumo asfáltico definida no projeto ou anteprojeto referencial da licitação.

Parágrafo único. Caso não exista preço divulgado na semana que forma o preço referencial, deve-se adotar o preço produtor nacional.

Art. 15. O Preço Produtor de referência deverá ser obtido em função do insumo adquirido e o produto que melhor o representa na tabela da ANP produtor, seguindo a regra constante no Anexo I - b).

Art. 16. A Variação do Preço Produtor é calculada pela razão entre o preço produtor do mês da medição e o preço do produtor do mês da data-base do contrato, conforme exemplificado no Anexo II, seguindo a equação constante no Anexo I - c).

Parágrafo único. Nos casos em que a aquisição se tratar de uma emulsão, a variação do produtor deve ser calculada considerando, além dos preços do produtor, os índices do IGP-DI, seguindo a equação constante no Anexo I - d).

**Seção IV**  
**Da Abertura do Critério de Pagamentos**

Art. 17. Para definição do peso da aquisição do insumo asfáltico do serviço a ser desmembrado, deve-se levar em consideração sua participação no serviço agregado, calculada por meio de média ponderada de seus custos associados, seguindo modelo de cálculo do Anexo IV.

Parágrafo único. A taxa de utilização a ser considerada do insumo a ser desmembrado deve ser aquela definida no projeto ou anteprojeto que norteou a licitação.

Art. 18. Os insumos asfálticos desmembrados deverão ter seus índices de reajustamentos estabelecidos de acordo com o normativo que trata do assunto vigente à época da publicação do Edital de Licitação.

Parágrafo único. As Instruções de Serviço à que se refere o *caput* são:

I- Instrução de Serviço/DNIT nº 02/2002, de 09 de setembro de 2002;

II- Instrução de Serviço/DNIT nº 16/2010, de 25 de agosto de 2010;

III- Instrução de Serviço/DNIT nº 18/2010, de 27 de setembro de 2010;

IV- Instrução de Serviço/DNIT nº 04/2012, de 07 de março de 2012;

V- Instrução de Serviço/DNIT nº 03/2017, de 12 de maio de 2017;

VI- Instrução de Serviço/DNIT nº 01, de 02 de janeiro de 2019.

Art. 19. Somente poderão ser desmembrados os insumos asfálticos dos itens de serviços não medidos.

§ 1º Nos casos de itens de serviços que incluem insumos betuminosos já medidos, admitir-se-á a realização do cálculo mensal da diferença dos valores financeiros de reajustamento aplicados em relação aos índices de reajustamentos que deveriam ter sido aplicados conforme exemplificados nos Anexo V, sendo vedada a ACP.

§ 2º Caso a diferença seja em favor da Administração deverá ser criado item de estorno com a diferença calculada, com o seguinte dizer: “Estorno devido diferença de reajustamento calculada conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”.

§ 3º Caso a diferença seja em favor do Contratado deverá ser criado item de ressarcimento com a diferença calculada, com o seguinte dizer: “Ressarcimento devido diferença de reajustamento calculada conforme Resolução XX/2021 – Período MMM/AAAA à MMM/AAAA”.

### **Seção V**

#### **Dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais**

Art. 20. As misturas comerciais devem ser reajustadas através de índices de reajustamentos compostos, levando-se em consideração a participação do ligante presente na composição da mistura asfáltica, calculada por meio de média ponderada de seus custos associados, nos moldes do Anexo IV.

### **Seção VI**

#### **Do Termo Aditivo**

Art. 21. Todos os pleitos de REF e/ou ACP requerido pelas empresas executoras deverão ser realizados mediante termo aditivo específico para tal, podendo a ACP ser aditada conjuntamente com o REF.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA OS CASOS DE MEDIÇÕES REALIZADAS ATÉ DEZEMBRO DE 2018**

### **Seção I**

#### **Do Cálculo do Acréscimo em Função do Reequilíbrio**

Art. 22. As disposições constantes neste capítulo se aplicam apenas para os casos de medições realizadas até dezembro de 2018.

§ 1º Aumentos anteriores a novembro/2014 não serão contemplados por este normativo.

§ 2º As parcelas a serem acrescidas serão específicas para aquisição dos insumos asfálticos: asfaltos diluídos, cimentos asfálticos de petróleo e emulsões asfálticas.

Art. 23. Os aumentos promovidos pela Petrobras serão refletidos nas tabelas divulgadas mensalmente com os preços médios ponderados dos produtos asfálticos pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Parágrafo único. A divulgação é realizada através do endereço eletrônico da ANP.

Art. 24. Dever-se-á utilizar os preços médios ponderados segregados pela unidade da federação na qual foi adquirido o material betuminoso.

§ 1º Se nestas tabelas ocorrerem a falta de dois preços consecutivos ou a falta de mais de três preços não consecutivos no interstício observado, deve-se abandonar a tabela estadual, utilizando-se somente os preços segregados por região.

§ 2º Se mesmo assim não existir preços no interstício, utilizar-se-á os preços médios ponderados nacionalmente.

Art. 25. Partindo do princípio que todo o material betuminoso executado no mês de referência foi adquirido no mês anterior, tem-se que o valor unitário dos acréscimos, expresso na unidade monetária “R\$” é, resumidamente, obtido através da diferença entre: “o preço unitário divulgado pela ANP referente ao mês anterior ao de execução do material betuminoso, aplicando-se o desconto ofertado entre o preço contratual e o preço referencial” e “o preço unitário do insumo asfáltico reajustado no último aniversário ocorrido no contrato”.

Parágrafo único. Os roteiros no Anexo VII desta Resolução detalham os procedimentos para os seguintes casos:

I - Contrato por preço unitário (com planilha de quantidades e preços) – Roteiro I;

II - Contratos RDC, contratação integrada ou preço global – Roteiro II ou Roteiro III.

Art. 26. Os valores unitários dos acréscimos, por tonelada de insumo asfáltico ou por quilômetro de pista, detalhados no exemplo constante no Anexo VIII, serão elaborados pelas empresas detentoras dos contratos de execução das obras e submetidas ao fiscal do contrato/Coordenador da UL para verificação e aprovação, e concordância expressa da empresa contratada quanto ao critério adotado.

Parágrafo único. As empresas supervisoras, quando existirem, deverão validar as informações visando auxiliar a fiscalização do DNIT.

Art. 27. Os percentuais de aumento a serem utilizados, obtidos com base nos preços divulgados pela ANP, para o cálculo da parcela de reequilíbrio deverão ser aqueles referentes à mesma origem do insumo asfáltico definida no orçamento referencial da licitação que originou o contrato.

Art. 28. Em função das determinações contidas no Acórdão nº 1604/2015 – TCU/Plenário, ficam definidos os seguintes critérios para que o DNIT aceite, para fins de análise, os pedidos de reequilíbrio dos contratos em função da alta dos materiais asfálticos:

I - Somente será aceita proposta de reequilíbrio cujo impacto financeiro (IF) seja comprovadamente superior ao lucro operacional referencial (LOR) do período considerado desequilibrado.

II - Esse percentual refere-se ao valor do impacto financeiro em função do acréscimo dos materiais asfálticos em relação ao valor dos serviços medidos e é dado através da seguinte equação constante no Anexo VI:

§ 1º mesmo que a diferença entre o preço da ANP e o preço contratual seja negativa, deve-se considerá-lo no cálculo do impacto financeiro.

§ 2º O Lucro operacional referencial é informado na composição do BDI.

I - Como exemplo, nos contratos cujo BDI é dado pela Portaria nº 545/2012, cujo percentual é de 26,7%, o lucro operacional é de 7,2% do preço de venda. No caso do BDI diferenciado, utilizado para materiais betuminoso, o percentual do lucro operacional é de 5,11% sobre o preço de venda, conforme Acórdão TCU-Plenário nº 2.622/2013. Deve-se proceder ao cálculo do lucro operacional ponderado para o cálculo do lucro operacional referencial (LOR).

§ 3º No intuito de se evitar a solicitação de vários pleitos, serão permitidos no máximo dois termos aditivos no prazo de um ano compreendido entre os aniversários do contrato. Cada termo aditivo poderá contemplar até dois períodos distintos de contrato desequilibrado.

§ 4º Analogamente ao inciso I deste artigo, e visando o compartilhamento de riscos, nos contratos em que ocorrerem reduções de preços dos materiais betuminoso, no qual ocorram um impacto financeiro negativo (IF) superior ao lucro operacional teórico do período considerado, deverão serem reequilibrados em favor da Administração Pública.

Art. 29. Nos contratos cujo critério de pagamento seja por agrupamento de serviços, deve-se utilizar as taxas de consumo de projeto.

## **Seção II**

### **Do Termo Aditivo**

Art. 30. Todos os contratos que serão aditados em função do reequilíbrio requerido pelas empresas executoras deverão promover um termo aditivo específico para o referido reequilíbrio dos insumos asfálticos.

§ 1º Não poderão ser realizadas outras adequações juntamente com o termo aditivo relativo ao reequilíbrio, salvo aqueles referentes às alterações de critério de pagamento nos contratos regidos pela Lei nº 12.462 de 4 de agosto de 2011 para viabilizar a implantação do aditivo que trata esta Resolução.

§ 2º Os procedimentos necessários para realização da abertura do critério estão no roteiro descrito no Anexo IX desta Resolução.

Art. 31. Os termos aditivos a serem realizados deverão ser conduzidos em processo administrativo e devem ser utilizadas as minutas anexas destinadas aos casos de Regime Diferenciado de Contratação e demais regidos pela lei nº Lei 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal Especializada/DNIT/Sede elaborou pareceres referenciais, constantes no Anexo X desta Resolução, que auxiliarão o trâmite administrativo, ou seja, os processos não precisarão passar pela análise jurídica tendo em vista a existência dos pareceres referenciais, que deverão fazer constar do processo administrativo.

Art. 32. A partir da publicação desta Resolução, todas as Superintendências Regionais terão competência plena e responsabilidades decorrentes para aprovar o valor do impacto, lavrar e publicar os respectivos termos aditivos oriundos dos reequilíbrios objeto desta norma, para qualquer tipo de contrato.

### **Seção III**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 33. Os casos omissos que necessitarem de regulamentação e os conflitos com supervenientes disposições legais e determinações a serem cumpridas deverão ser examinados pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária e as alterações necessárias nesta Resolução submetidas à aprovação da Diretoria Colegiada do DNIT.

Art. 34. A consideração do ICMS no custo do binômio “aquisição + transporte”, deverá ser realizada com a alíquota da Unidade da Federação onde será executada a obra, conforme alinhado com a Instrução de Serviço nº 15, de 20 de dezembro de 2006.

Art. 35. Espera-se que os índices de reajustamento divulgados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV recuperem os aumentos dos insumos asfálticos ocorridos no período de desequilíbrio do contrato.

Parágrafo único. Todavia, se a recuperação acima descrita não for alcançada, o contrato deverá ser novamente reequilibrado.

Art. 36. Em atenção aos itens 35 a 39 do voto proferido no Acórdão nº 1604/2015 TCU-Plenário, observa-se que o DNIT está atento a possíveis variações abruptas de preço dos insumos.

§ 1º A Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura em Transportes – CGCIT/DPP, durante a cotação de preços dos insumos que compõe o SICRO, analisa possíveis variações extraordinárias, sendo suas ocorrências informadas em notas explicativas publicadas no site do DNIT.



§ 2º Antes da realização do reequilíbrio é imperativo verificar através destas notas se existem ocorrências de variações abruptas de preços no período analisado.

§ 3º Caso seja detectado decréscimos maiores que o lucro operacional referencial (em similaridade ao Art. 28, I), nos materiais da faixa A da curva ABC, deve-se considerar o “ganho financeiro” do contratado em função do menor valor e contabilizá-lo, compensando-o no impacto financeiro (if) do material betuminoso.

Art. 37. Ficam revogados os seguintes normativos:

I – Instrução de Serviço/DNIT nº 15, de 21 de julho de 2016;

II - Instrução de Serviço/DNIT nº 10, de 16 de maio de 2019;

III – Instrução de Serviço/DNIT nº 15, de 23 de julho de 2019;

V - Instrução Normativa/DNIT nº 26, de 30 de julho de 2020;

VI - Instrução Normativa//DNIT nº 33, de 11 de novembro de 2020;

IV – Instrução Normativa/DNIT nº 12, de 13 de abril de 2021.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021, alcançando todos os contratos vigentes de obras rodoviárias no âmbito do DNIT, devendo se observar o art. 11 desta Resolução.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO  
Diretor-Geral

#### **ANEXO I**

##### **a) Equação para cálculo do reequilíbrio econômico financeiro**

$$REF = \sum_{m=1}^{4 \leq n \leq 12} \left\{ \left\{ \Delta P_m * \left[ PI_m * \left( 1 - \frac{5,11}{100} \right) \right] \right\} - R_m \right\}$$

Onde:

$\Delta P$  = Variação do Preço Produtor calculada nos termos do Art. 16 do mês “m”

$PI$  = Valor medido à preços iniciais no mês “m”

$R$  = Valor medido referente à parcela de reajustamento no mês “m”

$m$  = Mês de análise do REF.



**b) Regras de equivalência**

<b>Tipo de Aquisição</b>	<b>Produto ANP</b>
CAP 30/45	Cimento Asfáltico de Petróleo 30 45
Demais CAPs, Asfaltos Modificados por Polímero, Asfalto Borracha	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70
Asfalto Diluído de Petróleo (CM-30)	Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30
Emulsões em geral	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 *

\* Vide Parágrafo único do Art. 16.

**c) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor**

$$\Delta P = \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) * 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

**d) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor nos casos em que a aquisição se tratar de uma emulsão**

$$\Delta P = \left\{ 0,75 * \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) + 0,25 \left( \frac{IGPMM}{IGPDB} - 1 \right) \right\} * 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

IGPMM = Índice do IGP-DI do mês da medição

IGPDB = Índice do IGP-DI do mês da data-base do contrato.

**ANEXO II  
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO****Exemplo de cálculo da Variação do Preço Produtor**

\*Os exemplos de cálculo da presente Resolução não têm vinculação entre os mesmos.

**Dados:**

**Local da Obra:** Estado da Bahia

**Distribuição de Aquisição do Produto informada no anteprojeto referencial:** Betim-MG

**Mês da Medição:** Fevereiro/2019

**Data-Base:** Novembro/2013

Serviço de Aquisição do Contrato	Produto do ANP	Preço Produtor em 15/01/2019 (PPMM) – Região Sudeste	Preço Produtor em 15/10/2013 (PPDB) – Região Sudeste
CAP 50/70	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70	R\$ 2,53254	R\$ 0,80898
CM-30	Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30	R\$ 3,97447	R\$ 1,2936
RR-1C	Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70	R\$ 2,53254	R\$ 0,80898

Consulta dos preços produtores realizada em 20/02/2019 em <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-produtores>.



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

**PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS SEMANAIS PRATICADOS PELOS PRODUTORES E IMPORTADORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO**

**IMPORTANTE:** O produto 'Óleo Diesel' contempla os diversos tipos de óleo diesel automotivo comercializados no País.

Produto	Período		Região					Brasil
	(A par de 2013)		Norte	Nordest	Centro-Oeste	Sul	Sudest	
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	07/01/2019	13/01/2019	3,99503	3,99503	***	3,98601	4,00141	3,99689
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	14/01/2019	20/01/2019	3,99503	3,99503	***	3,97724	3,97447	3,98333
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	21/01/2019	27/01/2019	3,99503	3,98969	***	3,99626	3,97210	3,98419
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	28/01/2019	03/02/2019	***	3,98893	***	4,10388	4,02161	4,02128
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	07/01/2019	13/01/2019	2,34370	2,48722	***	2,55411	2,53175	2,51388
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	14/01/2019	20/01/2019	2,41356	2,49150	***	2,55490	2,53254	2,52730
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	21/01/2019	27/01/2019	2,34669	2,47080	***	2,55557	2,53715	2,51360
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	28/01/2019	03/02/2019	2,39540	2,49633	***	2,59639	2,57936	2,55253



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

**PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS SEMANAIS PRATICADOS PELOS PRODUTORES E IMPORTADORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO**

**IMPORTANTE:** O produto 'Óleo Diesel' contempla os diversos tipos de óleo diesel automotivo comercializados no País.

Produto	Período (A par de 2013)		Região					Brasil
			Norte	Nordest	Centro-Oeste	Sul	Sudest	
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	07/10/2013	13/10/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	14/10/2013	20/10/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	21/10/2013	27/10/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 (R\$/kg)	28/10/2013	03/11/2013	1,29360	1,29360	***	1,29360	1,29360	1,29360
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	07/10/2013	13/10/2013	0,80784	0,80784	***	0,80784	0,80940	0,80855
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	14/10/2013	20/10/2013	0,80784	0,80784	***	0,80784	0,80898	0,80843
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	21/10/2013	27/10/2013	0,80784	0,80784	***	0,80784	0,80895	0,80848
Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 (R\$/kg)	28/10/2013	03/11/2013	0,82545	0,80784	***	0,80784	0,80879	0,80914

Buscando índices do IGP-DI na tabela DNIT/FGV:

Fonte: <https://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviaras>

**ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS**

DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES		01/19	02/19	03/19	04/19	05/19	06/19	07/19	08/19	09/19	10/19	11/19	12/19	Mês de Referência: Janeiro de 2019		
														VARIACÃO NO MÊS	ACUMULADO NO ANO	VARIACÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
Terraplanagem	Dez/2000=100	310,594												0,164	0,164	3,317
Drenagem	Dez/2000=100	304,093												0,245	0,245	3,812
Pavimentação	Dez/2000=100	335,406												0,152	0,152	5,250
Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	Dez/2000=100	260,896												0,127	0,127	4,868
Sinalização Horizontal	Dez/2000=100	302,916												-0,195	-0,195	3,470
Sinalização Vertical	Mai/2005=100	187,725												-0,180	-0,180	4,908
Obras de Arte Especiais	Dez/2000=100	311,364												-0,033	-0,033	5,588
Conservação Rodoviária	Dez/2000=100	296,540												0,293	0,293	2,931
Consultoria, Supervisão e Projetos	Dez/2000=100	226,409												0,451	0,451	2,855
Administração Local	Dez/2016=100	108,499												0,360	0,360	3,831
Mobilização e Desmobilização de Obras Rodoviárias	Dez/2016=100	112,399												0,337	0,337	4,195
Índice de Obras Complementares e Meio Ambiente	Dez/2016=100	110,364												0,168	0,168	4,265
IGP-DI	Ago/1994=100	697,923												0,068	0,068	6,558
Índice Nacional da Construção Civil	Ago/1994=100	749,517												0,491	0,491	4,028
Vergalhões Aço ao Carbono	Ago/1994=100	816,552												0,303	0,303	8,775
Produtos Siderúrgicos	Dez/2007=100	180,062												-1,307	-1,307	14,825
Produtos de Aço Galvanizado	Mar/1999=100	394,555												0,030	0,030	4,058
Ligantes Betuminosos	Dez/2000=100	673,943												13,301	13,301	53,744
Asfalto Diluído de Petróleo (ADP)	Dez/2000=100	849,926												14,686	14,686	64,616
Cimento Asfáltico Petróleo (CAP)	Dez/2000=100	708,395												15,222	15,222	68,648
Emulsão Asfáltica	De/2000=100	629,076												11,438	11,438	40,797
Emulsão Asfáltica Modificada	Dez/2018=100	107,762												7,762	7,762	-
Asfalto Modificado por Polímero	Dez/2018=100	110,173												10,173	10,173	-
Emulsão Asfáltica de Imprimação	Dez/2018=100	106,918												6,918	6,918	-
Asfalto Borracha	Dez/2018=100	111,645												11,645	11,645	-
Obras de Artes Especiais (sem Aço)	Dez/2000=100	305,060												-0,033	-0,033	5,588

O reajustamento dos serviços deve ser realizado de acordo com a Instrução de Serviço nº 01/2019, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 004, de 07 de Janeiro de 2019.

**ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIAIRAS**

OBSERVAÇÃO: O reajustamento deve ser realizado de acordo com a Instrução de Serviço nº 04/2012, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 010, de 05 a 09 de Maio de 2012

Data Ref: Janeiro a Dezembro/ 2013

Descrição		Índices												Variação no Mês	Acumulado no Ano	Últimos 12 Meses
		01/13	02/13	03/13	04/13	05/13	06/13	07/13	08/13	09/13	10/13	11/13	12/13			
TERRAPLANAGEM	DEZ/2000=100	222,604	225,732	227,132	228,402	229,035	231,279	232,901	235,010	235,464	235,470	236,974	240,803	1,616	8,800	8,800
OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	DEZ/2000=100	231,365	232,794	233,879	235,142	236,582	238,312	240,018	240,971	243,018	244,112	244,786	246,836	0,838	7,123	7,123
PAVIMENTAÇÃO	DEZ/2000=100	246,191	250,426	252,535	254,146	254,638	255,537	255,862	256,503	257,240	257,935	258,726	264,046	2,056	7,821	7,821
CONSULTORIA (Supervisão e Projetos)	DEZ/2000=100	185,325	185,474	185,974	186,157	186,467	187,994	189,395	190,325	190,298	190,540	190,872	191,598	0,380	3,464	3,464
DRENAGEM	DEZ/2000=100	235,354	237,277	238,583	240,006	241,304	243,055	244,532	245,447	247,589	248,569	249,088	251,929	1,141	7,657	7,657
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	DEZ/2000=100	227,371	221,996	222,207	222,944	228,643	229,435	230,045	233,299	234,642	235,061	235,228	236,365	0,483	4,462	4,462
PAVIMENTOS CONCRETO CIMENTO PORTLAND	DEZ/2000=100	210,178	210,908	212,013	213,512	215,115	215,769	216,539	217,623	219,256	222,374	223,683	225,048	0,610	7,326	7,326
CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	DEZ/2000=100	231,309	232,382	233,123	234,384	235,509	237,348	239,285	240,145	242,421	243,114	244,059	245,854	0,735	6,617	6,617
LIGANTES BETUMINOSOS	DEZ/2000=100	269,871	266,824	267,476	271,002	270,688	270,697	271,675	271,744	271,744	275,290	275,549	274,466	-0,393	2,988	2,988
OBRAS DE ARTES ESPECIAIS (Sem Aço)	DEZ/2000=100	224,394	225,991	226,971	228,220	229,264	231,067	232,919	233,652	235,175	236,185	237,015	239,381	0,998	7,190	7,190
IGP-DI	AGO/1994=100	504,830	505,832	507,375	507,087	508,715	512,598	513,313	515,688	522,690	525,966	527,422	531,056	0,689	5,518	5,518
ÍNDICE NACIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL	AGO/1994=100	525,850	529,029	531,691	535,601	547,655	553,948	556,600	558,340	560,767	562,241	564,201	564,765	0,100	8,094	8,094
VERGALHÕES E ARAMES DE AÇO AO CARBONO	AGO/1994=100	591,849	590,831	597,979	602,738	623,467	623,605	623,903	638,361	668,139	670,130	670,121	670,898	0,116	13,392	13,392
PRODUTOS SIDERÚRGICOS	DEZ/2007=100	114,310	114,739	115,392	116,948	117,907	118,868	119,363	121,096	123,490	123,804	122,345	121,854	-0,401	7,647	7,647
PRODUTOS DE AÇO GALVANIZADO	MAR/1999=100	285,051	285,333	284,945	284,719	284,473	284,471	285,134	285,694	286,620	288,224	289,457	288,676	-0,270	1,634	1,634
SINALIZAÇÃO VERTICAL	MAI/2005=100	127,846	128,461	129,904	132,183	132,374	133,510	134,278	134,396	137,027	136,425	137,263	138,198	0,681	8,646	8,646
ASFALTO DILUÍDO	DEZ/2000=100	304,462	303,506	303,928	304,884	304,462	304,676	304,999	304,999	304,999	306,881	305,392	304,437	-0,313	0,307	0,307
CIMENTO ASFÁLTICO (CAP 7 A 20)	DEZ/2000=100	261,369	260,054	260,054	261,383	261,383	261,383	262,336	262,336	262,336	265,916	266,949	265,512	-0,538	2,264	2,264
EMULSÕES (RR1C E RR2C)	DEZ/2000=100	273,828	269,121	270,314	275,933	275,377	275,377	276,438	276,571	276,571	280,265	280,056	279,264	-0,283	3,872	3,872

IGP-DI em JAN/19 = 697,923

IGP-DI em NOV/13 = 527,422

**Cálculo do ΔP para o mês de Fev/2019 no Serviço Aquisição de CAP 50/70:**

$$\Delta P = \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = \left( \frac{R\$ 2,53254}{R\$ 0,80898} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = 213,05 \%$$

**Cálculo do ΔP para o mês de Fev/2019 no Serviço Aquisição de CM-30:**

$$\Delta P = \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = \left( \frac{R\$ 3,97447}{R\$ 1,2936} - 1 \right) * 100 (\%)$$

$$\Delta P = 207,24 \%$$



**Cálculo do  $\Delta P$  para o mês de Fev/2019 no Serviço Aquisição de RR-1C:**

$$\Delta P = \left\{ 0,75 * \left( \frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) + 0,25 * \left( \frac{IGPMM}{IGPDB} - 1 \right) \right\} * 100 (\%)$$

$$\Delta P = \left\{ 0,75 * \left( \frac{R\$ 2,53254}{R\$ 0,80898} - 1 \right) + 0,25 * \left( \frac{697,923}{527,422} - 1 \right) \right\} * 100 (\%)$$

$$\Delta P = 167,87 \%$$

**ANEXO III**  
**EXEMPLO DE CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

$$REF = \sum_{m=1}^{4 \leq n \leq 11} \left\{ \Delta P_m * \left[ PI_m * \left( 1 - \frac{5,11}{100} \right) \right] - R_m \right\}$$

	A	B	C = A x (1-5,11/100)	D	E = D*C
Serviço de Aquisição	Medição PI	Reajustamento da medição	Medição PI sem lucro (5,11%)	$\Delta P$ (Anexo I)	Reajustamento total usando base produtor
CAP 50/70	R\$ 638.280,09	R\$ 797.148,00	R\$ 605.663,98	213,05%	R\$ 1.290.367,10
CM-30	R\$ 126.228,00	R\$ 182.184,00	R\$ 119.777,75	207,24%	R\$ 248.227,41
RR-1C	R\$ 204.850,61	R\$ 202.412,89	R\$ 194.382,74	167,87%	R\$ 326.310,31

	B	E = D * C	F = E - B
Serviço de Aquisição	Reajustamento do PI	Reajustamento total usando base produtor	REF
CAP 50/70	R\$ 797.148,00	R\$1.290.367,10	R\$493.219,10
CM-30	R\$ 182.184,00	R\$248.227,41	R\$66.043,41
RR-1C	R\$ 202.412,89	R\$326.310,31	R\$123.897,42
Total REF para o mês Fev/19			R\$ 683.159,93

O presente exemplo se refere aos cálculos apenas de um mês (Fev/19). Deve-se atentar às regras dos meses a serem considerados no REF.

**ANEXO IV**  
**ABERTURA DE CRITÉRIO DE PAGAMENTO**  
**DETERMINAÇÃO DO PESO DA AQUISIÇÃO DO MATERIAL BETUMINOSO**

**Quando usar:**

- Aberturas de critério de pagamentos para desmembramento do serviço de aquisição, seja para efetuar um REF, seja apenas para que o índice de reajustamento seja corretamente aplicado.
- Índices de reajustamento compostos a ser aplicado na aquisição de misturas asfálticas comerciais.

**1) Determinação do preço de aquisição de insumo asfáltico referencial:**

**1.1) Data-base a partir de novembro/2016:**

$$Preço Ref. = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (\text{ICMS})}$$

**1.2) Data-base a partir de novembro/2016:**

$$Preço Ref. = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (\text{ICMS} + \text{PIS} + \text{COFINS})}$$

Fonte para obter o Preço ANP distribuidor: <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-distribuicao>

**2) Determinação da taxa de utilização do insumo asfáltico:****2.1) Deverá ser utilizada a taxa na seguinte ordem de prioridades:**

I - Taxa definida no projeto executivo aprovado.

II - Caso não haja ainda projeto executivo aprovado, a taxa definida no orçamento referencial.

**2.2) Compatibilizar a taxa de utilização com a unidade do serviço a ser desmembrado.**

A taxa deverá ser compatibilizada para a unidade de Kg por Unidade do Serviço a ser desmembrado. Exemplo: Kg / km; Kg / kmf; Kg / ton

**3) Determinação do peso da aquisição do insumo asfáltico sobre o serviço:**

$$Peso AqIA(\%) = \frac{\text{Preço Ref} * \text{Taxa utilização (kg/unidade serviço)}}{\text{Preço Unitário Serviço Agregado}} * 100$$

**Exemplo 1:**

**Insumo a ser desmembrado:** CAP 50-70

**Data-Base:** NOV/17

**Regime:** Preço Global

**Orçamento Referencial:** Capa de Rolamento – Preço Unit: R\$ 400.000,00 / km

**Valor Contratado:** R\$ 148.000.000,00

**Local de Aquisição:** Betim-MG

**ICMS :** 18 %    **PIS:** 0,65%    **COFINS:** 3,00%

**BDI Ref:** 15 %

**Serviço a ser desmembrado:** Capa de Rolamento – Preço Unit: R\$ 390.000,00 / km

**Extensão da Obra:** 90 km

Área total a ser pavimentada: 646.200 m<sup>2</sup>

Espessura do pavimento: 8 cm

Taxa aprovada no projeto executivo(tração): 5,2% ton. CAP / ton. Massa

Densidade do traço: 2,35 ton./m<sup>3</sup>

1) Determinando o preço referencial de aquisição do CAP 50/70:

$$\text{Preço Ref.} = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (\text{ICMS} + \text{PIS} + \text{COFINS})}$$



Agência Nacional do Petróleo, Gas Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Mês	Produto	Estado	Preço
jan/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,43074
fev/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,44402
mar/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,43801
abr/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,36460
mai/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,34928
jun/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,41064
jul/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,45845
ago/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,42249
set/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,40484
out/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,51495
nov/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,51464
dez/17	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Minas Gerais	1,61332

$$\text{Preço Ref.} = \frac{1,51464 (1 + 0,15)}{1 - (0,18 + 0,0065 + 0,03)}$$

$$\text{Preço Ref.} = \text{R\$ } 2,22315$$

2) Determinação da taxa de utilização do insumo asfáltico:

Quantidade total de massa em volume: 646.200 x 0,08 = 51.696 m<sup>3</sup>

Quantidade total de massa em peso: 51.696 x 2,35 = 121.485,6 ton



Quantidade total de CAP em peso: 121.485,6 ton x 5,2% = 6.317,25 ton

Quantidade total de CAP em peso por km: 6.317,25 ton / 90 km = 70,1917 ton / km

Quantidade total de CAP em kg por km: 70.191,7 kg / km

3) Determinação do peso da aquisição do CAP sobre o serviço:

$$Peso AqIA(\%) = \frac{\text{Preço Ref} * \text{Taxa utilização (kg/unidade serviço)}}{\text{Preço Unitário Serviço Agregado}} * 100$$

$$Peso AqIA(\%) = \frac{R\$ 2,22315 * 70.191,7}{R\$ 400.000,00} * 100$$

$$Peso AqIA(\%) = 39,0117$$

4) Abertura do Critério de Pagamento:

*Antes:*

Execução de Capa Asfáltica R\$ 390.000,00 / km

*Depois:*

Execução de Capa Asfáltica (Exceto Aq CAP 50/70) R\$ 237.854,37 / km (60,9883%)

Aquisição CAP 50/70 para Capa Asfáltica R\$ 152.145,63 / km (39,0117%)

Obs: Conforme Art. 19 desta Resolução somente poderão ser desmembrados aquisições de insumos asfálticos de itens de serviço não medidos.

**Exemplo 2:**

**Mistura Comercial:** Massa asfáltica com CAP 50/70

**Data-Base:** MAR/18

**Regime:** Preço Unitário

**Orçamento Referencial:** R\$ 306,07 / ton

**Local de Aquisição:** Curitiba-PR

**ICMS :** 18 % **PIS:** 0,65% **COFINS:** 3,00%

**BDI Ref:** 21,24 %

**Taxa orçamento referencial:** 5,0% ton. CAP / ton. Massa

1) Determinando o preço referencial de aquisição do CAP 50/70:

$$\text{Preço Ref.} = \frac{\text{Preço ANP Distribuidor. (1 + BDI Referencial)}}{1 - (\text{ICMS} + \text{PIS} + \text{COFINS})}$$



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Mês	Produto	Estado	Preço
jan/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,64339
fev/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,63882
mar/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,63394
abr/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,64237
mai/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,71370
jun/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,81530
jul/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	1,95653
ago/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,10985
set/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,09771
out/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,14645
nov/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,43286
dez/18	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Paraná	2,44620

$$\text{Preço Ref.} = \frac{1,63394 (1 + 0,2124)}{1 - (0,18 + 0,0065 + 0,03)}$$

$$\text{Preço Ref.} = \text{R\$ } 2,52838$$

2) Determinação da taxa de utilização do insumo asfáltico:

Quantidade total de CAP em peso (ton/ton): 1 ton x 5,0% = 0,05 ton CAP / ton Massa

Quantidade total de CAP em peso (kg/ton): 50 kg CAP / ton. Massa

3) Determinação do peso da aquisição do CAP sobre o serviço:

$$\text{Peso AqIA(\%)} = \frac{\text{Preço Ref} * \text{Taxa utilização (kg/unidade serviço)}}{\text{Preço Unitário Serviço Agregado}} * 100$$

$$\text{Peso AqIA(\%)} = \frac{\text{R\$ 2,52838} * 50}{\text{R\$ 306,07}} * 100$$

$$\text{Peso AqIA(\%)} = 41,304$$

4) Determinação do índice composto de reajustamento:

Pavimentação: 58,696 %

CAP: 41,304%

#### **ANEXO V**

#### **CÁLCULO DA DIFERENÇA MONETÁRIA DE SERVIÇOS AGREGADOS REMUNERADOS COM ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO AO INVÉS DO ÍNDICE ESPECÍFICO DE AQUISIÇÃO DO INSUMO ASFÁLTICO**

Conforme Art. 20 desta Resolução, não se deve abrir critério de pagamento de serviços já medidos. Todavia, conforme o §1º do Art. 20, para os serviços já medidos, admitir-se-á a realização do cálculo mensal da diferença dos valores financeiros de reajustamento aplicados em relação aos índices de reajustamentos que deveriam ter sido aplicados.

Assim, será apresentado um exemplo deste cálculo, utilizando o Exemplo 1 do Anexo IV.

#### **Dados:**

**Qtde medida:** 9,9 km

**Serviço Agregado:** Execução de Capa Asfáltica

**Preço Unitário:** R\$ 390.000,00 / km

**Preço Unitário da aquisição:** R\$ 152.145,63 / km

Medição	mês	Qtde Medida	Valor Aquisição	K PAV	K CAP	Dif. K	Diferença Financeira
9	Nov/18	3,0	456.436,89	0,0615	0,5570	0,4955	226.164,48
10	Dez/18	3,5	532.509,71	0,0615	0,5570	0,4955	263.858,56
11	Jan/19	2,4	365	0,0615	0,5570	0,4955	180.931,58
12	Fev/19	1,0	152.145,63	0,0615	0,5570	0,4955	75.388,16
<b>Total</b>							<b>746.342,78</b>

**Explicações:**

O fator k de pavimentação foi o índice de reajustamento utilizado nas medições do serviço execução de capa asfáltica.

Em parte deste serviço (aquisição do CAP), o reajuste do contrato deveria ter sido realizado através do índice setorial específico da aquisição do CAP, conforme normativos vigentes que tratam do assunto (vide Parágrafo único do Art. 19).

Assim, faz-se a diferença, medição à medição do “fator K” efetivamente utilizado no reajustamento com o “fator K” de aquisição. Posteriormente, calcula-se a diferença percentual de defasagem do reajustamento.

Finalmente, basta multiplicar a diferença percentual com o valor da aquisição da medição para se obter a diferença financeira da medição.

Após a abertura do critério de pagamento, o próprio sistema de medições aplicará os índices de reajustamentos correspondentes.

**ANEXO VI**  
**EQUAÇÃO PARA CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO**

$$IF = \frac{\sum_{m=1}^n (I_{CAPm-1} - I_{CAP0}) * CAP_m + (I_{ADPm-1} - I_{ADP0}) * ADP_m + (I_{RRm-1} - I_{RR0}) * RR_m + \dots}{\sum_{m=1}^n Medição Total_m}$$

Caso IF > LOR → Contrato desequilibrado

Onde:

IF = impacto financeiro

m = mês

n = número de meses do período analisado

Im = Preço ANP do material betuminoso “n” no mês “m - 1”, minorado pelo desconto obtido na contratação.

IO = Preço contratual do material betuminoso “n” no último reajuste

“m”  $CAPm/ADPm/RRm/..$  = Quantidade **medida** do material betuminoso no mês

“m” Medição Totalm = Medição Total dos serviços (inclusa a aquisição de MB) no mês

“m” LOR = lucro operacional referencial (vide § 2º do artigo 28)

## **ANEXO VII**

### **ROTEIRO PARA CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO**

A planilha eletrônica modelo está disponível em <http://www.dnit.gov.br/matbet.xls>. Ela possui quatro abas: “RDC” e “Preço Unit” e “RDC com proposta PU”, cada uma adaptada para um modelo de contratação, além da planilha “PistaAcost”, que auxilia a separação do CAP entre a pista de rolamento e o acostamento (para contratos de RDC com critério de pagamento por km). As células em cinza contêm fórmulas. Deve-se fazer as adaptações necessárias na planilha em função do número de materiais betuminosos e data base dos orçamentos, seguindo os seguintes passos para o cálculo do impacto financeiro:

#### **ROTEIRO I**

##### **Para contratos por Preço Unitário (sejam regidos pela Lei 8.666/1993 ou RDC)**

a) Informar os seguintes dados do contrato na planilha “Preço Unit”: Unidade Gestora, Contrato, Empresa, Superintendência, data base, última data de atualização, ICMS, BDI normal e diferenciado, preços referenciais do orçamento, além dos preços unitários contratados a preços iniciais. Será calculado o desconto de cada material betuminoso.

b) Informar o índice de atualização monetária da FGV utilizado para reajustar os itens de material betuminoso, no mês base e no mês do último reajuste. No exemplo em questão foi utilizado um único índice (Ligantes Betuminosos), porém pode existir contratos que os índices podem ser diferentes dependendo do material betuminoso. Nestes casos deve-se realizar adaptações na planilha, aplicando o índice individualizado. Será calculado os preços contratuais no último reajuste do contrato.

c) Informar os preços unitários contratuais de aquisição do material betuminoso, além dos preços unitários referenciais, para o cálculo individual do desconto (em contratos por preço unitário ou RDC Preço Global que exista a proposta com preços unitários entregue durante a licitação).

d) Informar as quantidades mensais de material betuminoso efetivamente utilizadas e medidas no contrato.

e) Informar os preços dos materiais betuminosos divulgados pela ANP no período analisado, sempre observando o mês anterior ao mês de referência, o estado ou a região a ser utilizada, conforme o caso (vide artigo 27 deste normativo). Serão calculados os preços unitários mensais destes baseados no preço da ANP, incluindo o ICMS e o BDI diferenciado, assim como a taxa de desconto do respectivo material. Na sequência é calculado a diferença dos preços da ANP com impostos inclusos, com o preço contratual no último reajuste.

f) Informar os valores totais dos serviços executados e medidos (PI+R) no período proposto, separando os serviços que possuem BDI normal com aqueles que possuem BDI diferenciado. Esta separação tem por objetivo estudar uma fórmula de reequilíbrio em função do nível de comprometimento do lucro operacional teórico do contratado. Como o percentual de lucro é diferente para cada BDI, faz-se necessário separá-los.

Será calculado então o impacto financeiro percentual, além do percentual de comprometimento do lucro operacional no período observado.

## **ROTEIRO II**

### **Para contratos RDC Integrado e RDC Preço Global (sem proposta de preço unitário) \***

*\*No RDC Preço Global, o licitante vencedor deve reelaborar e apresentar à administração pública seus custos unitários, conforme inciso III, Art. 17 da Lei 12.462/2011. Porém, existem algumas licitações nas quais o contratado não apresentou seus custos unitários. Nestes casos, entende-se que a proposta do licitante seja os preços unitários do orçamento referencial aplicado à taxa de desconto global.*

a) Informar os seguintes dados do contrato na planilha “RDC”: Unidade Gestora, Contrato, Empresa, Superintendência, data base, última data de atualização, valor total do orçamento referencial e valor total do contrato (para cálculo do desconto global), ICMS, BDI normal e diferenciado e Preços da ANP na data-base do contrato. Será calculado o preço da ANP incluindo o ICMS, BDI e o desconto.

b) Informar o índice de atualização monetária da FGV utilizado para reajustar os itens de material betuminoso, no mês base e no mês do último reajuste. Pelo fato de geralmente os materiais betuminosos estarem englobados nos preços por km de seus respectivos serviços, o índice utilizado é o de “Pavimentação”. Deve-se avaliar qual foi o índice efetivamente utilizado para atualização no contrato. Será calculado o preço do material betuminoso na data do último reajuste.

c) Informar a taxa do material betuminoso utilizado na unidade tonelada por km. Para isso, é necessário obter no projeto executivo aprovado as quantidades totais destes e dividi-los pela extensão do trecho pavimentado.



d) Geralmente, no critério de pagamento encontramos o acostamento separado da pista de rolamento. Na planilha intitulada “PistaAcost” é calculado o percentual de CAP utilizado no acostamento e na pista, em função de suas respectivas geometrias. Só utilize se for necessário.

e) Informar as quantidades dos serviços de pavimentação medidos mensalmente. Será calculado o consumo dos materiais betuminosos. É importante observar que podem ser necessárias adaptações na fórmula existente na planilha.

f) Informar os preços dos materiais betuminosos divulgados pela ANP no período analisado, sempre observando o mês anterior ao mês de referência, o estado ou a região a ser utilizada, conforme o caso (vide artigo 27 deste normativo). Serão calculados os preços unitários mensais destes baseados no preço da ANP, incluindo o ICMS e o BDI diferenciado, assim como a taxa de desconto do respectivo material. Na sequência é calculado a diferença dos preços da ANP com impostos inclusos, com o preço contratual no último reajuste.

g) Informar os valores totais dos serviços executados e medidos (PI+R) no período proposto, separando os serviços que possuem BDI normal com aqueles que possuem BDI diferenciado. Esta separação tem por objetivo estudar uma fórmula de reequilíbrio em função do nível de comprometimento do lucro operacional teórico do contratado. Como o percentual de lucro é diferente para cada BDI, faz-se necessário separá-los.

Será calculado então o impacto financeiro percentual, além do percentual de comprometimento do lucro operacional no período observado.

### **ROTEIRO III**

#### **Para contratos RDC Preço Global com proposta existente de preço unitário**

Nestes casos utilizar a mesma sequência do Roteiro I, porém utilizando a planilha “RDC com proposta PU”. A diferença é que ao invés de informar os preços de materiais betuminosos divulgados pela ANP na data-base do orçamento, serão informados os preços unitários referenciais da administração pública e aqueles da proposta do licitante.

### **ANEXO VIII**

#### **APLICAÇÃO DOS VALORES DOS ACRÉSCIMOS FORMALIZADOS EM TERMO ADITIVO AO CONTRATO**

Os valores dos acréscimos serão inseridos na planilha contratual por meio de termo aditivo, criando-se um item novo de aquisição do insumo asfáltico, denominado “reequilíbrio entre o mês/ano(x) e o mês/ano(y)”, logo abaixo do item original de contrato, sendo que o preço unitário do novo item é o valor médio ponderado do acréscimo calculado, e o quantitativo é aquele medido no período de desequilíbrio. Segue abaixo exemplo de como deve ser realizada a inclusão dos itens de reequilíbrio.

**Tabela 1 - Exemplo de inclusão de item em contratos de preço unitário**

Descrição do Serviço	Unid.	Valor	Qtde	Valor Total
Aquisição de CAP 50/70 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	t	R\$ 429,22	850,00	R\$ 364.837,00
Aquisição de CM-30 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	t	R\$ 126,36	120,0	R\$ 15.163,20

**Tabela 2 - Exemplo de inclusão de item em contratos por preço global**

Descrição do Serviço	Unid.	Valor	Qtde	Valor Total
Aquisição de CAP 50/70 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	km	R\$ 38.403,90	9,5	R\$ 364.837,05
Aquisição de CM-30 – reequilíbrio Mar/15 a Ago/15	km	R\$ 1.547,27	9,8	R\$ 15.163,25

### **ANEXO IX**

#### **ABERTURA DO CRITÉRIO DE PAGAMENTOS**

Trata-se aqui do detalhamento do procedimento de Abertura do Critério de Pagamento visando o desmembramento da Aquisição de Material Betuminoso do restante dos serviços de pavimentação.

Suponha um contrato cujo orçamento referencial do DNIT seja de R\$ 150.000.000,00 e o valor contratado seja R\$ 142.000.000,00. Será calculado primeiro o desconto global deste contrato, que no caso em tela é de 5%.

Em seguida precisa-se dos preços unitários dos materiais betuminosos na data-base do contrato. Como já dito anteriormente, no RDC Preço Global, o licitante vencedor deve reelaborar e apresentar à administração pública seus custos unitários, conforme inciso III, Art. 17 da Lei 12.462/2011. Porém, existem algumas licitações nas quais o contratado não apresentou seus custos unitários. Nestes casos, assim como em RDC cuja contratação seja integrada, entende-se que a proposta do licitante seja os preços unitários do orçamento referencial aplicado à taxa de desconto. Assim, utiliza-se os valores divulgados pela ANP, aplicando-se a taxa de desconto global do contrato. Os valores divulgados pela ANP não incluem o ICMS. O BDI a ser utilizado para a aquisição de material betuminoso é o diferenciado, cujo valor é de 15%. A fórmula para o cálculo destes preços unitários caso não exista uma proposta do preço do licitante antes da contratação é:

$$I_0 = \frac{\text{Preço ANP. (1 + BDI)}}{(1 - \text{ICMS})} \cdot (1 - \% \text{Desconto Global Contrato})$$

Aplicando-se a fórmula anterior tem-se os preços unitários de cada material betuminoso na data-base do contrato:



Material	ANP Nordeste Maio/2012	+ IBDI (15%) + ICMS (17%)	Desconto (5%)	Valor I <sub>0</sub>
CAP 50/70	R\$ 859,96/t	x 1,15 / 0,83	x 0,95	R\$ 1.131,94/t
CM – 30	R\$ 1.386,36/t			R\$ 1.824,82/t
RR – 1C	R\$ 678,57/t			R\$ 893,18/t

Posteriormente, calcula-se o preço dos ligantes no último reajuste do contrato, utilizando-se a razão dos índices da FGV entre a data-base do contrato e a data do reajustamento, que no caso foram respectivamente maio/2012 e maio/2014:

Descrição	Unid.	Índices FGV		Aumento (c) = (b) / (a)	Preço Inicial I <sub>0</sub>	Preço Maio/14 I <sub>0</sub> . (c)
		Maio/12 (a)	Maio/14 (b)			
Cimento asfáltico CAP 7 A 20	ton.	258,630	265,375	1,026	R\$ 1.131,94	R\$ 1.161,46
Asfáltico Diluído	ton.	299,952	309,407	1,032	R\$ 1.824,82	R\$ 1.882,34
Emulsões (RR-1C e RR-2C)	ton.	267,465	287,544	1,075	R\$ 893,18	R\$ 960,23

O contrato em tela terá estes preços de materiais betuminosos até o próximo reajustamento em Maio/2015. Importante memorizar estes valores, pois serão utilizados no cálculo dos preços dos serviços desmembrados.

Agora suponha que este contrato tenha 100 km de extensão e tenha o preço unitário de R\$ 40.000,00 / km para o serviço Imprimação. Será realizado o exercício de desmembramento da Aquisição do CM-30 deste serviço.

Dada a taxa de aplicação do CM-30 de 1,2 l/ m<sup>2</sup> (taxa aprovada em projeto) e sabendo que a área total a ser imprimada nesta obra é de 920.000 m<sup>2</sup>, temos 1.104 toneladas de CM-30 no total (Densidade de 1 g/cm<sup>3</sup>). Assim, tem-se uma taxa média de aplicação de 11,04 ton/km. Como o valor da tonelada de CM-30 a preços iniciais é de R\$ 1.824,82, multiplicado pela taxa média de aplicação por km tem-se o valor de R\$ 20.146,01 / km.

Assim será realizado o desmembramento da aquisição do CM-30 do serviço Imprimação:

<i>Antes:</i>	<i>Imprimação</i>	<i>R\$ 40.000,00 / km</i>
<i>Depois:</i>	<i>Aquisição CM-30</i>	<i>R\$ 20.146,01 / km</i>
	<i>Imprimação (exceto aquisição MB)</i>	<i>R\$ 19.853,99 / km</i>

Nos contratos em que a pintura de ligação, imprimação, entre outros, não estiverem evidenciados em um item de serviço próprio, deve-se analisar em qual serviço estes se encontram (pista de rolamento, acostamento, etc) e realizar o cálculo de consumo por quilômetro do insumo de maneira global e efetuar o desconto proporcional. Veja o exemplo abaixo:

<i>Antes:</i>	<i>Pista de Rolamento</i>	<i>R\$ 240.000,00 / km</i>
	<i>Acostamento:</i>	<i>R\$ 120.000,00 / km</i>
<i>Depois:</i>	<i>Aquisição CM-30</i>	<i>R\$ 20.000,00 / km</i>
	<i>Aquisição RR-2C</i>	<i>R\$ 6.000,00 / km</i>
	<i>Aquisição CAP 50/70</i>	<i>R\$ 120.000,00 / km</i>
	<i>Pista de Rolamento (exceto aquisição MB)</i>	<i>R\$ 164.000,00 / km</i>
	<i>Acostamento (exceto aquisição MB)</i>	<i>R\$ 50.000,00 / km</i>

**ANEXO X**  
**PARECERES REFERENCIAIS**

PARECER n. 01137/2015/PFE-DNIT/PGF/ AGU (SEI/DNIT nº 0698897, folhas 53/57 do arquivo PDF)

PARECER n. 01138/2015/PFE-DNIT/PGF/ AGU (SEI/DNIT nº 0698897, folhas 58/61 do arquivo PDF)

**ANEXO XI**  
**MINUTA DE TERMO ADITIVO**

TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (SEI/DNIT nº 0698897, folhas 95/97 do arquivo PDF)

**PORTARIA Nº 3122, DE 31 DE MAIO DE 2021**

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 173, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CA nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, e o constante no **processo nº 50600.511364/2017-86 e 50600.009726/2018-54**,

RESOLVE:

Art. 1º **RECONDUZIR** o Grupo de Trabalho que se refere a Portaria nº 978 de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Boletim Administrativo nº 038, de 26 de fevereiro de 2020, (5077875), reconduzida pelas Portarias nº 3192, de 27 de maio de 2020, publicada no BA nº 102, de 26 de maio de 2020 (5725116), e nº 6152, de 22 de outubro de 2020 (6773105), com o objetivo de dar continuidade à verificação dos pressupostos para a possível instauração de